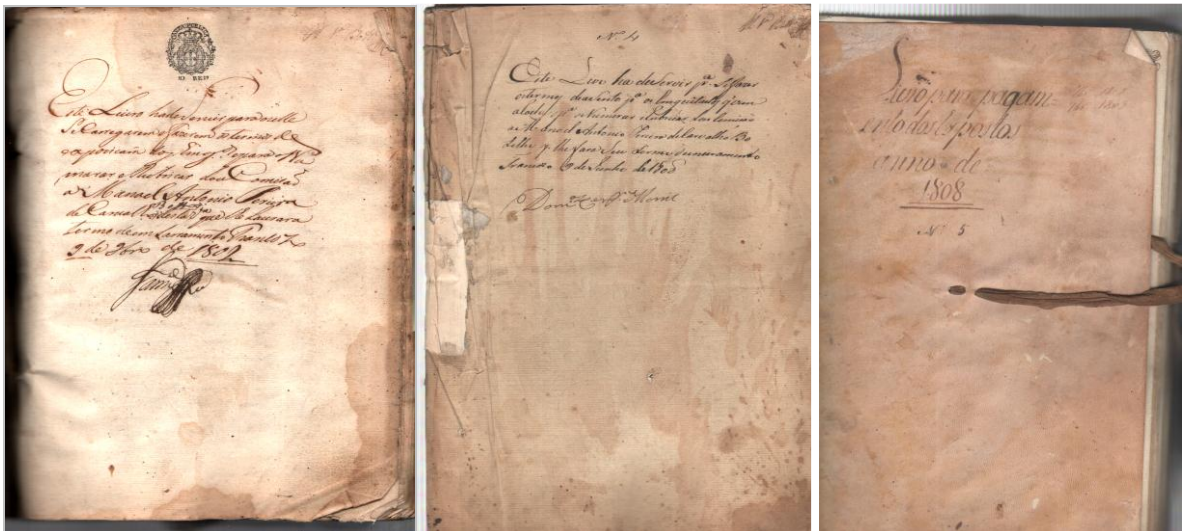


Leonor do Céu Pinheiro da Rocha Diniz

**A protecção à infância abandonada em tempos de conflito:  
Os expostos em Trancoso (1803 – 1825)**



Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2011

Leonor do Céu Pinheiro da Rocha Diniz

**A protecção à infância abandonada em tempos de conflito:  
Os expostos em Trancoso (1803 – 1825)**

Dissertação de Mestrado em *História Moderna: Poderes, Ideias e Instituições*, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação da Senhora Professora Doutora Maria Antónia Figueiredo Lopes.

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
Coimbra, 2011

## **ABREVIATURAS**

ADG – Arquivo Distrital da Guarda.

AMCT – Arquivo Municipal da Câmara de Trancoso.

DGA/TT – Direcção Geral de Arquivos/Torre do Tombo.

fl. – Fólio.

fls. – Fólios.

s.d. – Sem data de edição.

s.n. – Sem nome de editora.

## **RESUMO**

### **A protecção à infância abandonada, em tempos de conflito: Os expostos em Trancoso (1803-1825)**

O presente estudo pretende analisar o abandono de crianças em Trancoso, durante um dos períodos mais difíceis da vida do concelho, 1803 a 1825. Na busca das razões subjacentes à exposição procurar-se-ão identificar os constrangimentos económicos, políticos e sociais que motivaram o fenómeno. Tendo como pano de fundo o cenário da Guerra Peninsular, tentar-se-á, igualmente, analisar e relacionar a exposição de crianças com a época conturbada vivida naquela região fronteiriça e determinar as possíveis convergências entre a guerra, a pobreza e as motivações pessoais e familiares subjacentes. Um outro ângulo de análise deste estudo será a forma como a posição geoestratégica da região, na cena política, moldou o novo modelo de assistência aos expostos e os esforços que o concelho, apesar de arruinado, desenvolveu para cumprir o estipulado pela Ordem de Pina Manique, isto é, garantir a sobrevivência dos inocentes abandonados.

Palavras-chave: Abandono, expostos, conflito, guerra.

## **ABSTRACT**

### **Protection given to abandoned children in times of conflict: A study on Foundlings in Trancoso (1803-1825)**

The purpose of this scientific study is to analyse the abandonment of children in Trancoso, during the period between 1803 and 1825, one of the most difficult years in the life of the municipality (Concelho). In order to clarify the underlying reasons for the abandonment's phenomenon, this study tried to identify all possible economic, political

and social factors that might have had a contributing effect in any way. Set against the backdrop of the Peninsular war, this study tries to analyse the correlation between the number of abandoned children and the instability that characterises this period in this remote and border region, by determining the possible links between war, poverty and specific individual and family circumstances. Focus will also be given to the way in which the geostrategic position of this region and the political implications thereof, moulded a new system of aid and assistance to foundlings, as well as the many efforts that the municipal authorities developed albeit their state of bankruptcy in order to be compliant with what was stipulated in the Circular of Pina Manique, namely to insure the survival of abandoned children.

**Keywords:** Abandonment, foundlings, conflict, war.

## ÍNDICE

ABREVIATURAS-----	2
RESUMO-----	3
INTRODUÇÃO -----	6
CAPÍTULO I – METODOLOGIA E HISTORIOGRAFIA -----	12
1.1 – Metodologia-----	12
1.2 – O estado actual da investigação-----	14
CAPÍTULO II – TRANCOSO E A PROTECÇÃO E ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA ABANDONADA -----	16
2.1 – Trancoso: o espaço e a história -----	16
2.2 – A construção de um modelo: enquadramento jurídico – institucional -----	26
2.3 – A Roda de Trancoso -----	29
CAPÍTULO III – O ABANDONO-----	41
3.1 – Os expostos entrados na Roda de Trancoso-----	41
3.2 – Os locais de exposição -----	56
3.3 – A sazonalidade das exposições -----	60
3.4 – Os enxovais-----	64
3.5 – Os escritos e os sinais-----	70
3.6 – O destino dos expostos -----	80
CAPÍTULO IV – AS AMAS-----	87
4.1 – A despesa com os pagamentos: o esforço realizado-----	87
4.2 – O perfil das amas -----	92
CONCLUSÃO-----	96
APÊNDICES-----	100
FONTES E BIBLIOGRAFIA-----	120

## INTRODUÇÃO

Tendo, ao longo de vários anos, direccionado os estudos e interesses científicos para outras áreas, a temática da exposição de crianças em Trancoso como objecto de análise desta tese, não foi uma primeira escolha. Condicionismos diversos, de ordem profissional e pessoal, acabariam por conduzir nesta direcção. Não foi, contudo um processo fácil. Além de toda uma envolvência, por vezes difícil, com a realidade de centenas de crianças expostas, num contacto de largos dias e meses de investigação, houve ainda outros aspectos e desafios a considerar: a pouca disponibilidade de tempo e a distância. Trancoso fica a duas horas e meia de viagem. Mais tarde, verificaria não serem estes os maiores obstáculos! A ausência de um serviço de reprodução de documentos para suporte da investigação, revelar-se-ia bem mais difícil de ultrapassar.

A preocupação sentida, aquando de um primeiro contacto em 2008, pelo estado de deterioração em que se encontrava o acervo documental do “Arquivo Municipal”, a ameaçar perdas irreparáveis por falta de medidas de conservação e restauro, determinaria a escolha deste concelho para palco de estudo. Por outro lado, a procura de respostas para a forma como um concelho fronteiriço, acossado por guerras constantes, teria assumido a assistência aos seus mais necessitados, que lugar teriam eles ocupado nas suas prioridades, ou, pelo contrário, tê-los-ia ignorado, iria direccionar a temática da investigação para um dos grupos sociais mais marginalizados e residuais da sociedade portuguesa – os expostos.

O abandono institucionalizado de crianças recém-nascidas é um fenómeno do Antigo Regime, comum a todas as sociedades europeias e que, em Portugal, assume relevante incidência a partir da segunda metade do século XVIII prolongando-se até aos anos oitenta do século XIX. O abandono de uma criança, era um acto que, embora anónimo e permitido por lei se inseria num quotidiano clandestino. Retirados do núcleo de inserção natural, a família, sem deixar vestígios, dos expostos ou enjeitados, que Gouveia Pinto formalmente define como: «aqueles filhos, que seus pais engeitão, e

expõem nas rodas, ou em outros lugares, para serem criados por caridade»<sup>1</sup>, nada ou pouco se sabe sobre a sua origem familiar ou proveniência geográfica, fazendo parte, com maior ou menor expressividade numérica, da massa mais anónima das sociedade que nos antecedeu.

Dar a conhecer um pouco mais do fenómeno que foi a exposição de crianças em Portugal, através de um estudo de carácter monográfico, dimensionado à escala de Trancoso, e evitar que os fragmentos dos percursos das suas vidas desapareçam, é o propósito desta tese.

O âmbito cronológico da investigação, de 1803 a 1825, não englobando o período da institucionalização da Roda nem atingindo o fim do Antigo Regime, foi condicionado pela única série contínua de registos de exposição, existente no acervo documental.

O estudo incidirá sobre um universo de 1077 meninos expostos e debruçar-se-á sobre várias vertentes: os instrumentos normativos que, naquele tempo e naquele espaço, enquadraram a concretização de uma instituição de assistência e acolhimento a crianças expostas e abandonadas; o estudo empírico da assistência aos expostos; os condicionalismos decorrentes do espaço e do tempo em que viveram; os problemas relacionados com a sua condição e os vários agentes que, ao longo dos 23 anos em estudo, se envolveram na sua criação.

Esta abordagem não reflecte todas as interpelações que se poderiam colocar, nem esgota o estudo. Muitas das suas vertentes, como a reintegração familiar e social dos expostos sobreviventes, percursos pessoais e profissionais, ficaram de fora. A sua investigação dificilmente respeitaria os limites a que um trabalho académico desta natureza tem que obedecer, além da enorme probabilidade de não existirem fontes documentais suficientes para a sua realização.

Tratando-se do estudo de um fenómeno demográfico, de carácter local, em que os «actores» são as crianças expostas, sem laços familiares conhecidos, as fontes utilizadas para o conhecimento das suas existências foram, essencialmente, os registos municipais de termos de exposição que se encontram exarados em cinco livros. O primeiro, chamado *Registo de Termos de Exposição*, é referente aos anos de 1803-1808, o

---

<sup>1</sup> PINTO, António Joaquim Gouveia, *Compilação das Providências que a bem da criação, educação dos expostos ou engeitados se têm publicado e acham espalhados em diferentes artigos da legislação pátria*, (...), Lisboa, Impressão Régia, 1820, p. 3.



segundo, além do título, *Livro de Termos de Assento dos Enjeitados, 1808-1810* tem registado N<sup>o</sup> 4, o que permite concluir a perda de dois livros, clarificando assim o hiato verificado nos registos de exposição entre a institucionalização da Roda, após a recepção, pelas entidades municipais, da ordem circular de 1783 e 1803, data do primeiro livro existente no Arquivo. O terceiro livro, *Termos de Exposição*, diz respeito aos anos de 1810-1816, o quarto, *Livro de Termos de Assento de Expostos*, ao período de 1816-1820 e o quinto, *Livro de Assentos de Expostos 1819-1825* abrangendo os anos 1820 a 1825.

A complementar esta investigação e com o intuito de clarificar a problemática sobre a localização e data de criação da Roda, bem como quantificar o universo de exposições a que teria sido dado resposta até 1803, o primeiro ano da série em estudo, foram consultadas, no Arquivo Distrital da Guarda, as seguintes fontes documentais: o microfilme dos anos de 1676-1794 referente aos assentos de baptismos da freguesia de Sta Maria de Guimarães de Trancoso, o *Livro do assento de baptizados da Freguesia de Sta Maria de Guimaraens da Villa de Trancozo* de 1794 -1807, bem como o microfilme do assento de baptizados da freguesia de São Pedro de Trancoso de 1788-1810.

Ainda para completar dados de informação, sempre que eram verificadas omissões no registo dos percursos vitais de algumas crianças, foram consultados, para cruzamento de informação, os livros de pagamento às amas dos expostos referentes aos anos de 1803-1806, 1808-1808, 1815-1816, 1816-1818 e 1818-1820. Embora o âmbito temporal destes livros não cubra totalmente a série documental em estudo, verificando-se hiatos para entre 1806-1808 e 1809-1815, foram um precioso elemento para conhecer o destino de algumas crianças, os salários e a localização geográfica das amas assim como o empenho e preocupação das entidades municipais com a assistência e cuidados a prestar.

Outras fontes utilizadas neste estudo, por revelarem as vicissitudes conjunturais enfrentadas e os anseios e preocupações que as gentes do concelho levavam junto da edilidade, bem como as respostas que esta ia dando a cada problema, foram os Acórdãos da Câmara, para os anos de 1700 a 1826, num total de vinte e dois livros manuscritos.

Para conhecer os suportes normativos que potenciaram a criação e funcionamento da Roda em Trancoso foi consultado o *Livro de Treslado de leis, Alvarás régios e*

*Ordens* para os anos de 1760-1802, a legislação publicada e a bibliografia subsidiária, portuguesa e estrangeira.

A busca de uma melhor percepção do esforço económico de um concelho que, num período de cerca de um século, foi chamado a participar em quatro guerras, sem descurar as suas responsabilidades assistenciais, levaria ainda a consultar o *Livro de Receitas e Despesa de 1781-1790* e os *Livros de Registo de Contas 1790-1802* e *1802-1824*. O *Livro de Registo de tarifa de preços 1813-1860* que se pretendeu consultar, apesar de constar do inventário do acervo documental do Arquivo Municipal, não foi encontrado, o mesmo acontecendo com muitos outros igualmente inventariados e já consultados por alguns historiadores, como o demonstra a sua inserção nas lista de fontes documentais utilizadas e que, actualmente, ou estão desaparecidas ou aparecem mutilados em dezenas de folhas.

De referir ainda que os hiatos documentais encontrados e a danificação de muita documentação anterior a 1813 poder-se-ão atribuir ao facto de a edilidade, em 1811, no decorrer da terceira invasão francesa, e na iminência de um ataque, ter saído da vila, levando consigo o Arquivo para o Reboleiro e outras terras do termo, como Fiães. Aquando do regresso, em 1812, a destruição a que a vila fora sujeita, terá atrasado ou impossibilitado a sua recolha, o que terá provocado as perdas documentais.

Tendo em conta a investigação efectuada e as questões a que foi possível dar resposta, a tese está estruturada em quatro capítulos.

No primeiro, abordar-se-á a metodologia adoptada na investigação para a análise das fontes e apuramento de dados, no intuito de tornar conhecida uma faceta da história local de um concelho até aqui ignorada e, simultaneamente, «recuperar a trajectória das massas silenciosas, não letradas, trabalhadoras e produtoras que nos antecederam»<sup>2</sup>.

O segundo capítulo analisará a assistência às crianças expostas e abandonadas, em Trancoso, sob uma perspectiva jurídico – institucional e ainda os condicionalismos conjunturais, do tempo e do espaço, que a envolveram.

O terceiro capítulo pretende traçar o percurso realizado pelos expostos, desde a exposição, na Roda ou fora dela, até à cessação da sua criação pelo cofre dos expostos, quer por entrega a familiares, morte ou fim de criação. Na busca das razões subjacentes à

---

<sup>2</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza, *História Social da criança abandonada*, São Paulo, Brasil, Editora Hucitec, 1998, p. 24.

exposição, procurar-se-á identificar os constrangimentos económicos, políticos e sociais, propiciadores do fenómeno. Por outro lado, tendo o período em estudo, como pano de fundo, o cenário da Guerra Peninsular que envolveu todo o concelho, tentar-se-á analisar e relacionar a exposição de crianças com a época conturbada que a região vivia em busca de convergências entre a guerra, a pobreza e as motivações pessoais, familiares e colectivas subjacentes.

Por fim, o quarto capítulo, falará do esforço concelhio com a assistência aos expostos e do conjunto de mulheres que, espalhadas pelas múltiplas quintas e lugares do termo, por estratégia pessoal ou familiar e, a troco de um ordenado, amamentaram e criaram os meninos expostos.

A rematar: o trabalho que aqui se apresenta é apenas um ligeiro levantar do véu que envolve um dos mais complexos e enigmáticos fenómenos da história de Portugal e que, num determinado momento, ultrapassando as barreiras da esfera privada familiar, se transformou, num desígnio político do Estado. Com ele se pretende dar um contributo para motivar ou alargar futuras investigações a uma região pouco explorada pela historiografia da especialidade<sup>3</sup>.

Resta ainda expressar uma palavra de agradecimento e reconhecimento a todos os que, a nível institucional ou pessoal, contribuíram para a sua realização.

Em primeiro lugar, à orientadora científica desta tese, Senhora Professora Doutora Maria Antónia Figueiredo Lopes, pela sua disponibilidade pessoal e científica no apoio e orientação concedidos durante os morosos meses de investigação e na elaboração desta tese. Sem as suas críticas, as suas sugestões e enorme paciência, este trabalho seria quase impossível.

Aos Professores do Mestrado em História Moderna: Poderes, Ideias e Instituições, pelo leque de conhecimentos que possibilitaram e, em especial, à Coordenadora, Senhora Professora Doutora Maria Margarida Neto, pelo inestimável apoio institucional e pessoal que, desde a primeira hora, me concedeu.

Aos funcionários do Arquivo Distrital da Guarda por todas as facilidades e informações concedidas, quer presencial, quer telefonicamente.

---

<sup>3</sup> O estudo, *Os expostos no Concelho da Meda em meados do século XIX (1838-1866)*, de Maria Antónia Lopes, reporta-se a um período posterior.

À Câmara de Trancoso e, muito particularmente, à funcionária responsável pelo acervo documental, a Senhora D. Maria de Lourdes Fidalgo, pela sua enorme e constante disponibilidade, a ultrapassar, por vezes, o âmbito meramente profissional.

À Xana, pela sua preciosa ajuda na elaboração dos gráficos.

Ao Zé.

A todos a minha mais profunda gratidão e o meu bem-hajam!

## **CAPÍTULO I – METODOLOGIA E HISTORIOGRAFIA**

### **1.1 – Metodologia**

O aumento progressivo do número de expostos, a partir da segunda metade do século XVIII, tendo-se tornado num fenómeno social de dimensões incontroláveis, obrigou à tomada de medidas institucionais adicionais que complementassem as já existentes e que culminariam com a institucionalização da Roda em todas as vilas do reino em 1783.

A procura da verdadeira dimensão do abandono em Trancoso, o contexto em que se gerou e desenvolveu, os constrangimentos económicos e sociais que o motivaram e os seus reflexos na vida do concelho, conduziu a uma morosa inventariação, que, passando pelo Arquivo Distrital da Guarda e Santa Casa da Misericórdia de Trancoso, terminaria no acervo documental da Câmara Municipal de Trancoso.

Estipulavam as Ordenações Manuelinas e Filipinas que nos lugares onde não houvesse hospitais ou albergarias vocacionada para a criação de enjeitados, ela fosse assumida pelos concelhos, à custa de rendimentos estabelecidos para esse fim. Assim o cumpria a Câmara de Trancoso, pelo menos em inícios de Setecentos, como se comprova pelo lançamento de 25 mil réis para a finta dos enjeitados em 1703<sup>4</sup>.

Assim sendo, nos concelhos onde a administração dos expostos foi sempre uma incumbência municipal, como aconteceu em Trancoso, as fontes de investigação são essencial e fundamentalmente os registos municipais de termos de assento dos expostos, os livros de receitas e despesas, as fintas aplicadas aos habitantes do concelho para criação de expostos e os livros de actas das vereações.

Após a inventariação das fontes documentais existentes e estabelecida a delimitação temporal da investigação, seria a vez de definir a linha ou linhas metodológicas a utilizar para proceder à recolha da informação pertinente a um estudo desta natureza.

---

<sup>4</sup> AMCT, *Livro de Acordaons da Camara 1700-1704*, Acto da Câmara de 30 de Julho de 1703, fl. 77v.

Numa primeira abordagem a sessenta termos de registo de exposição, escolhidos aleatoriamente, tornou-se claro que esta documentação requeria uma constante análise crítica, já que, estando o fenómeno da exposição de crianças estruturado num sistema de anonimato e confidencialidade, qualquer pormenor seria relevante. Sabido como é, que o rigor dos registos dependia da seriedade e competência dos escrivães das câmaras, e que no fenómeno exposição intervêm vários protagonistas e se entrelaçam múltiplas estratégias, familiares e colectivas, havia que estar consciente de possíveis erros. Sub sobre registo, omissões de fim de criação ou local de exposição, poriam em causa a fiabilidade dos dados que se pretendia recolher. Neste contexto, a utilização da micro análise, seguida de cruzamento de dados com outras fontes documentais, sempre que necessário, surgiu como a metodologia mais indicada na primeira fase da investigação.

Posteriormente, o recurso a um estudo agregativo servirá apenas como um meio para uma análise comparativa a outras regiões, em busca de pontos comuns ou diferenças, configuradas em realidades já estudadas.

Quantificado o universo dos enjeitados entrados na Roda, num total de mil e setenta e sete, foi elaborada uma grelha de análise individual, com dez campos de observação projectando quatro núcleos de sentido<sup>5</sup>: - identificativos, (nome, sexo, idade na altura da exposição e enxoval); de pormenor secundário, (data e local da exposição, nome da ama e local da sua residência, fim do tempo de criação); relevantes, (deformações congénitas ou resultantes de doenças ou acidentes); simbólicos ou de intenção, (sinais, escritos e roupa). Informações adicionais, escritas à margem dos registos de termo e consideradas relevantes, foram igualmente registadas em forma de comentário.

Terminada a fase de registo e quantificados os núcleos identificativos e de pormenor secundário, partiu-se para a análise interpretativa dos comportamentos e intenções adjacentes à exposição, projectados pelos núcleos de sentido simbólico, a roupa os sinais e escritos que acompanhavam as crianças.

---

<sup>5</sup> Como metodologia, foi utilizada a análise textual de conteúdo baseada nos indicadores de um texto. Estes, de acordo com a sua natureza e objectivo, encontram-se agrupados em elementos de identificação primários (como nome, idade...), secundários (os que ajudam à sua individualização como local de residência, etc...), relevantes (os que particularizam física ou psicologicamente) e os sinais simbólicos ou de intenção (que lançam pistas sobre sentimentos, desejos ou objectivos a atingir), cf. Vigotsky, L., *Pensamento e linguagem*, Lisboa, Edições Antídoto, 1979, pp. 30-79 e Barthes, Roland, *O prazer do texto*, São Paulo, Perspectivas, 1977, pp. 87-112.

Apesar da micro análise, difícil se torna detectar irregularidades como o abandono simulado de crianças, pactos pessoais e económicas entre as amas e a família biológica da criança ou níveis de ilegitimidade. Tão difícil como acompanhar os trajectos de vida dos sobreviventes expostos, ou determinar a sua proveniência geográfica e familiar. Eliminado do seu grupo familiar e parental sem deixar vestígios, perdida a identidade familiar, o enjeitado perdeu-se no anonimato da marginalização que o envolveu.

## 1.2 – O estado actual da investigação

O interesse pelo estudo do abandono não sendo novo, já que surge no século XIX, cria porém uma nova vida na década de oitenta do século XX, em consequência das investigações levadas a cabo, no âmbito de teses de doutoramento. Apresentando novas abordagens e incursões em vertentes até aí inexploradas, abrem o caminho e o interesse para uma renovação historiográfica que irá contextualizar o abandono no âmbito da história social e da demografia histórica. A partir daí, muitos são os estudos que apareceram, alguns deles a possibilitar e perspectivar abordagens multidisciplinares, como aqueles que alicerçam a investigação no estudo dos sectores mais marginalizados da sociedade, os pobres<sup>6</sup> ou, na componente jurídico institucional<sup>7</sup>.

No caso das investigações mais recentes, em número já muito significativo, trata-se quase sempre de dissertações académicas no âmbito de mestrados, com uma abrangência espaço-temporal condicionada pelas fontes documentais existentes e até por motivações pessoais. Se bem que seja notória uma falta de convergência na dimensão espaço-temporal, nos objectivos propostos e até na metodologia utilizada nesses

---

<sup>6</sup> Cf. LOPES, Maria Antónia, ROQUE, João Lourenço, «Pobreza, assistência e política social em Portugal nos séculos XIX e XX – Perspectivas historiográficas» in *A Cidade e o Campo. Colectânea de estudos*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000, pp. 63-67.

<sup>7</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães, «A Casa da Roda do Porto e o seu funcionamento (1710-1780)», *Revista da Faculdade de Letras. História*, série II, vol. II, Porto, 1985, pp. 161-199.

estudos, a dificultar estudos comparativos, é indiscutível o seu contributo para uma maior visibilidade e consistência do estudo do fenómeno da exposição.

Com uma maior incidência no Noroeste, e no litoral, além dos centros urbanos de Lisboa, Porto e Coimbra, necessário se torna alargar os estudos a outras áreas e regiões do país, pouco ou nada estudadas. Só assim, através de uma visão alargada, se poderá conhecer e compreender melhor um dos mais complexos fenómenos sociais.



## **CAPÍTULO II – TRANCOSO E A PROTECÇÃO E ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA ABANDONADA**

### **2.1 – Trancoso: o espaço e a história**

O espaço sobre o qual incide o presente estudo, o concelho de Trancoso, situa-se no interior do país<sup>8</sup>, no distrito da Guarda<sup>9</sup> e estende-se pelo vasto planalto com cerca de 900 metros de altura, que constitui a zona da Terra Fria da Beira Alta.

Limitado a Norte, pelos concelhos de Meda e Penedono; a Ocidente, pelos concelhos de Aguiar da Beira e Sernancelhe; a Sul, pelos concelhos de Celorico da Beira e Fornos de Algodres e, a Oriente, pelo concelho de Pinhel, dele fazem parte actualmente, setenta e dois lugares agrupados em vinte e nove freguesias<sup>10</sup>.

O seu solo pobre e acidentado, com aflorações de granito à superfície e em profundidade, juntamente com o clima rigoroso e hostil, condicionou-lhe os recursos naturais. O espaço geoestratégico determinou a história e moldou a vida das suas gentes.

O actual concelho não coincide nem em dimensão, nem em número de freguesias, com o da época em estudo. A reorganização administrativa do Reino, constante da proposta de reforma de 16 de Maio de 1832, e aplicada em 1833, juntamente com a nova divisão administrativa preconizada pelo Decreto de 10 de Dezembro de 1867, dar-lhe-ão uma nova dimensão e configuração. Trancoso perde, a Oriente e Sul, várias das suas mais importantes freguesias para os concelhos de Pinhel, Guarda e Celorico da Beira; ganha a Norte, com a extinção, em 1855, do concelho de Moreira de Rei, as freguesias de Cótimos, Valdujo, Terrenho, Torre de Terrenho e Castanheira e uma significativa parte do antigo concelho de Guilherme.

---

<sup>8</sup> Ver, em Apêndices, Mapa 3.

<sup>9</sup> Ver, em Apêndices, Mapa 2.

<sup>10</sup> COSTA, Santos, *Breve Monografia de Trancoso*, Trancoso, Edição Almanaque Bandarra, 2001, pp. 9-10.

Mapa 1 – O actual concelho de Trancoso com as freguesias.



Fonte: <http://portugal.veraki.pt/regiões.php?op=RP>

Actualmente, e segundo o censo de 2011, a população do concelho é de 9954 habitantes, distribuída por uma área de 361,5 km<sup>2</sup> e com a densidade populacional de 28 habitantes por quilómetro quadrado.

Sobre a dimensão e configuração do termo de Trancoso, no século XVIII, Diogo Furtado da Costa e Mendonça, abade da Igreja de Santa Maria de Guimarães, refere ter a vila um dilatado e populoso termo, que se estendia pelo espaço de quatro léguas, constituído pelos seguintes lugares: Alverca, Avelãs da ribeira, Aldeia Nova, Aldeia Velha, Bouça Cova, Carigas, Carnicães, Cereijo, Cogula, Courelas, Falachos, Feital, Fiães, Freches, Frechão, Freixial, Granja, Maçal da Ribeira, Miguel Choco, Moimenta, Palhais, Póvoa do Concelho, Póvoa de El-Rei, Reboleiro, Rio de Mel, Rio de Moinhos,

Santa Eufémia, Sebadelhe, Souto Maior, Tamanhos, Torres, Vale de Mouro, Vale de Seixo, Venda do Cepo, Vieiro, Vila Franca, Vila Garcia, Vilares<sup>11</sup>.

Além destes trinta e oito lugares, todos com juizes de vara nomeados anualmente pelo Senado da Câmara, havia ainda inúmeras quintas e quintãs, anexas aos lugares e espalhadas pelo termo.

Quanto à vila, sabe-se que era formada por seis freguesias: S. Pedro, Santa Maria de Guimarães, Nossa Senhora da Fresta, S. Tiago, S. João Baptista intra-muros e S. João Baptista extra-muros, a que correspondiam outras tantas igrejas que lhes davam o nome.

Relativamente à população todos os indicadores parecem apontar no mesmo sentido: tratava-se de um concelho “populoso”. Segundo as *Memórias Paroquiais*, à data de 1732<sup>12</sup>, havia no termo 2.868 vizinhos<sup>13</sup> e na Vila 250<sup>14</sup>. Quanto a esta informação importa referir que não existem outras fontes da época, com as quais se possa fazer um cruzamento de dados, quer para apurar a sua evolução quer a sua veracidade. No entanto, sabendo-se que a cobrança das prestações exigidas pelos párocos aos fiéis pela Quaresma, e a desobriga anual, os levava a registar minuciosamente no rol de confessados, todas as famílias das sua freguesia, é de considerar o número apontado como bastante credível. Relativamente à população da vila, o número supra citado está muito abaixo do indicado por Manuel Severim de Faria<sup>15</sup>. Após uma visita à Vila, em 1609, afirma ter esta 600 vizinhos, o que, a ser verdade, indicia um decréscimo de 350 agregados familiares num período de cerca de 100 anos. Serão ainda as *Memórias Paroquiais*, através do testemunho do abade de Santa Maria de Guimarães a fazer luz sobre este problema. Ao referir o número de vizinhos da sua freguesia, muito reduzido, tal como o da vila, acrescentou: « (...) sendo que tem espaço para acomodar Como algum dia acomodava mais de oito Centos»<sup>16</sup>. Se se considerar este «algum dia», como referente a um espaço dilatado no tempo de cerca de cem anos, a explicação para a tão significativa queda populacional, sem que o abade sinta necessário dar qualquer

---

<sup>11</sup> ANTT, *Memórias Paroquiais, 1732*, vol. 43, 450a, fls. 348-358.

<sup>12</sup> São utilizadas as *Memórias Paroquiais, 1732*, por serem as únicas referentes a Trancoso.

<sup>13</sup> ANTT, *Memórias Paroquiais, 1732*, vol. 43, 450b, fls. 375-390.

<sup>14</sup> ANTT, *Memórias Paroquiais, 1732*, vol. 43, 450a, fls. 359-374.

<sup>15</sup> FARIA, Manuel Severim de, *Viajens em Portugal*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1974, p. 122.

<sup>16</sup> ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol.43, 450a, fls. 348-358.

explicação, prender-se-á com o desaparecimento da comunidade judaica<sup>17</sup>, daí o seu silêncio.

Representativa da sua importância na cena política do Reino, a vila, à época, tinha: juiz de fora posto pelo rei, quatro tabeliães de notas, um escrivão, um meirinho, três inquiridores, um distribuidor, um escrivão de sisas com notas, um juiz dos órfãos com dois escrivães, um capitão mor e um sargento mor com sete companhias, capitães e oficiais<sup>18</sup>.

Importância esta, que se prende com os primórdios da nacionalidade. Com o primeiro foral atribuído por D. Afonso Henriques, entre 1127 e 1174<sup>19</sup>, viria a receber o segundo de D. Manuel I<sup>20</sup> em 1510, no decurso da revisão dos forais. À data deste estudo, Trancoso era uma das quarenta e nove vilas do Reino pertencentes à Coroa. Com representação em cortes, onde os seus procuradores tomavam assento no oitavo banco<sup>21</sup>, este lugar preeminente, indicador seguro do prestígio e importância do concelho na cena política do Reino, advinha-lhe, creio não ser errado afirmar, da importância do seu valor estratégico como praça de guerra e não das suas riquezas.

Afastada a comunidade de matriz judaica, no século XVI, pela sanha persecutória da Inquisição, o concelho ficou reduzido à sua dimensão económica rural e a uns, poucos, ofícios mecânicos de subsistência<sup>22</sup>. Da pujança e riqueza do grande centro de

---

<sup>17</sup> Segundo Maria José Pimenta Ferro Tavares, havia no século XV, em Trancoso, uma grande e rica comunidade judaica, composta por mais de 100 famílias, in *Os Judeus em Portugal no Séc. XV*, vol. II, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, pp. 374 a 378. De acordo com dados fornecidos pela Câmara Municipal de Trancoso, baseados na inventariação do património efectuado em 2002, existem na cidade Vila de Trancoso, ainda hoje, 89 casas judaicas, tendo sido demolidas no século passado mais de duas dezenas.

<sup>18</sup> ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 43, mem. 450e, fls. 411-430.

<sup>19</sup> Na impossibilidade de determinar uma data concreta, é possível estabelecer datas limite pela análise do conteúdo de introdução do foral. «... Eu, o Rei Afonso de Portugal, juntamente com meu filho o Rei D. Sancho e com minhas Filhas a Vós, Homens de Trancozo [...]». D. Afonso Henriques tem já o título de Rei, e como não vem mencionado o nome da rainha, deve ser posterior à sua morte, em 1126. Por outro lado, o nome de D. Sancho, cujo casamento se realizou em 1174, não vem ainda acompanhado do de sua esposa.

<sup>20</sup> Esta revisão, decorrente do movimento de reforma dos forais levada a cabo por D. Manuel I e que se insere na sua linha política de fortalecimento do poder real, diminui consideravelmente os privilégios e autonomia do concelho, mantendo-lhe contudo, a prerrogativa de continuar sob a alçada régia.

<sup>21</sup> CARDIM, Pedro, *Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime*, Lisboa, Cosmos, 1998, Cap. II, pp. 68-69.

<sup>22</sup> Segundo o acórdão de 29 de Dezembro de 1728, os ofícios existentes no concelho eram: alfaiates, sapateiros, pedreiros, ferreiros, serralheiros, carpinteiros, moleiros, curtidores, surradores, cardadores e tecedeiras.

comércio, em que o concelho se tornara nos séculos XV e XVI, e lhe permitira custear as despesas da armada para a conquista de Tânger, pouco restava.

No fim do século XVIII, a economia do concelho, além de um pequeno mercado interno pouco expressivo<sup>23</sup>, continuava assente na agricultura. Uma agricultura típica do Antigo Regime, pobre, com baixa produtividade e direccionada para a produção cerealífera sobretudo do centeio, base de alimentação dos seus habitantes. Quanto a outros produtos cultivados na região, além da vinha e da oliveira, nada mais aparece nos manuscritos consultados.

Ao examinar-se detalhadamente os actos de vereação, pode ir-se ainda mais longe nas afirmações. Apesar das políticas agrícolas fomentadas pelo Conde da Ericeira e Marquês de Pombal, Trancoso e o seu termo continuava com práticas e culturas ancestrais que, aliadas ao clima continental rigoroso e à pobreza do solo, conduzia a uma constante escassez de cereais panificáveis e a períodos de graves privações alimentares. Agravadas sobretudo em períodos bélicos, pelo acantonamento de tropas e os contributos de despesa de guerra que deixavam o concelho exaurido de cereais e faziam disparar os preços. Daí que ao longo dos *Livros de Acordaons*, para os anos de 1700 a 1825, a guerra e as constantes carências alimentares, decorrentes da escassez de cereais panificáveis, sejam os problemas que mais aparecem a ocupar as sessões da edilidade.

Parece assim, pouco consentânea com a realidade, a visão de prosperidade sobre os recursos do concelho, defendida pelos párocos das igrejas de S. Pedro e Santa Maria, nas memórias paroquiais de 1732. E manifestamente em desacordo com a opinião realista e pragmática da Coroa que, num ofício régio, enviado à edilidade e transcrito no Auto de Câmara de 13 de Julho de 1786, determina: «... que essa Câmara para a feitura das mesmas pontes [...] que não concorra com mais porção do que cada huma das outras, antes com menos por ella ser huma das mais pobres destes reynos...»<sup>24</sup>.

Os anos que decorrem entre 1700 e 1825 parecem ter sido catastróficos para o concelho, segundo se depreende da leitura dos acórdãos camarários. Más colheitas, seguidas de rateio e aumento de preços dos cereais, a participação em quatro guerras, Guerra de Sucessão de Espanha (1704-1713), Guerra dos Sete Anos (1756-1763), Guerra

---

<sup>23</sup> Nas fontes municipais consultadas, referentes aos anos de 1700 a 1825, não foram encontradas referências a produtos de origem estrangeira, transaccionados em Trancoso.

<sup>24</sup> AMCT, *Livro de Acordaons, 1781 a 1790*, fl. 26v.

das Laranjas (1801) e Guerra Peninsular (1807-1813), levariam a vila e o termo a um estado dramático de miséria e penúria.

A partir de 1700, são constantes as determinações da Câmara a proibir ou limitar a saída de cereais, por haver grande falta na vila e no termo e a entrada de Portugal na guerra de sucessão de Espanha, torna ainda mais grave a situação. Os soldados, acantonados na vila e na Praça de Almeida para fazer face às investidas das tropas franco-espanholas, originam grande falta de alimentos e sobretudo de pão. Em verelação de 27 de Agosto de 1705, são mandados vir vinte mil alqueires de cereais da Comarca de Pinhel, a que Trancoso então pertencia, para serem distribuídos pelas pessoas do termo, tabelando o alqueire do centeio a 14 vinténs, o de trigo a 400 réis e a cevada a 200 réis<sup>25</sup>. Com o avançar do conflito, as derramas lançadas no concelho, para alimentar os soldados aceleram a subida dos preços. Em 1707, o centeio atinge os 420 réis e o trigo 450; em 1710 o preço do trigo é tabelado a 600 réis e o do centeio a 520; em 31 de Agosto de 1711, devido à falta de cereais que se fazia sentir em todo o país, o alqueire do centeio é fixado em 700 réis e o do trigo em 800.

Mas não foi apenas a subida do preço de cereais, que o concelho teve de enfrentar devido à guerra. Para além do sustento das tropas e respectivas montadas, em 1705 foi chamada a contribuir com catorze mil alqueires de centeio, dois mil alqueires de trigo e seiscentos carros de palha<sup>26</sup>.

No fim da guerra, o concelho estava arruinado e só a baixa sentida nos preços de cereais começa a ajudar a equilibrar a vida das gentes. Em 1714 o alqueire do trigo é vendido a 340 réis e o do centeio a 280, conservando-se estes preços sensivelmente idênticos até 1762. De 1756 a 1763, Trancoso é novamente arrastado para a guerra, desta vez a Guerra dos Sete Anos. Embora não tenha havido uma subida imediata dos preços dos cereais, porque as terras de Riba Côa foram o principal teatro das operações militares, a opressão que lançou sobre o concelho foi grande, por via do aprovisionamento e aboletamento dos soldados e, pelo recrutamento de homens e animais de carga. Além disso, a parte oriental do concelho sofreu invasões, saques e destruição por parte dos inimigos.

---

<sup>25</sup> AMCT, *Livro de Acordaons*, 1704 -1710, fl. 12.

<sup>26</sup> AMCT, *Livro de Acordaons*, 1704 -1710, Auto de Câmara de 29 de Agosto de 1705, fl. 13v.

Os efeitos desta guerra na agricultura do concelho, sobretudo na das regiões mais férteis a oriente, vão conduzir a novas carências cerealíferas e provocar o aumento de preços que, aliás, acompanha a tendência altista que se verifica no país e se arrastará pelo século XIX. Nem a elevação do concelho a comarca, em 1780<sup>27</sup>, retirando-o da alçada da comarca de Pinhel a que pertencia, parece trazer-lhe um novo fôlego económico. O estado de decadência da agricultura vai permanecer muito além do conflito. De tal modo que, aquando da entrada de Portugal na Guerra das Laranjas, em 1801, a edilidade camarária perante a solicitação para contribuir para as “munições de boca e de guerra” da praça de Almeida, alega como escusa, não ter a agricultura do termo ainda recuperado «desde aquela guerra»<sup>28</sup>.

As duas primeiras décadas do século XIX são um período de grande instabilidade para o concelho, decorrente do estado de conflito bélico em que o país mergulhara desde a campanha do Rossilhão. Condições climatéricas adversas<sup>29</sup>, más colheitas, preço altíssimo dos cereais<sup>30</sup> e a ameaça francesa, corporizada em 1807 pela primeira invasão, lançam o caos sobre o concelho, colocando a vida e a sobrevivência das suas gentes em risco.

Se bem que Almeida tenha sido ocupada, logo na primeira invasão francesa, em 1807, Trancoso só em 26 de Junho de 1808 assume uma posição activa perante o conflito<sup>31</sup>, com a aclamação solene do Príncipe Regente D. João, a sublevação popular contra os franceses e a nomeação de um governador para o corpo militar aquartelado na vila.

---

<sup>27</sup> A comarca de Trancoso criada nesta data, era uma das maiores do Reino. Antes da reforma liberal e, de acordo com o mapa anexo ao Decreto de 29 de Novembro de 1836, abrangia, além de Trancoso, os concelhos de Aguiar da Beira, Almendra, Castelo Rodrigo, Freixo de Numão, Marialva, Meda, Penedono, S. João da Pesqueira, Pinhel e Trevões. Na sequência das várias reformas administrativas ocorridas durante o Regime Liberal, ficará reduzida, em 1850, aos julgados de Trancoso e Aguiar da Beira, in Acórdão de 22 de Fevereiro de 1855, *Livro de Acordaons da Camara, 1851-1858*, fls. 56-56v.

<sup>28</sup> AMCT *Livro de Acordaons 1795-1801*, fl. 117.

<sup>29</sup> Chuvas continuadas ao longo do Inverno e Primavera nos anos de 1800 a 1802 e um ano de 1803 muito seco e gelado, tiveram repercussões fortemente negativas na agricultura, com particular incidência nos cereais. O ano de 1803 é designado como “o ano de fome da Beira”. Ver MESQUITA, João Manuel de Campos e, “Extracto da Memoria sobre o Destroço Actual das Criações de Gadó Vacum, Apresentada à Academia”, in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Tomo IV, Lisboa: Edição do Banco de Portugal, 1991, p. 316.

<sup>30</sup> O preço do alqueire do Trigo que em 1799 era de 720 réis, passou para 1.000 réis, em 1801; o alqueire de centeio, nas mesmas datas, passou de 460 réis para 680 réis. Em 1803, o preço do alqueire de centeio, base da alimentação, ascendia a 1.000 réis e em 1807 atingiu os 1.500 réis.

<sup>31</sup> AMCT, *Livro de Acordaons 1806-1809*, acórdão de 4 de Julho de 1808, fl. 105v.

Contrariamente ao que alguns estudos actuais afirmam<sup>32</sup>, a primeira invasão francesa deixa marcas no concelho, que afectam toda a sua população. Veja-se de que forma.

Em Julho, em acto de câmara, é criada a Junta Provincial, subordinada à Junta Provisional do Supremo Governo do Reino, para proceder à tomada de deliberações concernentes aos “negócios extraordinários da defesa do concelho”<sup>33</sup>. Na mesma sessão, é ainda deliberado criar um corpo de espões para informar a Junta das forças e movimentações do inimigo, sitiado em Almeida, sendo-lhes atribuída a diária de 1.600 réis, e fixar o soldo da tropa, voluntários e milicianos em 80 réis diários. Tudo isto, pago a expensas da comarca de Trancoso. Mas, tendo em mente o estado de aperto e miséria em que a população do concelho vivia, foi deliberado que, na falta de dinheiro, se recorresse a uma contribuição extraordinária de guerra, evitando assim as queixas e o descontentamento que o lançamento de derramas provocaria.

Nesse mesmo ano, em Setembro, o termo de Trancoso toma o primeiro contacto com os efeitos devastadores da guerra, quando o General Loison (o Maneta) e as suas tropas, após a falhada tentativa de submeter o Norte, no caminho de regresso a Almeida, antes de cercarem Pinhel, pilham e incendiam Bouça Cova, Vila Franca e Alverca, lugares do termo de Trancoso, provocando o terror e a fuga da população<sup>34</sup>.

No seguimento destes acontecimentos, logo que são conhecidas as notícias, o regimento de milícias da Vila, comandado pelo tenente-coronel António da Costa Coutinho, sai para defender Pinhel acabando por participar, com outras tropas, no recontro de Ervas Tenras antes de se ir juntar às forças de bloqueio a Almeida.

Estes, e não pouco importantes, os reflexos da primeira invasão francesa no concelho.

Embora poupado durante a segunda invasão, Trancoso não fica livre de sobressaltos e sacrifícios. Temendo uma nova invasão, em Agosto de 1809, o General

---

<sup>32</sup> Ver CORREIA, Lopes, *Trancoso (Notas para uma monografia)*, Trancoso, Câmara Municipal de Trancoso, 1989, p. 158 e Oliveira, João Nunes de, *A Beira Alta de 1700 a 1840 gentes e subsistências*, Viseu, Palimage Editores, p. 271.

<sup>33</sup> AMCT, *Livro de Acordaons 1806-1809*, acórdão de 4 de Julho de 1808, fl. 105v.

<sup>34</sup> SORIANO, Luz, *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal, compreendendo a história diplomática militar e política deste reino até 1834*, 2ª época, Tomo III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866, p. 34.



Beresford e as suas tropas vêm aquartelar-se na vila. Mas o afluxo de tropas não pára aqui. Segue-se a vinda de outras em Outubro, e em Dezembro desse mesmo ano. A vila transforma-se numa caserna com os soldados amontoados pelo castelo e casas da mordomia e os oficiais aboletados pelas casas particulares. Os géneros alimentícios começam a escassear e o preço dos cereais atinge valores elevadíssimos<sup>35</sup>.

Com a notícia da terceira invasão já próxima, o regimento das milícias da vila e o de artilharia saem juntamente com outros regimentos, para impedir a queda da praça de Almeida mas, em contrapartida, chegam a Trancoso mais de 3000 soldados acompanhados de 500 cavalos<sup>36</sup>. A Câmara desdobra-se em esforços para alojar e abastecer tantos homens e animais. Em desespero, vê-se obrigada a entregar o edifício da Câmara para aí se instalar o hospital inglês, realizando as sessões, a partir daí, em casa do Juiz de Fora<sup>37</sup>.

Perante a queda da praça de Almeida, em Agosto de 1810, Wellesley, comandante do exército luso português e responsável pelas operações nesta zona fronteiriça, manda retirar as forças aquarteladas na vila e ordena uma política de terra queimada em toda a vila e termo<sup>38</sup>. As populações, em pânico, depois de destruir tudo o que não podiam transportar, fogem para montes e serras onde se escondem. A própria Câmara para proteger o arquivo, envia-o para o Reboleiro<sup>39</sup>, fugindo também da vila.

A 16 de Setembro de 1810, os franceses, sob o comando do marechal Ney, entram na vila e encontram-na deserta. A decepção que sentem transforma-se em fúria. Depois de devassarem tudo e nada encontrarem, viram-se contra igrejas, conventos, edifícios, mobiliário e árvores que destroem e queimam, deixando-a na mais completa ruína. Não seria porém esta a única invasão da vila. O acórdão de 6 de Maio de 1811 dá conta de que os franceses estiveram lá por quatro vezes, sendo a última em 17 de Dezembro de 1810.

---

<sup>35</sup> Ver a tabela do preço dos cereais em Apêndices.

<sup>36</sup> SORIANO, Luz, *História da Guerra Civil...*, cit., p. 36.

<sup>37</sup> Acórdão de 29 de Abril de 1810, in *Livro de Acordaons da Camara, 1809-1813*, fl. 75-75v.

<sup>38</sup> SORIANO, Luz, *História da Guerra Civil...*, cit., p. 40.

<sup>39</sup> CORREIA, Lopes, *Trancoso...*, cit., p. 173. Segundo este historiador local, a 1 de Maio de 1811, ainda o arquivo não tinha regressado a Trancoso, porque o acórdão dessa data, em caderno avulso e apenso ao *Livro de Acordaons, 1809-1813*, foi feito no Reboleiro. Infelizmente não se pôde consultar esse acórdão, por via do desaparecimento do referido caderno.

No regresso ao concelho, em meados de 1811, as populações encontraram-no completamente destruído e em ruínas, tal como a sua economia. Faltava tudo, nada havia. O preço do alqueire de centeio, base de alimentação da população, atingiu em Janeiro de 1812, os 2.000 réis, o trigo 2.600 e o milho 1.730. Gado e pessoas sofriam e morriam de fome.

Em 1812, o Corregedor de Trancoso, João Manuel de Campos e Mesquita, afirmava que as invasões francesas tinham deixado muitos lugares do termo sem uma só cabeça de gado e algumas aldeias sem uma única pessoa<sup>40</sup>. Em 1814, muitos dos edifícios ainda não tinham sido reconstruídos. A Casa da Câmara, só nesse ano pôde comprar o mobiliário necessário ao funcionamento das sessões<sup>41</sup>, e o edifício só seria totalmente reparado em 1835. Na agricultura, os subsídios concedidos a Portugal pela Inglaterra, para ajuda às populações flageladas pelas invasões francesas, e direccionados em Trancoso para a compra de sementes, exíguos para quem nada tinha, revelar-se-iam pouco eficazes. A falta de braços e animais para o amanho das terras tornava as sementeiras pouco produtivas.

É no sentido de solucionar este problema que a edilidade, em 1815, pede e consegue, que o Príncipe Regente ordene aos comandantes dos regimentos aquartelados na vila a disponibilização de «partidas de soldados» para, juntamente com as populações do termo, participarem nos trabalhos da lavoura<sup>42</sup>, mitigando deste modo a falta de mão-de-obra que existia.

O rescaldo da guerra foi, pois, lento e o trabalho de recuperação duro e penoso.

---

<sup>40</sup> MESQUITA, João Manuel de Campos e, “Extracto da Memoria ...”, cit., 1991, pp. 317-318.

<sup>41</sup> O Acórdão de 4 de Julho de 1814, refere «[...] visto a absoluta necessidade em que se acha a Casa da Câmara da vila, dos trastes necessários para nela se exercer as funções do Senado e porque os que havia foram destruídos pela invasão do inimigo [...]» AMCT, *Livro de Acordaons 1813-1817*, fls. 30v-31.

<sup>42</sup> AMCT, *Livro de Acordaons de 1813 a 1817*, fl. 79.

## 2.2 - A construção de um modelo: Enquadramento jurídico – institucional

« (...) avant la Révolution Française], un seul pays dispose, pour l'assistance des enfants trouvés, d'un système cohérent fondé sur une législation royal unique: le Portugal». Jean-Pierre Bardet e Olivier Faraon, 1988.<sup>43</sup>

O abandono de crianças, sendo transversal a todas as sociedades desde a Antiguidade, alastra a toda a Europa e assume as dimensões de um fenómeno de massas durante o período Iluminista e uma grande parte do século XIX. Com particular incidência nos países católicos meridionais.

Portugal, tal como a Itália, França e Espanha, vê-se confrontado com o abandono de milhares de crianças e a necessidade de lhe fazer face, mediante a criação e implementação de medidas assistenciais capazes de dar resposta a essa nova realidade.

No entanto, esta problemática, em Portugal, não é nova. Corre quase paralela à consolidação da sua nacionalidade. O primeiro esboço de medidas assistenciais à infância abandonada surge no século XIII. A rainha D. Beatriz, esposa de D. Afonso III, seguindo de perto a linha de pensamento do Papa Inocêncio III e o modelo assistencial por ele criado, em Roma, com o intuito de acabar com o infanticídio, funda o Hospital dos Meninos Órfãos de Lisboa<sup>44</sup>, a primeira instituição em Portugal a recolher e cuidar as crianças desamparadas. Um século depois, a rainha D. Isabel procede à fundação do Hospital de Santa Maria dos Inocentes, em Santarém, e da Real Casa dos Expostos, em Coimbra, as primeiras instituições, expressamente fundadas, para recolher e criar os filhos ilegítimos enjeitados.

---

<sup>43</sup> Cit. in LOPES, Maria Antónia, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 76.

<sup>44</sup> Este hospital destinava-se a «recolher órfãos e velar pelo bem-estar físico, preparando-os para poderem ganhar o seu próprio sustento ao alcançar a vida adulta». ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas e, “Em torno dos Expostos: as duas primeiras casas de Expostos” *Separata da Revista de História*, vol. I, Porto, 1984, p. 12.

Trata-se de medidas assistenciais incipientes e embrionárias, com âmbito de actuação restrito mas com impacto social, ao nível do país. Impregnadas de um forte cunho de religiosidade e baseadas no ideário cristão de caridade e compaixão para com os mais necessitados, estas medidas tinham uma dupla finalidade: evitar o infanticídio, ao possibilitar o abandono, sem colocar em risco a vida dos recém-nascidos e, salvar as almas dos pequeninos inocentes indefesos que, ao serem abandonados, «...aonde se os não achavam a acaso, morriam sem receberem água do Baptismo...»<sup>45</sup> corriam o risco de ficar, para sempre, a pairar no «limbo», sem direito à felicidade eterna. E, não de somenos importância, preservar a honra das mulheres solteiras, recatadas, que irremediavelmente seria manchada, se fosse pública a existência do filho natural com que se tinham «profanado», possibilitando-lhes uma segunda oportunidade.

Com o dealbar da modernidade e a caridade particular a mostrar-se incapaz de dar resposta ao acréscimo de abandono por todo o Reino, mesmo quando feita por mão de rainhas ou de instituições religiosas, D. Manuel I vai avocar a si o controle da assistência a esta faixa da população. E que não será errado interpretar como mais um passo do monarca na concretização da sua linha política programática – o fortalecimento do poder real.

Dentro da mesma linha de orientação e seguindo um processo análogo ao da criação das misericórdias, o monarca vai enquadrar toda a assistência à infância num conjunto de disposições de aplicação uniforme a todo o reino. Assim, a fim de garantir a assistência, em todo o país, das crianças órfãs<sup>46</sup> e enjeitadas, é determinado que, nos lugares onde não houvesse albergarias ou hospitais vocacionados para a sua criação, ela fosse assumida pelos concelhos, à custa de rendimentos estabelecidos para esse fim. A esta medida, não seria certamente alheio o desejo de um acréscimo demográfico do país.

Nos concelhos em que esses rendimentos não existissem ou, fossem insuficientes, ficavam autorizados a proceder ao lançamento de fintas, sem necessidade de prévia autorização régia. Esta concessão, em regime de excepção, chama desde logo a atenção para a implícita intencionalidade da medida: a de dissuadir possíveis incumprimentos, ou

---

<sup>45</sup> Compromisso do Hospital de Santa Maria dos Inocentes, citado por ANJO, César, «A assistência às crianças expostas em Portugal», in *Amatus Lusitanus, Revista de Medicina e Cirurgia*, vol. VII, n.º 10, Out., 1950, Lisboa, p. 425.

<sup>46</sup> Órfãos eram consideradas todas as crianças que não tivessem pai, assumindo o Estado o papel de pai, através dos seus Juizes de Órfãos, implantados em todo o País. Desde as Ordenações Afonsinas, todas as localidades com mais de 400 fogos tinham obrigatoriamente juiz e escrivão de órfãos.

«protestos», por parte dos municípios com mais fracos recursos económicos, como era o caso do concelho aqui em estudo – Trancoso –, e garantir que este tipo de assistência fosse assegurado por entidades administrativas sob a alçada régia.

A inserção de todas estas disposições normativas no corpo legislativo que são as Ordenações Manuelinas<sup>47</sup>, dá-lhes uma nova dimensão ao transformá-las de meras disposições regulamentares em lei fundamental do Reino. O alcance é notável e cria, em Portugal, um modelo de assistência à infância desamparada, de contornos institucionais único em toda a Europa. Descentraliza a assistência às crianças abandonadas colocando-a sob alçada dos concelhos, o que origina uma rede de protecção à infância desprotegida, alargada a todo o país. Permite ao Poder Central, de forma hábil, eximir-se de qualquer financiamento, transferindo esse ónus para os concelhos e suas populações. Remete a transferência de responsabilidade para o domínio público, envolvendo toda a sociedade e configurando a assistência aos inocentes abandonados como um dever social.

Reflectindo a linha política programática definida por D. Manuel I, estas medidas remetem, em última instância, para o fortalecimento do Poder Real, a crescente hegemonização em relação à Igreja e as suas preocupações com o crescimento demográfico do Reino, peça fundamental na construção do Império.

Independente das razões políticas, sociais e religiosas subjacentes á sua criação, é o modelo jurídico manuelino, confirmado perto de um século depois pelas Ordenações Filipinas, que irá estruturar e enquadrar toda a assistência à infância abandonada até ao final do século XVIII.

Quando, no século XVI, a implantação e crescente poderio económico das misericórdias por todo o reino, poderia fazer prever o seu envolvimento, ao lado dos hospitais, albergarias e concelhos, no financiamento e criação das crianças expostas, tal não acontece. E quando o progressivo aumento de crianças vítimas de abandono, empurra algumas misericórdias a assumir, em regime de parceria com as câmaras, a administração da assistência a enjeitados, órfãos e inválidos, ainda aí os encargos financeiros, decorrem por conta dos municípios. Nunca estas instituições, de carácter

---

<sup>47</sup> A partir das Ordenações Afonsinas, estas compilações oficiais, não só uniformizam as normas do Reino como impedem os abusos, praticados pela nobreza, quanto à sua aplicação, além de permitirem aos monarcas amplificar a sua política normativa centralizadora.

assistencial, se substituíram aos municípios no financiamento a este modelo de assistência.

Em Trancoso, tal como na grande maioria dos concelhos, onde não existia qualquer albergaria ou hospital dotado com os rendimentos necessários para assumir a assistência às crianças abandonadas, esse encargo foi sempre assumido pela Câmara.<sup>48</sup> Tratando-se de um concelho de poucos rendimentos e que, pela sua situação fronteiriça, enfrentava constantes despesas de guerra, o lançamento de fintas era a única via de que dispunha para cumprir as determinações estipuladas nas Ordenações. São vários os acórdãos da Câmara em que se encontra referência a este tipo de imposto lançado sobre as populações.

A Misericórdia, existente na vila desde 1514, manter-se-á à margem deste tipo de assistência, não havendo referência a qualquer tipo de apoio ou donativo por ela efectuados com esse fim.

Apenas nos finais do século XVIII, como resposta ao aumento de crianças expostas que se faz sentir em todo o país, e reflectindo uma crescente responsabilidade da sociedade e do Estado perante a criança abandonada, a Ordem Circular, emanada a 10 de Maio de 1783<sup>49</sup>, pela Intendência Geral da Polícia, dirigida por Pina Manique, irá reorganizar as estruturas assistenciais. Seguindo, porém, muito de perto, o quadro legal que foi sendo construído a partir das Ordenações Manuelinas.

## 2.4 – A Roda de Trancoso

Não se pode, com exactidão, indicar uma data para a abertura da Roda<sup>50</sup> em Trancoso. Em nenhuma das várias fontes municipais consultadas, lhe é feita qualquer

---

<sup>48</sup> É esse também o cenário assistencial existente na região do Alto Minho. Cf. FONTE, Teodoro Afonso da, *No limiar da honra e da pobreza. A infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*, Braga [s.n.], 2004 (tese de doutoramento apresentada à Universidade do Minho), p. 103.

<sup>49</sup> Esta data, usada no presente estudo, é a que consta na Ordem assinada por Pina Manique e copiada em em AMCT, *Livro de Treslado de leis, Alvarás régios e ordens, 1760-1802*, fl. 71, «Lisboa dez de Mayo de mil outocentos outenta e trez. Diogo Ignacio de Pina Manique».

<sup>50</sup> Escrever-se-á esta palavra com letra maiúscula sempre que se pretenda designar a casa e/ou organização de acolhimento e assistência aos expostos.

referência. Por outro lado, os dois primeiros livros de registo de assento de exposição que poderiam lançar alguma luz sobre o assunto, desapareceram.

O primeiro testemunho, encontrado nas fontes municipais, e directamente ligado à criação da Roda em Trancoso, é o registo, no *Livro de Treslado das Leis, Alvarás Régios, Ordens e Cartas de 1700 a 1802*, da Ordem circular de 10 de Maio de 1783, procedente da Intendência Geral da Polícia do Reino.

Mas como o escrivão da Câmara, Manuel António Billoco, não anotou a data do registo ou da recepção da ordem, enviada através da Provedoria de Viseu, não é possível estabelecer o momento a partir do qual as entidades municipais, dando cumprimento ao estipulado, procederam à sua execução. Tão pouco foi encontrada nos livros de registo de contas da Câmara, qualquer despesa efectuada com a sua instalação.

Na ausência de fontes escritas, o recurso a fontes de tradição oral, revelar-se-ia igualmente sem resultados. A existência da Roda no concelho, tal como a dos judeus por largos anos, parece ter sido apagada da memória colectiva. Resistindo ao tempo e ao esquecimento, apenas o vocábulo “enjeitado” se mantém. Com outra conotação, porém.

O primeiro contacto com a existência e funcionamento da Roda, em data anterior à do presente estudo, surgiu através do acórdão camarário de 3 de Maio de 1784<sup>51</sup>, onde, dando cumprimento à Ordem circular de Pina Manique, é determinado que «fosse notificada a Rodeira Ignacia Ferreira desta Villa para apromptar a custa do seo ordenado Ama que esteja prompta para provizionalmente dar leite as crianças expostas emquanto se lhe nam acham Amas que os criem. Cuja deligencia se fará o mais tardar em trez dias [...] e para que em todo o tempo estejam Amas promptas [...] se passaram ordens aos juízes para que façam publico nos seos lugares que todas as mulheres que queiram criar os ditos Engeitados venham o[u] mandem dar seos nomes ». Constitui-se este registo, a prova documental mais antiga sobre a existência da Roda em Trancoso. Mais ainda, permite afirmar que, em 3 de Maio de 1784, já se encontrava em funcionamento. Daí a notificação à Rodeira para proceder à contratação de uma ama interna que amamentasse as crianças expostas.

---

<sup>51</sup> AMCT, *Livro de Acordaons da Câmara de Trancozo, 1781-1790*, fls. 104-104v.

Na transcrição do documento foram seguidos os critérios apresentados por Avelino de Jesus da Costa, nas *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos medievais e modernos*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1993.

É de crer no entanto, que a criação da Roda tenha sido efectivada dentro do prazo estipulado pela Ordem circular<sup>52</sup>, dada a prontidão que as entidades municipais punham, em todas as situações, no cumprimento rigoroso das leis do Reino, e que as fontes documentam. Neste contexto, associar a data de 3 de Maio de 1784 a uma criação recente da Roda, ou até mesmo sua contemporânea, parece ser uma interpretação abusiva dos factos.

As fontes municipais são também omissas quanto à localização da Roda. A única referência, muito vaga, surge num registo de baptismo de 13 de Abril de 1794<sup>53</sup>. O padre Coadjutor da Igreja de Santa Maria de Guimarães de Trancoso, ao identificar a criança que tinha baptizado escreve: «Angelica, exposta na Roda desta Villa e freguesia». Parecia assim, ter sido desvendado o mistério sobre a localização da Roda de Trancoso. Contudo, e apesar de se saber que estava sediada na freguesia de Santa Maria, a informação continua a ser muito vaga. É que esta freguesia, englobava uma vasta área anexa, situada dentro e fora de muralhas.

A Igreja de Santa Maria de Guimarães, não sendo a igreja matriz da vila, possuía a maior e mais populosa freguesia. Pertença do padroado secular, esta Igreja estava inicialmente localizada fora das muralhas, tendo sobre ela direito de apresentação, o Conde de Povolide. No século XV, em consequência da sua fusão com a Igreja de S. Miguel<sup>54</sup>, também de apresentação do mesmo fidalgo e extinta com o seu acordo, Santa Maria mudou a sede para dentro das muralhas. Não para junto do castelo, onde a Igreja de S. Miguel existira, mas para um espaço na zona noroeste da Vila próxima das muralhas, o Terreiro de Guimarães, de que adoptaria o nome. Como consequência, ficou a Igreja de Santa Maria de Guimarães detentora da maior freguesia da Vila e, com o seu espaço situado dentro e fora das muralhas.

E, assim sendo, onde seria a localização da Roda? Dentro ou fora de muros?

Em primeiro lugar analise-se a letra e o espírito da Ordem circular da Intendência Geral da Polícia, datada de 10 de Maio de 1783, também designada por Ordem circular

---

<sup>52</sup> “E para que haja de praticar esta providencia em todo o Reino ao mesmo tempo Vossa Mercê a executara pello que respeita a sua comarca no termo de dous mezes”, «Ordem circular de 10 de Maio de 1783», AMCT, *Livro de Treslado das leis, Alvarás régios, Ordens e Cartas, 1760-1802*, fl.170. Ordem copiada a fls. 167v-170v.

<sup>53</sup> ADG, Fundo Paroquial de Trancoso, *Livro de assento de baptizados da freguesia de Sta Maria de Guimaraens, 1794-1834*, fl. 11v.

<sup>54</sup> ANTT, *Memorias Paroquiais, vol. 43, 450 b*, fls. 375-390.



de Pina Manique, no que respeita à criação de casas para exposição de crianças enjeitadas.

O que primeiro transparece da ordem circular é a mentalidade populacionista que lhe está subjacente e que assenta na corrente fisiocrata, que tanto influenciou os economistas portugueses dos finais de setecentos, encontrando em Diderot o seu principal mentor: «... O homem vale pelo número; quanto mais numerosa for uma sociedade, mais poderosa é durante a paz e mais terrível durante a guerra. Logo, um soberano deve ocupar-se cuidadosamente da multiplicação dos seus súbditos. [...] É das crianças que saem os homens ...»<sup>55</sup>.

A seguir, é a convicção de uma sub população, em várias terras do Reino, decorrente, entre outras causas, do grande número de infanticídios praticados nos lugares onde não havia rodas ou berços para exposição de enjeitados. E por fim, a determinação, de um conjunto de medidas, eficazes quanto ao legislador, para a preservação da vida de milhares de crianças e ampliação do potencial demográfico do país.

Assim, e «por consistirem as riquezas de hum Estado na multidão de habitantes...», é determinado na mesma ordem, com carácter de obrigatoriedade, que em todas as vilas do Reino se estabelecesse «hum casa em que haja hum lugar, em que se possam expor as crianças, sem que se conheça quem as leva destinando uma pessoa [...] para a toda a hora do dia e noute receber os Enjeitados que ali se forem expor...».

Ficava deste modo consignado em lei, o carácter legal e anónimo que passaria a revestir o abandono e exposição das crianças indesejáveis, pensando com isso evitar-se os infanticídios que tão desfalcado de gentes deixava o país.

Ora, de acordo com os princípios definidos pela ordem de Pina Manique, a localização da Roda de Trancoso, intramuros, numa vila repleta de casas e habitantes circunscritos ao pequeno espaço cercado de muralhas, não garantiria o sigilo e anonimato, pela atenção e curiosidade que suscitaria entre a população. Por outro lado, em períodos de perigo, como guerras ou epidemias, todas as portas da Vila se encerravam ao entardecer, sendo mesmo algumas tapadas com pedra e cal<sup>56</sup>, e assim permaneciam toda a noite, inviabilizando as exposições nesse período de tempo. O que,

---

<sup>55</sup> DIDEROT, *Arithmétique politique*, cit. por SOUSA, Fernando Alberto de, *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, Porto [s.n.] 1979 (tese de doutoramento apresentada à Universidade do Porto), pp. 87-89.

<sup>56</sup> AMCT, *Livro de Acordaons, 1795-1801*, Acórdão de 28 de Julho de 1798, fl. 132v.

claramente contrariava a lei que estipulava que, as casas de roda fossem de fácil acesso «a toda a hora do dia ou da noite».

No entanto, no arco cronológico em estudo, em que a guerra foi uma ameaça constante, obrigando ao encerramento das portas das muralhas por longos períodos, nem por isso se verificou um abrandamento significativo no ritmo de exposições.

É pois com base no que fica mencionado, e com a ressalva de não terem sido encontradas provas documentais que o confirmem, que se considera mais provável ter a Roda de Trancoso existido e funcionado, fora das muralhas. Num lugar da primitiva freguesia de Santa Maria, suficientemente recatado e afastado da Vila para manter o sigilo e, simultaneamente capaz de possibilitar o anonimato e uma boa acessibilidade, a coberto das trevas ou à luz do dia.

A Ordem circular de 10 de Maio de 1783, além da criação de uma casa de expostos em todas as vilas e do seu funcionamento com a expressa proibição de identificação dos expositores, determinava ainda: a presença obrigatória de uma pessoa para receber os expostos e deles dar imediato conhecimento ao magistrado responsável do concelho; a entrega imediata da criança exposta a uma ama externa, que durante sete anos se ocuparia da sua criação, sendo a despesa paga pelos concelhos com os rendimentos destinados pelas câmaras a esse fim; que os juízes e oficiais de vintena procedessem à condução imediata, para o estabelecimento de expostos, de todas as crianças encontradas abandonadas, nas suas terras e lugares; e que, anualmente, fosse enviado para a Intendência Geral da Polícia, um mapa com a informação do movimento de entradas e óbitos dos enjeitados, assim como informação sobre o zelo das entidades concelhias no cumprimento do estipulado na ordem.

Concebida para uniformizar a nível do país, o financiamento e cuidados na criação e assistência prestada às crianças enjeitadas, a ordem circular de Pina Manique não traz, a nível de financiamento, alterações significativas a Trancoso.

No concelho, tal como ficou dito, por não existir qualquer albergaria ou Hospital a assumir a criação dos enjeitados, há já muito tempo que a sua criação era de responsabilidade da câmara e a despesa paga pelo concelho. Tratando-se de um concelho com uma fraca receita fiscal e pesados encargos em matéria de defesa, o financiamento desta despesa, sempre que os rendimentos camarários eram exíguos, era feito por meio do lançamento de fintas. Privilégio consignado, aliás, pelas Ordenações Manuelinas. São

várias, e antigas, as referências documentais a este imposto extra lançado sobre a população do concelho, para este tipo de assistência. Logo no ano de 1703 aparece uma finta de 25 mil réis, repartidos pelo povo da Vila e termo, para a criação dos «infelizes engeitados»<sup>57</sup>. Em 31 de Outubro de 1726, é lançada uma nova finta para os engeitados. Mas, neste ano, no montante de 70 mil réis, a serem pagos pelas terras que a isso eram obrigadas e cada pessoa segundo os bens que possuísse<sup>58</sup>. Em Janeiro de 1728 surge uma nova finta, no valor de 60.450 réis<sup>59</sup> e, no ano seguinte, igualmente em Janeiro, mais uma vez este recurso é utilizado pela edilidade. Nesta altura de 100 mil réis, «por ser muito presizo por o augmento dos engeitados»<sup>60</sup>, a que certamente não seria alheio o período de grandes dificuldades alimentares em que o concelho vivia<sup>61</sup>.

As grandes inovações trazidas pela ordem circular sobre a criação dos engeitados são certamente a nível logístico, como se infere pelo Acórdão da Câmara de 3 de Maio de 1784<sup>62</sup> onde, pelas determinações tomadas, se vêem as carências de meios que então se faziam sentir dentro e fora da Roda.

Ou seja, era necessário dotar a Roda com uma ama interna de leite, que garantisse os primeiros cuidados às crianças enquanto aí permanecessem, e constituir um grupo de amas, externas, que assegurassem a sua criação. Depreende-se, pois, que a Roda, tal como Pina Manique a concebera, estava ainda na fase de organização.

Apesar da responsabilidade que tinha sido cometida ao concelho, por via do estipulado pelas ordenações do reino em matéria de criação dos engeitados, a indefinição legal sobre a forma de funcionamento do sistema assistencial conduziu à ausência de uma máquina administrativa eficaz para dar resposta às necessidades. Não possuindo o concelho essa estrutura administrativa, o funcionamento da Roda exigia agora a tomada de medidas destinadas a dotá-la dos meios humanos que garantissem o bem-estar e a preservação da vida das crianças, nela depositadas. Ora, além da rodeira, já em funções, por ser a pessoa que na Roda, a qualquer hora do dia ou da noite, assegurava o acolhimento aos expostos, era necessário que as crianças ao chegar, fossem bem

---

<sup>57</sup> AMCT, *Livro de Acordaons, 1700-1704*, Acórdão de 30 de Julho de 1703, fl. 123v.

<sup>58</sup> AMCT, *Livro de Acordaons, 1726-1730*, Acórdão de 21 de Outubro de 1726, fl. 126.

<sup>59</sup> AMCT, *Livro de Acordaons, 1726-1730*, Acórdão de 3 de Janeiro de 1726, fl. 139v.

<sup>60</sup> AMCT, *Livro de Acordaons, 1726-1730*, Acórdão de 2 de Janeiro de 1729, fl. 59.

<sup>61</sup> OLIVEIRA, João Nunes de, *A Beira Alta de 1700 a 1840. Gentes e subsistência*, Viseu, Palimage, 2002, pp. 238-252.

<sup>62</sup> Já citado neste subcapítulo e transcrito integralmente em Apêndices.

cuidadas e amamentadas. É nesse sentido que a edilidade notifica a Rodeira, Ignacia Ferreira, para no prazo de três dias e à custa do seu ordenado, proceder à contratação de uma ama para «provizionalmente», amamentar as crianças enquanto não lhes fossem encontradas amas para os criar. Esta notificação remete para duas questões muito importantes: A primeira é que, naquela data, havia mais do que uma criança na Roda, o que será uma prova de que a sua existência já era conhecida; a segunda informação é a falta de capacidade lactífera da rodeira para fazer face à situação. Não lhe teria sido exigida aquando da sua contratação, configurando isso um lapso grave por parte da edilidade<sup>63</sup>? Ou, pelo contrário, teria ela sonogado essa informação do que decorria a imposição de contratar uma ama à sua custa? Ou dever-se-ia a um inusitado aumento de crianças expostas? À falta de outra informação e, por não se ter encontrado um regulamento interno da Roda, perguntas como estas, ficarão sem resposta, por não ser possível saber quais os requisitos que presidiam à escolha da Rodeira ou até das amas.

Ainda pela leitura do mesmo acórdão toma-se contacto com uma ordem, dada a todos os juízes de vintena do termo, para nos seus lugares tornarem público que as mulheres que quisessem ser amas de expostos deveriam mandar ou ir, pessoalmente, dar o nome ao escrivão da Câmara, para serem inscritas na lista das amas da Roda. Deste modo pretendia a Câmara dispor de amas, em número suficiente, para garantir a amamentação e os cuidados que a vida dos pequenos seres tanto exigia. Mas também é de crer que, com esta medida, pretendessem evitar o que algumas vezes acontecera no concelho, quando a falta de amas obrigara a edilidade a recorrer à amamentação de empréstimo, andando as crianças de casa em casa e de povoação em povoação, de que resultara a sua morte<sup>64</sup>.

Que as autoridades concelhias se esforçavam para garantir a criação e o bem-estar das crianças expostas, é prova o acórdão de 1 de Dezembro de 1790<sup>65</sup>. Nessa sessão da

---

<sup>63</sup> Segundo ROQUE, João Lourenço, “em cada Roda habitaria permanentemente uma rodeira para a qualquer hora receber as crianças expostas, devendo ela ser mulher de vida boa, e costumes, que tenha criado de leite seus filhos, e carinhosa para crianças, e sempre preferida em primeiro lugar a que saiba ler, e escrever, em segundo a que tiver leite”, *Classes Populares no Distrito de Coimbra, no séc. XIX (1830 – 1870)*, vol. I, tomo II, Universidade de Coimbra, [s.n.], 1982, tese de doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra, pp. 710-715. Num concelho rural onde a iliteracia atingia a quase totalidade dos habitantes, certamente que o primeiro dos dois requisitos para a escolha da rodeira não se colocaria. Neste pressuposto, apenas a capacidade para amamentar, seria tida em linha de conta para a sua escolha.

<sup>64</sup> AMCT, *Livro de Acordaons, 1758-1760*, Acórdão de 25 de Março de 1758, fl. 13v.

<sup>65</sup> Ver a transcrição integral em Apêndices.

câmara foi determinado que os juizes de vintena, nos seus lugares, verificassem se as amas alimentavam e vestiam os enjeitados a seu cargo e disso dessem conhecimento ao presidente do senado, no primeiro Domingo de cada mês, sob pena do pagamento de quatro mil réis por incumprimento. E sob igual pena, ficava obrigado o Alcaide da Vila a exercer idêntica vigilância sobre os enjeitados a criar nas quintas do aro da Vila e em Corças.

Apesar de tudo isto, não bastava o empenho e a boa vontade das autoridades para garantir o leite e os bons cuidados de que as crianças necessitavam. As amas externas continuavam a escassear, recusando-se as mulheres, em condição de o fazer, a amamentar os expostos mesmo em troca de um salário. A crise atingia a própria casa da Roda, onde não havia nenhuma mulher para amamentar as crianças que entravam. Da solução encontrada para contornar tão dramática situação, a compra de uma cabra de leite, dá-nos conta o acórdão de 14 de Janeiro de 1791<sup>66</sup>.

«... Nesta se detreminou que por se evitarem os prejuízos que a condeçom dos Engeitados que se expõem na Roda desta Villa nom havendo quem queira darlhe de mamar, sucedendo estarem muitas vezes antes de aparecerem as Amas que os criem em perigo de os mesmos perecerem a necessidade por falta de sustento, se comprasse do dinheiro do Depozito uma cabra capaz de leite que esteja prompta debaixo da inspecção da mesma Rodeira para quando chegar qualquer criança hade-o sustentar a mesma cabra emquanto não parecer a quem se entregue para o crear [...]»<sup>67</sup>.

Importa aqui evidenciar o vanguardismo desta decisão da edilidade face ao problema, já que esta situação de carência não era apenas sentida em Trancoso, mas em todo o Reino. É disso exemplo a circular da Intendência Geral da Polícia de 5 de Julho de 1800, em que, nove anos mais tarde, Pina Manique, apostado em reverter o deficit demográfico do país através da salvaguarda da vida das crianças expostas, aconselha, igualmente, a utilização de cabras como meio de superar a falta de amas<sup>68</sup>.

Contudo, esta medida não parece ter atenuado o problema da falta de amas, para o qual a edilidade continuava a não encontrar solução. Tudo leva a crer que só terá

---

<sup>66</sup> AMCT, *Livro de Acórdãos, 1790-1795*, fl. 34.

<sup>67</sup> Em AMCT, *Livro de registo de contas, 1791-1802*, fl.76, surge a rubrica, *Despeza efectuada com huma cabra para a Rodeira dos Expostos – quatro mil e oito centos réis*.

<sup>68</sup> Citado por SÁ, Isabel dos Guimarães, «Abandono de Crianças, Infanticídio e Aborto na Sociedade Portuguesa Tradicional através das fontes Jurídicas», *Penélope, Fazer e Desfazer a História*, n.º 8, Lisboa, Edições Cosmos, 1992, p. 82.

começado a ser ultrapassado quando, nas circulares da Intendência da Polícia, de 5 de Julho de 1800 e 6 de Dezembro de 1802 dirigidas aos provedores das comarcas, Pina Manique dá conta da vontade política de alargar, a todo o Reino, os privilégios concedidos até aí às amas dos expostos de Lisboa e a seus maridos e filhos, isentando-os do serviço de guerra. E que o Alvará de 18 de Outubro de 1806<sup>69</sup> confirmará, numa clara preparação para os duros momentos de guerra que se avizinhavam. Em Trancoso, onde a vida das populações era constantemente determinada pela guerra, os privilégios concedidos por este normativo legal terão sido fundamentais para resolver a carência de amas, que até aí fora sentida.

Sendo verdade que a Ordem Circular de 1783 garantia um sistema assistencial aos expostos, de grande uniformidade institucional e financeiro, fiscalizado por parte de um organismo central, a prática assistencial revelar-se-ia bem diferente, dependendo de múltiplos factores ditados pelas realidades circunstanciais em que se inseria. Em primeiro lugar da capacidade financeira do concelho mas, sobretudo, de uma boa gestão dos fundos e recursos humanos a ele adscritos.

Em Trancoso, tal como determinava a lei<sup>70</sup>, e embora só existam fontes documentais para um período mais tardio ao da instalação da Roda<sup>71</sup>, a despesa com os expostos passou a ser feita pelo cabeção das sisas. O fundo de receita destinado a esse fim era estipulado anualmente, pela edilidade, que na mesma sessão de câmara, elegia o Depositário do Cofre dos Expostos, entidade responsável pela sua cobrança e guarda. Sobre esta despesa efectuada pelo concelho entre 1794 e 1801, nada se sabe, dada a ausência de registos. No entanto em 1802<sup>72</sup>, a quantia lançada no cabeção das sisas do concelho para o pagamento dos expostos foi de 1.000.000 réis, o que deixa antever os pesados encargos que a criação dos expostos acarretava ao concelho e suas populações.

---

<sup>69</sup> LOPES, Maria Antónia, *Protecção Social...*, cit., p. 133.

<sup>70</sup> «Que tudo será satisfeito pellos rendimentos applicados nas cameras para semelhante fim ou pello cabeçam das sizas naquellas terras onde nam ouver aquelles rendimentos», Ordem Circular de 10 de Maio de 1783. Convém referir que, até á criação Roda, por esta circular, a despesa com a criação dos enjeitados era, no concelho, paga com os fundos provenientes do lançamento de fintas.

<sup>71</sup> As primeiras referências a esta forma de financiamento da Roda aparecem no *Livro de registo de leis e privilégios, 1767-1802*, a fl. 56v. Trata-se da transcrição de uma ordem emanada da Provedoria de Viseu, a recomendar que a despesa dos expostos fosse feita de acordo com a lei, onde pode ler-se «e assim no lançamento das sizas todos pagam e concorrem para a obra pia da criação dos expostos o que não acontece nas fintas separadas, em que somente pagam os pobres». Também no *Livro de pagamentos de expostos, 1803-1806*, a fl. 20., é referido que tinha sido lançado, em 1803, «hum Conto de réis» no cabeção das sisas, para o pagamento dos expostos.

<sup>72</sup> AMCT, *Livro de Pagamento de Expostos, 1803-1806*, fl. 77v.

E numa clara evidência de que a receita não era suficiente para cobrir as despesas da Roda, aparece no registo das contas referentes ao último trimestre de pagamentos de 1802, a dívida de 268.446 réis que a Câmara tinha para com o Depositário do Cofre dos Expostos.

A tutela da Roda era exercida pelo juiz de fora, oficial de nomeação régia que presidindo a todos os actos camarários, na condição de Presidente da Câmara, tinha por isso um papel primordial em todas as decisões que diziam respeito à vida do concelho. Além de que na condição de pessoa estranha ao concelho e, directamente dependente do poder central, era uma garantia de imparcialidade e rigoroso cumprimento das leis, assegurando a correcta adequação das respostas concelhias aos normativos legais em vigor. Neste contexto, e até à reforma liberal, foi o juiz de fora a autoridade concelhia responsável pela administração da Roda, dele dependendo todas as decisões relacionadas quer com a parte organizacional, quer financeira.

De acordo com estas prerrogativas, todas as crianças expostas na Roda, ou fora dela, deviam ser levados perante ele para que lhes ser aberto o termo de registo de assento que lhes conferia o estatuto de expostos. A apresentação das crianças, quando abandonadas na Roda, era de atribuição da rodeira e deveria ser feita no mais curto espaço de tempo após a exposição<sup>73</sup>. Tratando-se de um abandono fora da Roda, e tal como a lei previa, a criança seria transportada e levada ao juiz de fora pelo juiz de vintena<sup>74</sup> do lugar onde tinha sido abandonada, no dia imediato, que daria conhecimento, para registo, de todos os pormenores que tinham rodeado a exposição. Antes, porém, o juiz de fora averiguava se a criança era portadora de alguma indicação sobre o nome ou se já estava baptizada. Em caso de isto se não verificar era-lhe mandado ministrar o sacramento de baptismo pelo abade de Santa Maria<sup>75</sup>, ou quem ele delegasse e, só então, a criança era enviada para a rodeira, a qual, posteriormente, a conduziria à ama externa que dela se ocuparia durante os sete anos previstos pela lei.

---

<sup>73</sup> Isto quando a exposição ocorria durante a noite ou madrugada; se fosse durante a manhã era apresentada nesse mesmo dia.

<sup>74</sup> Nos *Livros de Registo de Assento de Exposição*, de 1803 a 1825, eles são designados como juizes de vara.

<sup>75</sup> A partir de 1804, as crianças, expostas na Roda, eram baptizadas antes de serem apresentadas ao juiz de fora. A partir de 1806, as crianças expostas fora da Roda, passam a ser baptizadas nos lugares onde eram encontradas, quase sempre coincidindo com os lugares das amas a quem era confiada a sua criação.

Convém aqui referir que embora os termos de registo de assento de exposição fossem lavrados pelo escrivão da câmara, era sempre o juiz de fora, que estando presente, mandava proceder à sua abertura. Quando em 1811, no decorrer das Invasões Francesas, o juiz de fora se ausenta da vila e vai com os outros elementos da câmara para o Reboleiro, deixam de ser lavrados termos de exposição.

Uma outra atribuição para a qual o juiz de fora também não subdelegava poderes era nos pagamentos à rodeira e amas dos expostos. Ao longo da série, todos os pagamentos foram feitos na sua presença, numa clara demonstração de supervisão e também porque, nesse dia, as amas das crianças de leite eram obrigadas a apresentar, as crianças a seu cargo para revista<sup>76</sup>.

Tratando-se de um concelho marcadamente rural, e com graves problemas económicos, onde a exposição e abandono de crianças se bem que tenha atingido um aumento significativo com a criação da Roda, não assumiu as dimensões de um fenómeno de massas, a máquina administrativa teve aqui dimensões muito reduzidas. Razão que justifica não se encontrarem, em Trancoso, muitos dos funcionários existentes em outras instituições do género. Para além do juiz de fora e do escrivão da câmara que o assessorava, lavrando os termos de exposição e procedendo ao registo de pagamentos às amas e informação considerada relevante sobre os expostos, apenas se encontra referência à rodeira e amas externas à Roda.

A nível da estrutura de acolhimento, era a rodeira que ocupava o lugar preeminente. Dependendo dela o sigilo e anonimato das exposições assim como o bom acolhimento indispensável à sobrevivência das crianças expostas, deveria ser uma pessoa honesta, de reconhecidas qualidades morais e capaz de prestar os primeiros cuidados, em termos de aconchego e alimentação. Daí a necessidade de o cargo recair, quase sempre, sobre uma mulher lactífera. Em Trancoso e no que concerne ao período inicial de criação da Roda, pelos documentos encontrados e já atrás analisados, fica-se com algumas dúvidas quanto ao preenchimento deste requisito. Uma coisa é certa, esta rodeira de nome Ignacia Ferreira, manteve-se em funções quase durante nove anos e, no *Livro de registo de contas de 1803-1806*, não há registos de pagamentos a qualquer ama interna,

---

<sup>76</sup> Durante o primeiro ano de vida a revista deveria ser feita em todos os pagamentos às amas. Depois passava a anual, salvo se houvesse denúncia de desleixo ou maus-tratos. AMCT, *Livro de Termos de Assento dos Engeitados (1808-1810)*, fl. 23 v.



sendo ela a única ama existente na Roda. Em 1803, acumulava esse cargo com o de ama caminheira, recebendo por trimestre, como rodeira, um salário de cinco mil réis, e oitenta réis por cada exposto que conduzia «aos povos»<sup>77</sup>.

Relativamente às amas externas, não havia em Trancoso uma diferenciação remuneratória entre amas de leite e amas a seco, o que não sendo inédito<sup>78</sup>, parece ousado. Tratando-se de um concelho pobre e constantemente sobrecarregado com encargos de guerra, esta medida tem um longo alcance e parece configurar um forte incentivo às amas para, nos primeiros anos de vida, assegurarem às crianças os bons cuidados tão necessários à sua sobrevivência. Fazendo parte da população rural e recrutadas em todos os lugares do termo, algumas destas mulheres manter-se-iam assim ao serviço da Roda durante vários anos, no que deixa antever a importância da actividade nas estratégias de subsistência face às dificuldades que as populações enfrentavam.

---

<sup>77</sup> AMCT, *Livro de pagamento dos Expostos (1803-1806)*, fls., 34.

<sup>78</sup> O mesmo acontecia na Póvoa de Varzim e em todos os concelhos de Viana do Castelo. Ver LEANDRO, Joana Maria Fernandes, *Os Expostos da Póvoa de Varzim (1792-1836)*, Lisboa, [s.n.], 2008, p. 30 e FONTE, Teodoro Afonso da, *No limiar da honra e da pobreza ...*, cit., pp. 343-346.

## CAPÍTULO III – O ABANDONO

### 3.1 – Os expostos entrados na Roda de Trancoso

Ao estudar o fenómeno da exposição de crianças difícil se torna deixar de pensar no valor que a criança, actualmente, tem nas sociedades ditas ocidentais e que Viviana Zelizer tão bem define como, “emotionally priceless, economically useless”<sup>79</sup>. Resultado de uma profunda alteração das estruturas económicas, políticas e sociais ocorridas ao longo do século XIX, esta concepção reflecte igualmente a mudança de mentalidade operada na sociedade sobre a família e o papel da criança. Muito afastada da ideia que o fenómeno da exposição de crianças parece traduzir. Não pretendendo falar aqui nos sentimentos ou causas que envolveram este fenómeno social, e que serão abordados posteriormente, do estudo micro analítico efectuado aos termos de exposição referentes aos anos de 1803 a 1825, num total de mil e setenta e sete, ressalta a percepção da existência de conflitos pessoais subjacentes.

O abandono de crianças começando como fenómeno marginal, tornar-se-ia com a difusão das Roda, um acto legal e socialmente bem aceite, deixando de ter a conotação negativa que a palavra abandono ou enjeitamento lhe conferiam. Por outro lado, a não reprovação por parte da Igreja desta nova forma de abandono, confere à exposição o significado de entrega à caridade pública e permite a exclusão de crianças do ambiente familiar, por razões de natureza económica, (no caso de pobreza dos progenitores), ou de ordem moral (ilegitimidade, preservação de honra e condição de espúrio). Sancionada pela lei, liberta dos interditos morais que a religião lhe poderia colocar e salvaguardados os receios de pudor e reprovação pelo secretismo de que se revestia, a exposição de crianças em Trancoso, iria assumir-se como uma questão social de proporções que os dados, a seguir, representam.

---

<sup>79</sup> Cit. por SÁ, Isabel dos Guimarães, *Abandono de crianças, identidade e lotaria: Reflexões em torno de um Inventário*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998, p. X.

**Tabela 1:** Número de Expostos na Roda de Trancoso (1803-1825)

Ano	Exposições	Ano	Exposições
1803	41	1815	30
1804	38	1816	65
1805	52	1817	84
1806	37	1818	77
1807	26	1819	74
1808	21	1820	53
1809	55	1821	42
1810	38	1822	47
1811	18	1823	56
1812	55	1824	53
1813	36	1825	36
1814	43	<b>Total</b>	<b>1077</b>

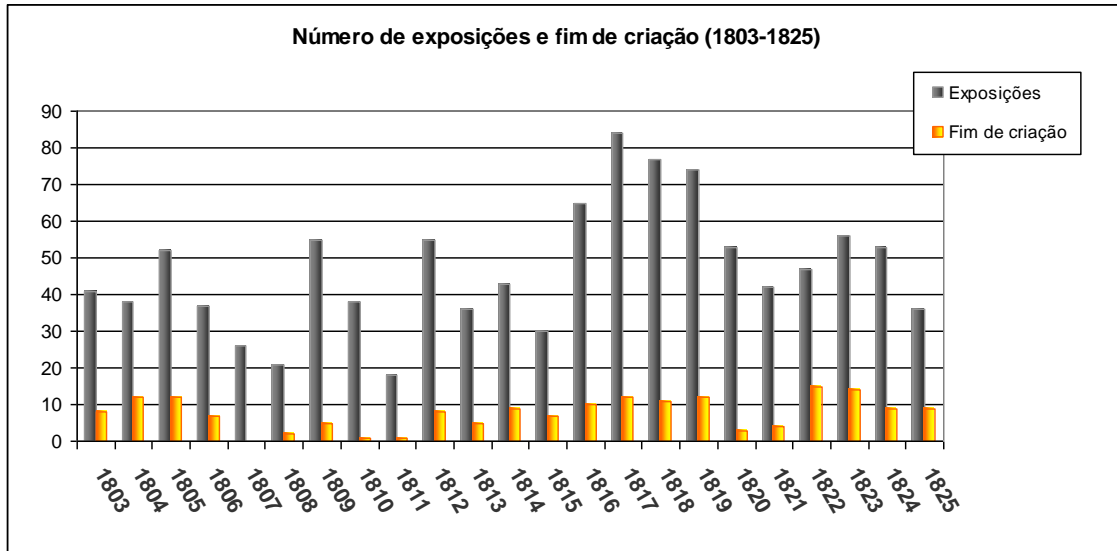
Fonte: AMCT, *Livros de Registo de Termos de Exposição (1803-1825)*.

De referir que da tabela apenas consta o número de crianças expostas, em cada ano, tendo sido retiradas da contagem aquelas a quem foi concedida criação por pobre, pelo Cofre dos Exposto. No caso de dúvidas, já que os termos de criação por pobre são em tudo idênticos aos dos expostos, optou-se por não o considerar como exposto<sup>80</sup>.

Embora a Tabela 1, apresente o número de ingressos anuais na Roda e o seu total no fim da série em estudo, para uma mais rápida percepção do movimento de evolução e/ou contracção das exposições, apresenta-se a seguir, o Gráfico 1.

<sup>80</sup> Com base neste critério, nos anos de 1814 a 1825, não foram contabilizadas 27 crianças.

**Gráfico 1**



Fonte: AMCT, *Livros de Registo de Termos de Exposição (1803-1825)*.

Ao analisar os dados representados, constata-se desde logo o elevado número de exposições verificado em 1803, diferindo muito dos dados apresentados para outros lugares<sup>81</sup>. Não coincidindo o ano de 1803, com o que as fontes apontam para início do funcionamento da Roda (1784) e tendo presente o espaço de dezanove anos entre uma e outra data, o alto volume de entradas em 1803 pode ser interpretado como o resultado de um processo natural evolutivo, mesmo se acima dos valores observados noutras regiões. Neste pressuposto, seria o resultado lógico decorrente de um conhecimento generalizado do funcionamento da Roda e do hábito, já instalado entre as populações, do recurso à exposição em momentos de grandes apertos e dificuldades. A investigação feita no Arquivo Distrital da Guarda, dos *Fundos Paroquiais de Registo de Baptismo de Trancoso*, dá conta de um gradual aumento do número de expostos baptizados de 1794 a 1802, indicando uma tendência de evolução em alta, regular, a partir de 1794. Embora o

<sup>81</sup> Em Góis, os ingressos na Roda foram baixos de 1784 a 1806, ver SIMÕES, João Alves, *Os Expostos da Roda de Góis, 1784-1841*, Porto, [s.n.], 1999, tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 84. Idêntica situação era vivida na Roda da Póvoa de Varzim, onde, de 1792 a 1820, a média anual não ultrapassava as 20 exposições (LEANDRO, Joana Maria F., *Os Expostos da Póvoa de Varzim (1792-1836)*, cit., p. 37.

número de baptismo, não coincida com o das exposições pelo facto de muitas crianças já serem expostas baptizadas, como se comprovou ao longo da série, o aumento anual do número de baptismos é uma segura indicação do crescimento de exposições. Este movimento ascensional, com uma ligeira quebra em 1804 (38 exposições) tem o ponto mais expressivo em 1805, com 52 exposições, acompanhando de perto o período de dificuldades que se vivia no concelho. As derramas para as despesas de guerra, lançadas sobre as populações, quando do envolvimento de Portugal na Campanha do Rossilhão (1792) e a Guerra das Laranjas (1801), juntamente com os maus anos agrícolas de 1800 a 1802 que se reflectiram na subida do preço dos cereais<sup>82</sup> deixaram as populações na miséria.

A partir de 1805, assiste-se a uma queda acentuada das exposições atingindo em 1808 um dos valores mais baixos da série, (21). Tratando-se do início de um dos períodos mais conturbadas da história da região, as invasões francesas, este decréscimo que atingirá o ponto mínimo em 1811, (18), poderá não corresponder efectivamente a uma baixa de exposições mas ao facto de a maior parte delas ser feita fora da Roda. Numa época em que as populações, numa fuga constante ao perigo que a passagem e incursões de soldados inimigos representava, se refugiavam nos montes, a exposição de uma criança, mesmo quando feita à porta de uma casa, não era imediatamente detectada. Assim muitas delas, encontradas tardiamente, estariam já mortas ou morreriam durante o caminho para a Roda, não lhes sendo por isso, lavrado termo de exposição. Uma outra razão que poderá explicar esta queda das exposições e também credível, será um sub-registo. Com a capitulação da vila de Almeida em 26 de Agosto de 1810, e a saída do exército luso inglês de Trancoso aliada à política de terra queimada decretada por Wellesley, as populações fogem deixando a vila e o termo desertos. A Câmara e o Juiz de Fora saem para o Reboleiro, onde passam a ser feitas as sessões camarárias. O último registo de exposição efectuado em 1810, data de 28 de Novembro e diz respeito a uma menina, Maria, exposta recém nascida em Miguel Choco, e falecida treze dias depois pelo «estado defecado em que vinha»<sup>83</sup>. A seguir a esta data, só em 7 de Setembro de 1811 é aberto um outro termo de exposição. Ora não parece credível que durante um período tão grande, dez meses, não tenha ocorrido uma única exposição. O termo lavrado

---

<sup>82</sup> Sobre este assunto, ver a nota 35 e a Tabela de preços de cereais, em Apêndices.

<sup>83</sup> AMCT, *Livro de Termos de Assento dos Engeitados, 1808-1810*, fl. 51.

em 7 de Setembro de 1811 - a um menino exposto em 8 de Fevereiro desse ano e que expressamente diz não ter sido efectuado o registo, aquando da exposição, pelo facto de o juiz de fora, à data, se encontrar no Reboleiro - parece trazer um pouco de luz sobre o assunto. De acordo com esta informação, enquanto a Câmara e o Juiz de Fora estiveram fora de Trancoso não foram lavrados termos de exposição, pelo facto de os livros de registo, tal como o Arquivo da Câmara terem sido levados, para o Reboleiro<sup>84</sup>.

Atendendo a que, as maiores taxas de mortalidade dos expostos ocorria durante os dois primeiros meses, esta será a mais provável razão da falta de exposições durante quase um ano explicando a queda abrupta verificada em 1811 e que a retoma verificada em 1812, para valores iguais a 1809, parece confirmar.

A partir de 1812 e, reflectindo possivelmente uma quebra de natalidade provocada pela fome e pelo desequilíbrio do índice de masculinidade entre a população do concelho, que a guerra causara, assiste-se a um movimento irregular de queda das exposições até 1815, iniciando-se a partir daí um firme crescimento, com picos máximos em 1817 (84), 1818 (77) e 1819 (74). Uma razão para este acréscimo do abandono, com valores nunca até aí atingidos, e que contraria a quebra de natalidade verificada na região<sup>85</sup>, prender-se-á com as dificuldades, criadas pelas invasões, que as populações desta zona viviam: campos destruídos, casas queimadas e falta de braços para a agricultura a ocasionar carências alimentares, que nem as ajudas dos governos português e britânico tinham conseguido colmatar. Idêntica situação parece ter sido vivida em Celorico da Beira, onde nos anos de 1817 a 1825, são expostas 592 crianças<sup>86</sup>, ultrapassando o número que, em igual período de tempo, se verificou em Trancoso, 522 exposições.

Por outro lado, a micro análise efectuada aos termos de registo de exposição, dá conta de algum desinteresse em relação à sorte das crianças expostas e que se manifesta pela ausência de bilhetes, pela escolha dos locais de exposição e pelo número, cada vez

---

<sup>84</sup> No registo de uma menina, exposta em 23/6/1811, e lavrado apenas em 22/2/1812, existe um termo avulso, feito pelo juiz de vara de Fiães, e que foi apenso ao livro após a abertura do termo. Em nota, após a assinatura, o juiz de Fiães declara que «fasso este papel, por a circunstancia enzigir e o Livro não se achar na Villa» in AMCT, *Livro de Termos de Exposição, 1810-1816*, fl. 7.

<sup>85</sup> SOUSA, Fernando Alberto de, *A população portuguesa nos inícios do séc. XIX*, Porto [s.n.], 1979 (tese de doutoramento apresentada à Universidade do Porto, pp. 187-189).

<sup>86</sup> RODRIGUES, Adriano Vasco, *Celorico da Beira e Linhares, Monografia histórica e artística*, Celorico da Beira, Câmara Municipal de Celorico da Beira, 1979, p. 156.

maior, de crianças sem baptismo. Em 1816, das 65 crianças expostas, 53,80% não eram baptizadas; em 1817 ascenderam a 61,90%, em 1818 atingem os 70,10% e em 1819, 63,51%. Além da miséria, outra explicação poderá estar na origem desta mudança de atitude. A ausência de um mercado matrimonial local provocada pela morte e/ou deserção da maior parte da população masculina<sup>87</sup> e o contacto directo com os soldados nos trabalhos agrícolas,<sup>88</sup> terá provocado um acréscimo de ilegitimidade comprovada aliás pelo acentuado acréscimo de referências a mães solteiras<sup>89</sup>. A este contexto, se poderá também atribuir a falta de interesse e afectividade para com estas crianças. Fruto involuntário de relacionamentos fortuitos que nem sempre seriam consentidos, e representando apenas uma boca a mais para alimentar, apenas um caminho lhes estava destinado – a exposição.

A queda moderada do volume das exposições, iniciada em 1819 e que se irá manter até 1825, com 36 casos anuais, não será consequência de uma retoma económica do concelho, pouco significativa já que, embora o preço dos cereais tivesse descido, a agricultura continuava paralisada; mas de uma nova atitude por parte das autoridades concelhias face ao engrossar do volume de exposições que o concelho enfrentava. É de acordo com esta nova linha de orientação que surge o aumento de concessões de criação por pobre, pelo cofre dos expostos, mediante petição ao juiz de fora, por parte de progenitores sozinhos e com dificuldades económicas: mães solteiras e sem família, viúvas, mulheres de soldados abandonadas e homens viúvos com outros filhos vivos<sup>90</sup>. O que terá estado na base desta decisão? A compaixão pela miséria que as populações sofriam, ou uma atitude meramente economicista? É que a concessão de criação por pobre, geralmente por um a dois anos, e apenas por metade do ordenado atribuído às amas, dos enjeitados, reduzia substancialmente a despesa do município, ao evitar o acréscimo de exposições.

---

<sup>87</sup> MESQUITA, João Manuel de Campos e, “Extracto da Memoria ...”, cit., pp. 317-318. Em 1814, afirmava este autor, que era o Corregedor de Trancoso, que as invasões francesas tinham deixado muitos lugares do termo sem uma só cabeça de gado e algumas aldeias sem um só homem por estarem mortos ou desaparecidos.

<sup>88</sup> AMCT, *Livro de Acordaons de 1813 a 1817*, fls. 79-79v.

<sup>89</sup> Em 1817, aparecem referenciadas 17 mães solteiras; em 1818, 16 e em 1819, 21, in AMCT, *Livro de Termos de Assento de Expostos 1816-1820*. Ainda nas mesmas fontes, surgem os registos de cinco entregas compulsivas de crianças a pais, todos soldados e pertencentes ao Regimento de Caçadores nº 8, acantonado em Trancoso.

<sup>90</sup> Estes os critérios estabelecidos pelo juiz de fora de 1819 a 1825 e que se pode observar nos despachos feitos nos requerimentos encontrados no *Livro de Assentos de Expostos 1819-1825*, AMCT.

Não sendo possível estabelecer o peso que cada uma das hipóteses apontadas exerceu, na decisão da edilidade, um facto parece ser-lhe indissociável, o abrandamento e decréscimo de exposições verificado até 1825.

Por último e a nível de análise global, poder-se-á dizer que, em Trancoso, o movimento das exposições aparece condicionado pelos conflitos político militares em que o concelho se viu envolvido e que determinaram as condições socioeconómicas de vida das populações. De acordo com o enunciado tudo parece apontar para uma interligação das flutuações de exposições com períodos de fugas e de graves crises económicas e, ainda, com a existência de elevadíssimas taxas de masculinidade<sup>91</sup> provocadas pelo acantonamento de soldados que se seguiram às perdas de homens autóctones.

A exposição, significando a transferência de uma criança da esfera familiar para o domínio colectivo, era o corolário de um conjunto de decisões e procedimentos mais ou menos secretos que poderiam configurar um “rito de passagem”<sup>92</sup>. Perante a incapacidade, social ou económica, em assumir ou garantir a sobrevivência de uma criança e uma vez tomada a decisão de colocar a sua criação sob a alçada da assistência pública, o primeiro passo a dar seria o baptismo. Isto porque embora a morte, em tenra idade, fosse quase fatídica e socialmente aceite, o mesmo não acontecia relativamente à perda da felicidade eterna<sup>93</sup>.

Conscientes dos riscos que a exposição envolvia, o baptismo ministrado na esfera familiar, por um padre ou por qualquer pessoa mediante invocação da Santíssima Trindade, assegurava à criança, no caso de falecimento, o acesso ao paraíso e a garantia do enterro em «sagrado». São vários os bilhetes/escritos que dão conta deste contexto intencional. É o caso do que acompanhava uma menina recém-nascida, exposta na Póvoa del Rei, em 29 de Janeiro de 1804, e que se revelaria muito oportuno já que a criança

---

<sup>91</sup> Em Trancoso, sobretudo em períodos de guerra, devido ao acantonamento de soldados, a percentagem de masculinidade era muito elevada, atingindo valores próximos dos 165%. In SOUSA, Fernando Alberto Pereira de, *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, cit., pp. 356-362.

<sup>92</sup> Trata-se de um conjunto de procedimentos destinados a preparar a transição de um estágio da vida humana a outro, afastando os perigos e obstáculos que essa passagem envolve. Este conceito inicialmente usado em estudos antropológicos é hoje consensualmente utilizado na historiografia. Ver GENNEP, Arnold Van, *The rites of passage*, London, Routledge Library Editions, 1960, pp. 3-21.

<sup>93</sup> LOPES, Maria Antónia, “Crianças e jovens em risco nos séculos XVIII e XIX”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 2, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Coimbra, Palimage Editores, 2002, p. 159.



faleceu logo que chegou à Roda: «vay baptizda e nom nommiada se morrer emterremne em sagrado»<sup>94</sup>. O escrito que acompanhava duas crianças gémeas, um menino e uma menina, expostos recém-nascidos, em 6 de Abril de 1807, em Vila Novinha, laconicamente, dá conta da mesma intenção: «se morreram podem enterrar em sagrado»<sup>95</sup>. Também estas duas crianças viriam a falecer antes que lhes pudesse ser realizado um baptismo *sub condicione*, o menino durante o transporte e a menina à chegada à Roda.

Garantia de felicidade eterna e desejo de protecção divina para a criança, o baptismo representa também, muitas vezes, a afectividade e a preocupação familiar com o seu destino e que se exprime através do pedido insistente de que a tratem com caridade e compaixão e lhe seja mantido o nome, que lhes permitirá a identificação ao longo da vida.

Em Trancoso, ou por se tratar de uma população com espírito de grande religiosidade, ou por preocupação com o destino das crianças, uma grande parte dos expostos, trazia indicação de baptismo. De 1803 a 1825 num universo de 1077 crianças expostas, 40,10% eram baptizadas. Apenas os anos de 1817, 1818 e 1819 representam uma excepção, já que as percentagens anuais de 38,10%, 29,90% e 36,50% respectivamente, ultrapassam de modo significativo o valor médio apresentado.

Sinal também de preocupação familiar com a sorte da criança, mesmo quando de enfeitamento definitivo se tratava, é o facto de nos anos de início da série, alguns enjeitados serem acompanhados de mensagens a referir a falta de baptismo, mesmo sabendo que lhe seria realizado um novo baptismo *sub condicione*. Umas lacónicas, dizendo apenas, «não vai baptizado», outras a indicar também o nome que pretendiam que se lhes pusesse e a pedir um bom tratamento.

No período que antecedeu as invasões francesas o baptismo, *sub condicione* dos expostos, quer apresentassem ou não, a indicação de ter sido baptizados previamente, era quase sempre feito na Igreja de Santa Maria de Guimarães. Após 1812, e possivelmente no decurso das alterações que aquele conflito provocou na vila, os expostos passaram a ser, na sua maioria, baptizados nas paróquias dos lugares onde eram encontrados.

---

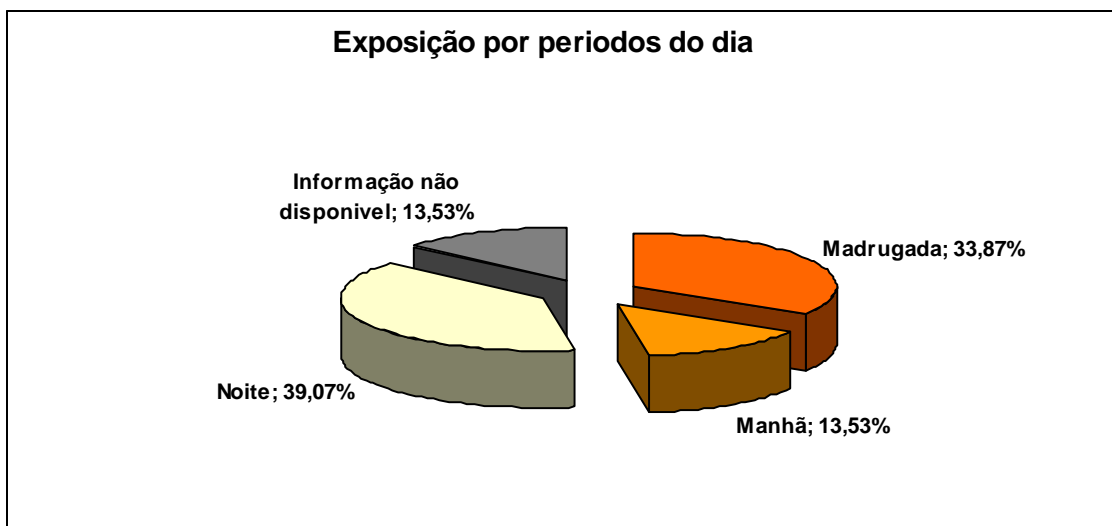
<sup>94</sup> AMCT, *Livro de Registo de Termos de Exposição, 1802-1808*, registo 49, fl. 50v.

<sup>95</sup> AMCT, *Livro de Registo de Termos de Exposição, 1802-1808*, registo 180, fl. 182.

Não obstante o abandono ser legal, era regido por regras de silêncio, segredo e anonimato<sup>96</sup> e um processo do foro privado<sup>97</sup> a requerer especiais cuidados por se encontrarem em presença, factores de vária natureza como pudores e receios de acusações e crítica social, estratégias familiares e preocupações quanto à sobrevivência da criança.

Constituindo a parte mais oculta de uma estratégia, destinada a evitar a curiosidade de quem gostaria de identificar a origem familiar das crianças, através dos condutores, o período do dia escolhido para a exposição ganhava uma particular relevância.

**Gráfico 2**



Fonte: AMCT, *Livros de Registo de Termos de Exposição (1803-1825)*.

Pela análise do Gráfico 2, pode verificar-se que a maior percentagem das exposições ocorria com a “cumplicidade” da noite, logo após o anoitecer, entre as oito da noite e a uma da manhã, quando a exposição foi feita na Roda.

O segundo período com maior percentagem era o da madrugada, ainda escuro, antes do «cantar do galo». Considerando no entanto que muitas destas exposições foram

<sup>96</sup> SANTOS, Graça Maria de Abreu Arrimar Brás dos, *A Assistência da Santa Casa da Misericórdia de Tomar. Os expostos. 1799-1823*, Tomar, Misericórdia de Tomar, 2002, p. 25.

<sup>97</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães, “As crianças e as idades da vida: Segredos de família: aborto, infanticídio, ilegitimidade e abandono de crianças”, in *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*, direcção de José Mattoso, s.i., Círculo de Leitores, 2010, pp. 88-90.

feitas fora da Roda, é provável que algumas delas tenham ocorrido durante o período da noite, tendo apenas sido encontradas as crianças ao «cantar do galo», por ser a hora em que, na Primavera e Verão, a população rural se levantava para os trabalhos agrícolas.

Logo a seguir, e com igual percentagem ao do período do dia não identificado, aparece a manhã, referida na maior parte dos casos como «ao raiar do sol». Ao longo de toda a série, apenas em dois registos de assento consta que as exposições ocorreram, «manhã alta», à luz do dia. O primeiro caso em Rio de Moinhos, em 19 de Outubro de 1803<sup>98</sup> com uma menina de quatro meses, e o segundo a 1 de Março de 1806<sup>99</sup>, na vila, com uma menina com cerca de um ano e meio. Num e noutro caso as duas meninas são entregues pelas mães, com o pedido de guarda por «um pouco», não tendo regressado depois.

Inferindo-se da análise, que os períodos de escuridão eram os preferencialmente escolhidos para as exposições, também aqui se torna pertinente a dúvida suscitada a Maria Antónia Lopes, «sob o segredo da noite esconder-se-ia o medo ou a vergonha?»<sup>100</sup>.

A estratégia familiar que culminava com a exposição e resultava de um processo mais ou menos longo, de acordo com as motivações subjacentes ao abandono e as preocupações familiares com a sorte da criança, está também interligada à idade no acto de exposição. Neste sentido e a nível de uma análise comportamental, a idade da criança, quando exposta, poderá constituir-se como um elemento muito importante na percepção das circunstâncias familiares que se escondem por trás do fenómeno da exposição.

Em termos institucionais, assumia, igualmente, uma grande importância administrativa porque, era a partir da idade, indicada nos bilhetes ou presumida pelo escrivão, que era determinado o fim de criação, ao completar sete anos de vida. Apenas em casos graves de saúde que impossibilitavam a criança de, só por si, se sustentar, o período de criação podia ser prolongado. Em Trancoso, apenas se encontraram quatro casos. Trata-se de duas meninas e dois meninos, expostos recém-nascidos, em 1822 e

---

<sup>98</sup> AMCT, *Livro de Registo de Termos de Exposição, 1802-1808*, registo 31, fl. 32v.

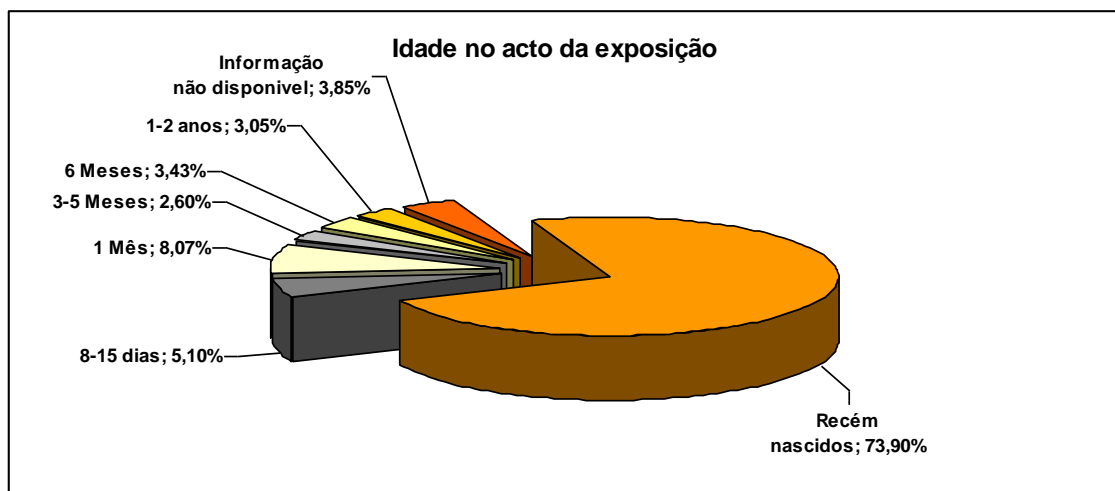
<sup>99</sup> AMCT, *Livro de Registo de Termos de Exposição, 1802-1808*, registo 142, fl. 145.

<sup>100</sup> LOPES, Maria Antónia, «Os Expostos no Concelho da Meda em meados do século XIX (1838-1866)», separata da *Revista Portuguesa de História*, Tomo 21, Coimbra, 1984, p. 133.

que ao terminarem o tempo de criação em 1829, lhes é concedido mais um ano, por «assim o necessitar»<sup>101</sup>. Não são pormenorizadas as razões da decisão.

A idade das crianças aquando da exposição, tão importante a vários níveis e sobretudo para a sua sobrevivência, é a seguir apresentada pelo gráfico 3.

**Gráfico 3**



Fonte: AMCT, *Livros de Registo de Termos de Exposição (1803-1825)*.

Pela leitura do gráfico verifica-se que a esmagadora maioria das exposições diz respeito a recém-nascidos, ou «nascidos de fresco» e «nascidos de pouco», expressões com as quais são designados nos registos de termos. Embora estas duas expressões se refiram a recém-nascidos, há contudo uma ligeira nuance que as diferencia. No primeiro caso tratava-se de crianças expostas após o nascimento, logo a seguir ao parto, como aliás é anotado pelo escrivão; no segundo, os «nascidos de pouco», eram os que, na altura de lhes ser lavrado o termo de exposição, ou por terem sido expostos fora da Roda, ou porque o bilhete que os acompanhava assim o referia, apresentavam um ou mais dias de vida. Nunca uma semana.

<sup>101</sup> Estes casos remetem para a certeza de que, embora só existam fontes documentais até 1825, a Roda de Trancoso esteve em funcionamento até uma data muito posterior à que é aqui estudada.

Apresentando-se a grande maioria destas crianças, acompanhada de bilhetes, numa época, e região, em que a população apresentava taxas massivas de analfabetismo<sup>102</sup>, estas exposições parecem configurar uma decisão premeditada. Remetendo ou não para um abandono definitivo, integrar-se-ia numa estratégia familiar iniciada durante o período de gravidez, de que uma rápida ocultação da criança seria o último passo. O conteúdo de muitos dos escritos, com informação sobre o baptismo e/ou nome para posterior reconhecimento, parece confirmar esta leitura. Alguns, como o que acompanhava o menino recém-nascido, exposto nos Falachos, em 23 de Fevereiro de 1808, embora indiquem o nome desconhecem o sexo da criança, numa prova evidente da preparação antecipada da exposição: «aqui vay este escrito pra esta creatura se for rapas xamarase Joze se for femia se xamara Maria este escripto sempre andara com a creatura pra saber onde he»<sup>103</sup>.

Outros, indicando ter sido cumprido o «dever social» do baptismo, sugerem um abandono definitivo, tal a frieza e falta de interesse familiar que manifestam. É disto exemplo o bilhete que acompanhava uma menina exposta em Carnicães, a 9 de Maio de 1816, ainda com restos de sangue e embrulhada em dois farrapos velhos: «já vay baptizada de nome ponhaolhe como quizerem»<sup>104</sup>. Deram-lhe o nome de Maria e, contrariando o desinteresse familiar, acabaria a criação em Maio de 1823.

A seguir aos recém-nascidos e com uma expressão percentual entre os 8,07% e os 2,60%, seguem-se, por ordem decrescente, o grupo com 1 mês de idade, com 87 casos, o de 8 a 15 dias com 53 casos, o de 6 meses com 37, o de 1 a 2 anos com 33 e, por último ode crianças de 3 a 5 meses com 29.

Relativamente ao grupo de exposição de crianças com 8 a 15 dias, poder-se-á, igualmente, tratar de exposições premeditadas; e a retenção no ambiente familiar, por uma ou duas semanas, indiciar a preocupação em garantir ao recém-nascido os cuidados neo-natais indispensáveis à sua sobrevivência. A ser assim, embora premeditada, remeteria para uma estratégia familiar de um possível abandono temporário e, reversível, quando as circunstâncias que o tinham motivado fossem superadas. Foi isto que

---

<sup>102</sup> Quase meio século depois, e já no período liberal, no acórdão da Câmara de 3 de Maio de 1857, e justificando o pedido de criação de uma escola para a Póvoa do Concelho, é apontado que numa população de 557 habitantes, só 2 sabiam fazer o nome, mas não ler e escrever. In AMCT, *Livro de Acordaons 1851-1858*, fl.103v.

<sup>103</sup> AMCT, *Livro de Termo s de Assento dos Engeitados, 1808-1810*, fl. 22.

<sup>104</sup> AMCT, *Livro de Termos de Assento de Expostos, 1816-1820*, fl. 3v.

aconteceu com Meliana, menina exposta com cerca de uma semana de vida, em 27 de Outubro de 1805, nos Tamanhos, e recuperada pelos pais, mediante requerimento feito ao juiz de fora, em 25 de Outubro de 1807, após o casamento<sup>105</sup>. Caso idêntico se passa com outra menina, exposta com «mais de outo dias», na Quinta do Salgado, em 29 de Outubro de 1819. Foi entregue ao pai, António de Azevedo, de Trancoso, no mesmo dia em que se casou com a mãe da menina, a 1 de Julho de 1825<sup>106</sup>.

Relativamente aos outros grupos etários, tratar-se-ia de abandonos circunstanciais, não premeditados, resultantes de situações familiares graves como morte ou doença dos pais, períodos de grandes carências alimentares e situações de perigo e conflitos<sup>107</sup>. A morte das crianças ou a irreversibilidade das razões do abandono, terão impedido certamente, que muitas destas exposições tenham sido, apenas, temporárias.

Quanto às crianças sobre as quais não existe indicação de idade, aquando da exposição, e que representam 3,90% das exposições, todas faleceram ou à chegada à Roda ou, durante o caminho, nos casos em que foram abandonadas fora da roda. É pois de crer que se trataria de recém-nascidos, ou com poucos dias de vida como parece indiciar o facto de, em alguns, o termo de registo lhes ser aberto como «exposto morto»<sup>108</sup> ou «infeliz inocentinho»<sup>109</sup>, sem qualquer outra informação a não ser o lugar de exposição e onde foram enterrados. Pelo facto destes poucos «inocentes» terem sido enterrados nas igrejas da vila, Sta Maria de Guimarães e S. Pedro, presume-se que tenham sido baptizados, embora não haja informação sobre isso, nem sobre o sexo ou nome destas crianças. Estes casos constituem, no entanto, excepção à norma seguida nos registos, como se prova pelo gráfico seguinte:

---

<sup>105</sup> AMCT, *Livro de Registo de Termos de Exposição, 1802-1808*, fl. 130v.

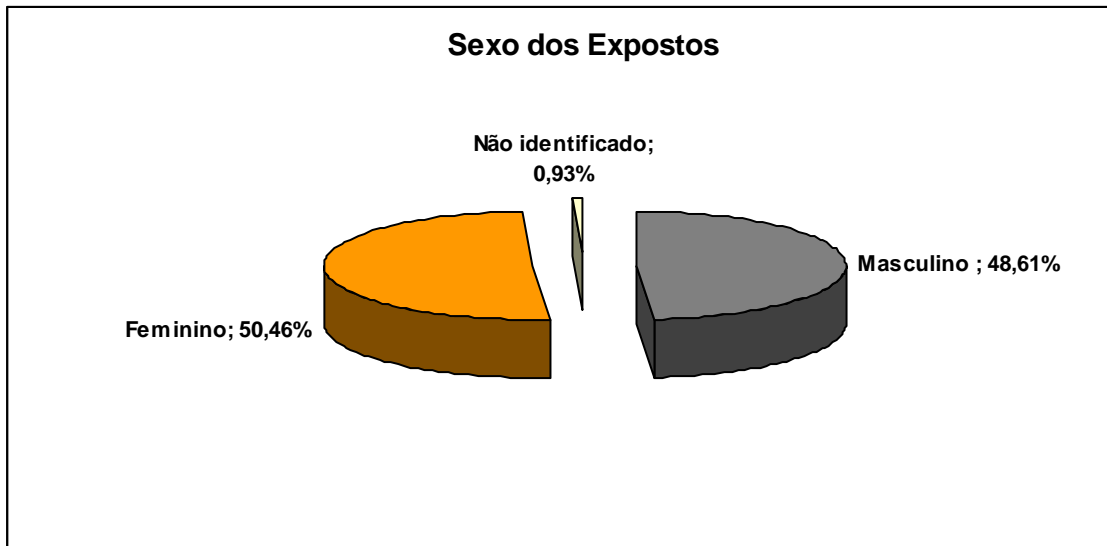
<sup>106</sup> AMCT, *Livro de Termos de Assento de Expostos, 1816-1820*, fl. 139v.

<sup>107</sup> É esta a situação que as populações do Termo de Trancoso vivem, ao longo de toda a série e, com maior incidência, no período compreendido entre 1807 e 1812.

<sup>108</sup> AMCT, *Livro de Registo de Termos de Exposição, 1802-1808*, fl. 114.

<sup>109</sup> AMCT, *Livro de Assento dos Engeitados, 1808-1810*, fl. 82v.

**Gráfico 4**



Fonte: AMCT, *Livros de Registo de Termos de Exposição (1803-1825)*.

Embora com valores muito próximos, a percentagem de expostos do sexo feminino é superior ao sexo masculino em 1,85%, correspondendo a uma diferença de 21 crianças. Não parecendo isso significativo, num universo de 1067, retiradas as 0,93% das crianças cujo sexo não é identificado, e que representam apenas 10 expostos, é contudo contrária à tendência que se verificava, à data, nos nascimentos, na comarca de Trancoso, onde o número de meninos era superior ao número de meninas, assim como no grupo etário de 1 a 6 anos<sup>110</sup>. Também os dados referentes ao recenseamento da população, no ano de 1801, corroboram esta afirmação ao dar conta de, no concelho de Trancoso, terem ocorrido 342 nascimentos, 187 do sexo masculino e 155 do sexo feminino<sup>111</sup>.

Perante esta informação que parece indiciar uma certa discriminação, por sexo, nas exposições, a questão que se coloca é, qual o motivo? Com base nos dados do

<sup>110</sup> SOUSA, Fernando Alberto Pereira de, *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, cit., 1979, pp. 187-190.

<sup>111</sup> SILVEIRA, Luís Espinha da, (coord.), *Os recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849*. Edição crítica, vol. 1, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2001, pp. 176-177.

recenseamento da população, de 1801, e outra informação, já referida quando se analisaram as consequências das invasões francesas<sup>112</sup>, nas duas primeiras décadas do século XIX, verificava-se uma taxa muito elevada de sub masculinidade na população total do concelho de Trancoso. Para melhor se percepçionar este problema, vejam-se os dados referentes à Vila de Trancoso e ao concelho em 1801. Dos 1.654 habitantes existentes na Vila, 913 eram mulheres e 741 homens. Relativamente ao concelho, num total de 10.349 habitantes, 5.501 eram mulheres e 4.848 homens. Considerando ainda que, após as invasões francesas muitos dos lugares do termo ficaram sem um único homem, é de acreditar que a quebra de masculinidade se tenha acentuado, reflectindo-se isso no mercado matrimonial<sup>113</sup> e nas actividades agrícolas, onde a maior parte das tarefas exigia a força de braços masculinos, a presença de um homem em casa, representava segurança e, sobretudo, sobrevivência. Ideia esta, traduzida no aforismo «casa de mulheres é casa sem arrimo», que ainda se usava na região no século passado<sup>114</sup>. Ressalvando o facto de muitas das exposições terem sido decididas ainda durante a gravidez, e a remeter para possíveis casos de ilegitimidade, é de crer que seja este o contexto que poderá explicar o menor número de exposições de crianças do sexo masculino. E não de mera coincidência aleatória.

---

<sup>112</sup> MESQUITA, João Manuel de Campos e, “Extracto da Memoria ...”, cit., pp. 317-318.

<sup>113</sup> CARVALHO, Joaquim Ramos de, “As sexualidades”, in *História da vida privada em Portugal, A Idade Moderna*, direcção de José Mattoso, s.i., Círculo de Leitores, 2010, pp. 99-100.

<sup>114</sup> Ver BRAVO, H. (dir.), *Almanach-Annuario de Trancoso*, Trancoso, A Folha de Trancoso, 1915, p. 50. A presença de uma figura masculina numa casa, além da segurança e sobrevivência, era também a garantia do respeito social, (na época quase sempre associado ao medo), e da protecção da honra feminina.

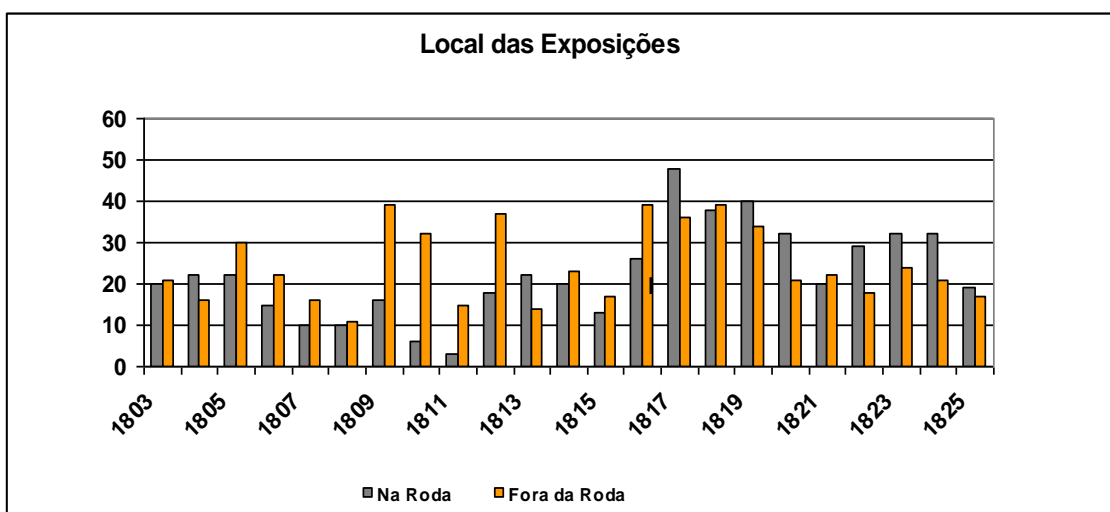


### 3.2 – Os locais de exposição

Apesar do que a Ordem circular de 10 de Maio de 1783 estipulava sobre a localização da Roda e o carácter legal e anónimo das exposições, a centralização do abandono, nessas novas instituições de assistência, nem sempre foi conseguida.

Facto idêntico acontece em Trancoso, onde a Roda nunca conseguiu constituir-se como o pólo centralizador do abandono de crianças, ao longo do tempo em estudo.

Gráfico 5



Fonte: AMCT, *Livros de Registo de Termos de Exposição (1803-1825)*.

Assumindo um cunho de semi-clandestinidade, interligadas a estratégias familiares pré delineadas, ou resultado de circunstâncias conjunturais condicionantes, a maioria das exposições foi feita fora da Roda, em diversos lugares do termo.

A dimensão preferencial dos locais escolhidos para a exposição de crianças que o gráfico 5 permite visualizar é, simultaneamente, o reflexo do poder pouco atractivo que a Roda exerceu nas populações. De 1803 a 1825, apenas 47,63% das exposições foram

feitas directamente na Roda, num total de 513 crianças, enquanto as ocorridas fora da instituição atingem as 564 crianças<sup>115</sup>.

Acompanhando de perto as circunstâncias conjunturais político-económicas vividas na região, de 1803 a 1816, observa-se, sempre, um volume superior das exposições fora da Roda e que atinge picos máximos nos anos de 1809 a 1812, numa estreita ligação com o período de maior agressividade das invasões francesas. Exemplo elucidativo dessa sintonia é o ano de 1811, em que das 18 exposições, apenas 3 foram feitas na Roda. Uma em 7 de Setembro, outra em 18 de Outubro e a terceira em 7 de Novembro. Após uma quebra acentuada em 1813, rapidamente o volume das exposições fora da Roda sobe, mantendo-se sempre alto até ao fim da série. Apenas os anos de 1817 a 1825 constituem excepção, quando as exposições na Roda assumem um valor numérico superior. Indicando este facto uma viragem de tendência, ela está, de certo, ligada ao período de acalmia, política e social, que então se vivia na região.

No ritual de passagem que envolvia a exposição de uma criança, o local, em que esse abandono se efectivava, assumia igualmente uma importância vital na sobrevivência da criança.

Tratando-se na maioria das exposições, de crianças recém-nascidas, e em alguns casos com poucas horas de vida, apenas o abandono na Roda oferecia a certeza de que os primeiros cuidados lhes seriam assegurados. No caso da estratégia familiar passar por um abandono fora da Roda, o local deveria ser criteriosamente escolhido com vista a garantir rápidos cuidados à criança. Na base deste procedimento, para além das razões familiares subjacentes, estaria também o receio. É que a legislação do Reino considerava como crime o abandono em lugares ermos, ou de difícil acessibilidade, que, por colocar em risco a vida dos inocentes, configurava a moldura de infanticídio premeditado.

Nestes pressupostos, quer se tenha tratado de abandono temporário ou definitivo, a sobrevivência da criança parece ter sido sempre uma preocupação por parte dos expositores de Trancoso.

A generalidade das exposições, fora da Roda, ocorreu à porta de casas particulares onde, na maioria das vezes, existia uma mulher com capacidade de amamentação, confirmado pelo facto de muitas delas, após pedido ao juiz de fora, se

---

<sup>115</sup> Ver, em Apêndices, Tabela 12.

terem tornado suas amas<sup>116</sup>. Neste ponto convém referir que, de 1803 a 1816, dos 332 recém-nascidos expostos à porta de particulares, 35,24% tiveram como ama a mulher à porta de quem tinham sido expostos, ou seja, um total de 117 crianças. E embora se tenha verificado um abrandamento das exposições fora da Roda de 1817 a 1825, a percentagem de crianças que tiveram por amas, as mesmas mulheres à porta de quem tinham sido abandonadas, não sofre uma significativa alteração, mantendo-se nos 34,05%, correspondendo a 79 das 232 crianças expostas.

Perante a dimensão deste fenómeno, que os números tão bem expressam, colocam-se algumas questões. Tratar-se-ia de falsas exposições, com os nascimentos a ocorrer no interior dessas habitações, ou de abandonos simulados, a passar por acordos estratégicos inter-famílias, não deixando a criança de ser acompanhada pela família? Ou seria, simplesmente, o facto de o salário de ama, se ter tornado numa fonte de subsistência familiar, apetecível e desejada, numa época de grande pobreza, agudizada pela escassez de géneros alimentares e a carestia dos preços dos cereais?

Tratando-se de um número tão elevado de casos, é de crer que a edilidade tivesse procedido a indagações, junto dos juizes de vara e dos párocos, para apurar possíveis irregularidades. Não foram contudo encontradas, ou então não ficaram registadas. Os termos de assento de exposição dessas crianças não contêm qualquer referência a baixas compulsivas de criação, por fraude ou envolvimento pessoal entre as amas e familiares.

Embora não seja de excluir a hipótese de ter havido alguns casos de fraude, que tenham resistido às indagações, é de considerar que tenha sido o salário, o factor que motivou tantas mulheres a tornar-se amas das crianças abandonadas às suas portas.

Fosse este, ou não, o único motivo, uma coisa é certa: esta prática manteve-se ao longo de toda a série, com a autorização da edilidade, que assim evitava a permanência de expostos na Roda e a inerente despesa com a sua amamentação e posterior transporte para as amas. Razão que talvez explique nunca ter havido amas internas e caminheiras.

Se bem que a maior parte destas exposições lhes assegurasse, de imediato, o «sustento»<sup>117</sup>, alguns expositores temendo a não exequibilidade de amamentação, fizeram acompanhar as crianças de uma malga de mel, que lhes garantiria a sobrevivência na caminhada até à Roda. São poucos os casos, doze em toda a série, mas

---

<sup>116</sup> Tratava-se, quase sempre, de crianças recém-nascidas.

<sup>117</sup> O termo é utilizado, nos bilhetes que acompanhavam os expostos, com o significado de aleitação.

em todos, as crianças alvo destes cuidados apresentam o mesmo perfil: recém-nascidos, expostos em lugares muito distantes e a exigir longas horas de caminho até à Roda, como os exemplos que a seguir se apresentam. O primeiro, um menino recém-nascido, foi exposto em 21 de Janeiro de 1816, na Granja, distante de Trancoso 19 km; o segundo, igualmente menino e recém-nascido, abandonado em 7 de Maio de 1818 nos Vilares, a 20 km da vila e o terceiro, uma menina «nascida de pouco», exposta a 22 de Fevereiro de 1819 em Maçã da Ribeira, a 15 km de distância<sup>118</sup>.

Parece aqui ser de todo necessário abrir um parêntesis para esclarecer que, as longas horas de caminho a que as crianças eram submetidas, na viagem até à Roda, não estavam reservadas apenas às que eram abandonadas fora da Roda. Provenientes de todo o termo, com lugares muito distantes da vila, o percurso até à Roda revelar-se-ia sempre penoso e longo, sobretudo para recém-nascidos. O bilhete que acompanhava Amaro, um recém-nascido exposto em 2 de Novembro de 1809, na Roda, transmite essa realidade: «esta criança chamase Amaro hade recomendar as justiças de S.A.R. dem todo ausilio que precisar e a ama que o tiver o trate com caridade que vai muito cansadinho da viagem que por tempo se fés e se hade pagar tudo»<sup>119</sup>.

Um outro exemplo, diferente, mas indiciador da preocupação do expositor com a sorte da criança é o de um menino recém-nascido, exposto em Miguel Choco, em 29 de Junho de 1825, com um cruzado novo, equivalente a 470 réis, «para a pessoa que com caridade e amor o tratar e der o peito»<sup>120</sup>. Curiosamente, apesar destes cuidados, e de todas as crianças serem acompanhadas de enxovais, constituídos por um grande número de peças, a denunciar o desvelo e preocupação da família com o seu bem-estar físico, nenhuma delas era baptizada.

Se bem que a norma seguida nas exposições fora da Roda, tenha sido a preservação da vida das crianças, casos houve a constituir excepção. Raros, apenas seis em toda a série, mas todos eles a colocarem em risco a vida das crianças, como os que se apresentam:

---

<sup>118</sup> AMCT, *Livro de Termos de Assentos de Expostos, 1816-1820*, registo 37, fl. 36v e *Livro de Assentos de Expostos, 1819-1825*, registos 32 e 102, fls. 17v e 105.

<sup>119</sup> AMCT, *Livro de Termos de Assento dos Engeitados, 1808-1810*, in bilhete apenso ao registo 67, fl. 35v.

<sup>120</sup> AMCT, *Livro de Assentos de Expostos, 1819-1825*, registo 185, fl. 98.  
Convém referir que as distâncias indicadas no texto são as actuais.

Uma menina, recém-nascida e sem escrito, embrulhada num farrapo, foi encontrada abandonada em 21 de Março de 1806, num pinhal em Póvoa del Rei., falecendo a caminho da Roda<sup>121</sup>; em 19 de Setembro de 1808, um menino recém-nascido foi encontrado na Cogula, de manhã, no meio da rua onde se fazia o serão, «descoberto e a morrer»<sup>122</sup>; outra menina, também recém-nascida e sem escrito, embrulhada em «dous farrapos velhos», foi abandonada em 22 de Janeiro de 1816, numa corte de animais, em Rio de Moinhos. Faleceu na Roda dois dias depois<sup>123</sup>. Um outro caso, o de um menino igualmente recém-nascido, sem escrito e atado com um «nagalho»<sup>124</sup>, foi encontrado de manhã, numa eira em Fiães, em 26 de Fevereiro de 1819. Não conseguiria chegar à Roda, falecendo durante ao caminho<sup>125</sup>.

Embora em todos os casos, as crianças tenham sido encontradas com vida, o abandono em circunstâncias como as referidas e com um tão elevado grau de risco, não deixam de configurar casos de infanticídio premeditado. E a evidenciar quão inoportuna e indesejada era, para a família, a existência daqueles pequenos seres.

### 3.3 – A sazonalidade das exposições

O estudo da sazonalidade, revela-se indispensável para verificar se houve, ou não, em Trancoso, um volume diferenciado de exposições ao longo do ano, com maior ou menor incidência em determinados meses e/ou estações do ano e que factores conjunturais o determinaram.

Analisados os dados, verificou-se que, de 1803 a 1825, o maior volume de exposições se concentrou nos primeiros seis meses do ano e com excepção de Setembro, os valores registados não voltam a aproximar-se.

---

<sup>121</sup> AMCT, *Livro de Termos de Exposição, 1802-1808*, registo 9, fl. 5.

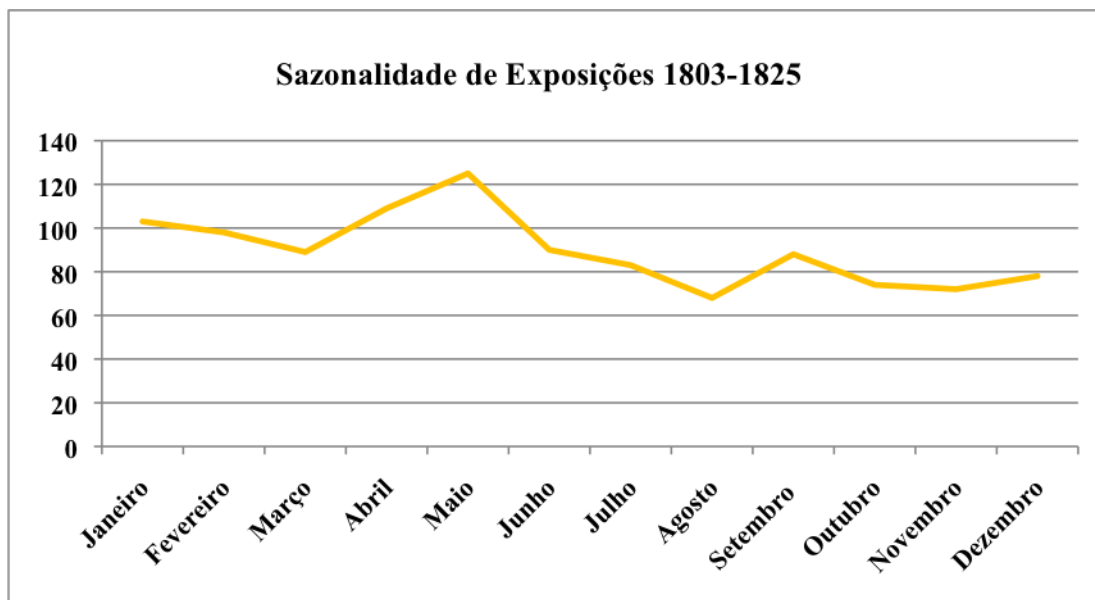
<sup>122</sup> AMCT, *Livro de Termos de Assento dos Engeitados, 1808-1810*, registo 81, fl. 45.

<sup>123</sup> AMCT, *Livro de Termos de Assento de Expostos, 1816-1820*, registo 8, fl. 5.

<sup>124</sup> O termo, usado pelo escrivão da Câmara, designava um farrapo de pano, em forma de tira, que servia para atar os embrulhos que constituíam os enxovais dos expostos.

<sup>125</sup> AMCT, *Livro de Assentos de Expostos, 1819-1825*, registo 11, fl. 13.

**Gráfico 6**



Fonte: AMCT, *Livros de Registo de Termos de Exposição (1803-1825)*.

**Tabela 2** – Movimentos mensais de Exposições (1803-1825)

Mês	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Total	103	98	89	109	125	90	83	68	88	74	72	78
%	9,563%	9,099%	8,263%	10,121%	11,606%	8,356%	7,706%	6,313%	8,170%	6,870%	6,685%	7,242%

Fonte: AMCT, *Livros de Registo de Termos de Exposição (1803-1825)*.

Com um maior volume de entradas surgem os meses de Maio e Abril, seguindo-se por ordem decrescente, Janeiro, Fevereiro e por fim Junho e Março. A partir de Junho, verifica-se uma quebra moderada, com os mínimos a atingirem os valores mais baixos em Agosto, Outubro e Novembro. Os restantes meses, Julho e Dezembro, apresentam um volume intermédio de entradas, com valores muito semelhantes.

Ao comparar estes dados com os referentes a outras zonas do país, como a Meda<sup>126</sup> e Góis<sup>127</sup>, verifica-se que todos apontam para uma maior incidência de exposições na Primavera e Inverno, enquanto o Verão e Outono registam um significativo abrandamento. Esta consonância, em três regiões onde a agricultura era a principal fonte de subsistência, aponta no sentido de ser, quiçá, a conjuntura económica a influenciar o ritmo de exposições, acompanhando os ciclos agrícolas de produção e consumo. Neste contexto a explicação para a diferenciação sazonal, residiria no ano agrícola, com o número de expostos a diminuir no período pós colheitas, Verão e Outono, e a aumentar à medida em que as reservas alimentares se iam esgotando e os preços subiam<sup>128</sup>. A querer corroborar esta explicação, o facto de a mais elevada percentagem de exposições, 11,61%, se verificar no mês de Maio, altura do ano em que as populações rurais, com os celeiros esgotados e as novas colheitas ainda por realizar, viam agravadas as carências alimentares e a miséria. Esta dura realidade, tão familiar às populações, aparece transposta no aforismo popular, ainda há bem pouco tempo conhecido em Trancoso: “Do cerejo ao castanho, bem me amanho; do castanho ao cerejo, mal me vejo”<sup>129</sup>.

No entanto, pela especificidade geoestratégica da região e da época em estudo, assim como pelo facto de não ter havido quebras de exposições muito acentuadas, ao longo do ano, parece não ter sido apenas a conjuntura económica a marcar o ritmo da sazonalidade.

Quando se analisam os anos que, em Trancoso, mais dramaticamente foram marcados pelas invasões francesas, 1808 a 1811, verifica-se de imediato a não correlação entre volume de exposições/ciclos agrícolas/estações do ano.

---

<sup>126</sup> LOPES, Maria Antónia, *Os Expostos no Concelho da Meda...*, cit., p. 145.

<sup>127</sup> SIMÕES, João Alves, *Os expostos da Roda de Góis...*, cit., p. 110.

<sup>128</sup> SANTOS, Cândido dos, “A população do Porto de 1700 a 1820. Contribuição para o estudo da demografia urbana”, *Revista de História*, Porto, vol. I, 1978, p. 303.

<sup>129</sup> BRAVO, H. (dir.), *Almanach-Annuario de Trancoso*, Trancoso, A Folha de Trancoso, 1917, p. 179.

**Tabela 3** – Movimentos mensais de exposições (1808-1811)

Mês	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Total	7	13	12	27	9	10	15	8	15	11	16	15
%	0,649%	1,207%	1,114%	2,506%	0,835%	0,928%	1,392%	0,742%	1,392%	1,021%	1,485%	1,392%

Fonte: AMCT, *Livro de Termos de Exposição, 1802-1808*, *Livro de Termos de Assento dos Engeitados, 1808-1810* e *Livro de Termos de Exposição, 1810-1816*.

Por outro lado, comparando os dados desse período com os da tabela 2, e exceptuando Abril, que nos dois instrumentos de análise aparece referenciado como um mês de elevada concentração de exposições, a falta de sintonia é total, mostrando a tabela 3 um movimento de exposições aleatoriamente distribuído ao longo do ano. Veja-se então mais pormenorizadamente. Com o maior número de exposições, surge o mês de Abril seguindo-se Novembro em segundo lugar e, em terceira posição, com igual volume de exposições, os meses de Julho, Setembro e Dezembro. Por fim, com um número de exposições muito aproximado, aparecem por ordem decrescente, os meses de Fevereiro, Março, Outubro, Junho, Maio, Agosto e Janeiro.

A explicação para esta alteração, e sem retirar à miséria o papel que desempenhou no abandono de crianças, parece residir no elevado grau de perigo e violência em que as populações do termo se viram envolvidas, ao longo deste período tão conturbado. O envolvimento do concelho no cenário de guerra e o constante risco de vida que as populações corriam, devido à proximidade das forças invasoras, terá determinado o abandono e moldado o seu ritmo e flutuações. Neste contexto, a exposição das crianças poderá ser entendida como uma medida de protecção, destinada a garantir-lhes a sobrevivência, em caso de morte dos progenitores. De salientar que a esta época corresponde 32,32% do total de crianças abandonadas em toda a série, com idade compreendida entre os 3 meses e os 2 anos.

Por outro lado, a partir dos períodos de concepção correspondentes aos 79,0% das crianças expostas, recém-nascidas e com oito a quinze dias, verificou-se que o maior número de concepções ocorria nos meses de Agosto e Julho. Seguindo-se, por ordem decrescente, os meses de Abril, Maio, Setembro e Dezembro. Coincidindo estes meses com as colheitas, época de grande actividade comunitária ao ar livre, e também com os



bailaricos e folgares das grandes festividades religiosas ou populares, das feiras e romarias, o convívio e o contacto directo entre as gentes favorecia os jogos de sedução e o relacionamento sexual, propiciando o acréscimo de concepções. Fruto muitas vezes de relações ilícitas e/ou ocasionais<sup>130</sup>, que deixavam as mulheres em situação de risco de marginalização social e familiar, grande número dessas concepções terá culminado com o abandono dos recém-nascidos.

Deste modo, além dos factores já analisados, haverá ainda que equacionar a possibilidade de, a sociabilidade criada em torno de momentos festivos, de carácter económico ou religioso, ter também influenciado, embora com um coeficiente imponderável, o ritmo sazonal de exposições.

### **3.4 – Os enxovais**

No ritual de passagem que rodeava a transferência de uma criança, do seu espaço familiar para o domínio público, o enxoval que a acompanhava, não deixaria de reflectir as projecções familiares quanto ao seu destino. Considerado, quase só, como um elemento de identificação ou um hipotético indicador do meio social em que a família do exposto se inseria<sup>131</sup>, ele projecta também os afectos e a preocupação familiar quanto à sua sobrevivência e bem-estar. Numa região em que os rigores do Inverno se fazem sentir ao longo de quase nove meses, e as casas, de pedra solta, deixavam entrar o vento e o frio, a roupa que constituía o enxoval de uma criança assumia, por isso, um papel muito importante. E de importância crucial, para a sobrevivência, quando se tratava de recém-nascidos e o abandono era feito fora da Roda, ao relento, nas noites gélidas de Inverno.

---

<sup>130</sup> Opinião que Isabel dos Guimarães defende em “Segredos de família: aborto, infanticídio, ilegitimidade e abandono de crianças”, cit., p. 90.

<sup>131</sup> É essa a concepção que se encontra em alguns dos estudos efectuados. Ver FONTE, Teodoro Afonso da, *No limiar da honra e da pobreza...*, cit., pp. 293-295 e LEANDRO, Joana Maria Fernandes, *Os Expostos da Póvoa de Varzim...*, cit., pp. 46-47.

De 1803 a 1825, apenas 2,04% das crianças são expostas sem enxoval e 1,30 % sem qualquer peça de roupa, apenas com um farrapo. A grande maioria, 96,66%, mesmo quando não trazia escrito, era acompanhada de enxoval que o escrivão da câmara, de forma detalhada, anotava nos assentos de termo. Esta prática, cumprida em Trancoso, ao longo da série em estudo, põe em evidência uma outra função do vestuário: a de servir de sinal, para uma posterior identificação da criança, caso os pais, ou familiares, pretendessem a sua recuperação. Daí o rigor e detalhe posto nas descrições. Função, aliás evidente, no caso de uma menina exposta, recém-nascida, na Póvoa del Rei, a 10 de Junho de 1809. A mãe, uma jovem solteira, de Pinhel, apresentou-se ao Juiz de Fora de Trancoso, oito dias depois da exposição, pedindo a devolução da menina e dizendo que o pai lha tirara após o nascimento, mandando-a depois expor, por um criado. Não sabendo o nome que lhe fora posto, nem o lugar e dia da exposição, descreveu a roupa vestida pela menina e o enxoval que certamente a acompanhara, para identificação. Com base nessas informações, a criança a quem fora dado o nome de Maria, rapidamente é descoberta e entregue à mãe em 20 de Junho, mediante termo de responsabilidade e pagamento dos dez dias de criação<sup>132</sup>.

A partir da análise individual e sistemática das descrições dos enxovais, constante dos registos e, comparadas, sempre que existiam, com as que constavam nos bilhetes, é possível conhecer não só o número de peças, como a composição, os materiais de confecção e as cores usadas.

Indicadores de identidade, de extracto social, ou de sentimentos e intenções subjacentes ao seu abandono, os enxovais variavam tanto no número de peças, como no estado de conservação e materiais de confecção. Já quanto às cores utilizadas e, ao tipo de peças que os constituíam, havia uma maior uniformidade. Em todos os enxovais que acompanhavam 1031 crianças<sup>133</sup>, se encontram as peças consideradas fundamentais: camisas, cueiros, ligas ou cingidoiros e lenços. Em relação às cores, o amarelo, o violeta, o encarnado, o roxo, o verde e o azul são as mais usadas em todos os enxovais, além do branco e do preto. Contudo, aparecem também cores indefinidas, como o pardo, o ruço e o esverdongado em 4,85% dos enxovais, ou ligadas à natureza como: a cor de azeitona,

---

<sup>132</sup> AMCT, *Livro de Termos de Assento dos Engeitados, 1808-1810*, registo 44, fl. 23.

<sup>133</sup> É este o universo de crianças sobre o qual foi feita a análise, após serem retiradas as que não eram acompanhadas de enxoval e as que foram expostas nuas ou embrulhadas em farrapos.

0,58%, a cor de trigo seco, 0,19%, a cor de bicho da couve, 0,10 % e a cor de céu, 1,07%. Apenas em 5 enxovais, com o valor de 0,48%, existe referência ao cor-de-rosa.

Quanto às peças de vestuário menos comuns, quer pelo tipo, quer pela qualidade, havia maior variedade: anágoas, carapuços, carapins, envoltas bordadas, de pelúcia, com fitas e folhos, camisas com tiras, bordado ou rendas, camisas com braços e bordadas, faixas bordadas, mandis, manguitos, mantéus debruados ou com folhos, mantilhas de lã, ligas de “trás dos Montes”, ligas de renda ou de trancelim, do Jarmelo e de Segóvia, saias, véstias, vestidos,olvevoiros e casacos. Também o estado de conservação e os materiais de confecção do vestuário eram diferentes, a denunciar, quase sempre, conjunturas económicas difíceis e acentuada pobreza familiar mas, também, dramas familiares e/ou falta de interesse.

Dos materiais de confecção utilizados, uns mais pobres e grosseiros, a remeter para ambientes de pobreza, o baetão, o burel, o pano cru, a chita, a estopa grossa e o linho, a estopilha, a lã e a serapilheira são os mais utilizados, aparecendo, em exclusivo, em 54,32% dos enxovais e, juntamente com outros, em 79,15%. Mais delicados e certamente menos acessíveis, encontram-se a baeta<sup>134</sup>, o morim, a papa, a talagarça, o paninho fino de algodão, a casimira, a cassa, a saragoça, a cambraia, o fustão, a bretanha, o bélbute, a pelúcia, o cetim, o linho e a lã<sup>135</sup>; a constituírem integralmente 3,59% dos enxovais e parcialmente, 17,83%.

A presença de peças de seda em 14,72% dos enxovais<sup>136</sup>, entre os anos 1813 e 1816, a sugerir riqueza e requinte, não parece contudo, prender-se a uma origem social mais elevada do exposto mas, tão só, à sua proveniência geográfica.

---

<sup>134</sup> Em apenas um caso se encontra referência a uma peça de roupa de baeta inglesa, tecido que não era vendido na região e apenas utilizado na roupa dos oficiais superiores do exército inglês. AMCT, *Livro de Termos de Assento dos Expostos, 1816-1820*, registo 49, fl. 25.

<sup>135</sup> O linho e a lã, hoje materiais nobres na confecção, eram, à época, de utilização transversal a todas as camadas sociais, por estarem ligados a actividades de auto subsistência e vulgares na região, a fiação e a tecelagem. O linho era cultivado em todo o termo, junto a riachos e ribeiros e a lã, proveniente dos rebanhos de ovelhas, era uma matéria vulgar e ao alcance das populações. Daí que todas as mulheres soubessem fiar, linho ou lã, e muitas famílias possuíssem teares, embora grosseiros. O ofício de tecedeira, muito antigo na região, além de fazer parte dos meios de auto-subsistência familiar, assumia um papel importante na comunidade, disponibilizando, a quem precisasse, a troca directa de produtos por serviços. Fonte: Esta informação foi recolhida, oralmente, junto de entidades oficiais ligadas à cultura e ao património histórico de Trancoso.

<sup>136</sup> Esta percentagem reporta-se a 24 enxovais de um universo de 163.

Esta possível explicação para um facto, tão inusitado quanto surpreendente, numa época em que o concelho vivia mergulhado em carências de toda a ordem, é fundamentada pelos acórdãos camarários consultados.

A criação do bicho-da-seda, associada ao cultivo e plantação de amoreiras, existiu no concelho desde os começos do século XVIII<sup>137</sup>. Em 1776, a Câmara impõe mesmo a obrigatoriedade de plantação de seis estacas de amoreira, por ano, a todos os moradores da vila e do termo, com o fim de alimentar o bichinho e aumentar o fabrico da seda<sup>138</sup>. E no mesmo ano, em vereação de 12 de Maio, foi lançado um apelo para que as fiandeiras e tecedeiras da seda, existentes na vila e termo, produzissem trabalhos de melhor qualidade por serem mais lucrativos<sup>139</sup>. O *Livro de Acordaons de 1779-1781*, dá ainda conhecimento da existência de uma fábrica de seda em Avelãs da Ribeira e da existência de fiandeiras em Moreira de Rei, Freches, Frechão, Freixo, Torres, Aldeia Nova, Cogula e Avelãs<sup>140</sup>. Em 1815, o acórdão camarário de 8 de Julho, na sequência do levantamento dos prejuízos provocados pelas invasões francesas, no concelho, revela que na Cogula, Aldeia Nova e Avelãs, as amoreiras tinham resistido aos invasores e ao corte para lenha, continuando a existir em abundância, tal como os bichos-da-seda, e a fiação e tecelagem da seda<sup>141</sup>.

Neste contexto, as variadas peças de seda que fazem parte dos enxovais dessas crianças, seriam provenientes de uma actividade de subsistência, pobre, de carácter familiar e circunscrita a alguns lugares do termo, nada consentânea com a ideia de riqueza e requinte que uma primeira leitura poderia sugerir.

Também a análise minuciosa dos enxovais das 24 crianças, em que se encontram 2 a 5 peças de vestuário em seda, parece confirmar esta opinião. Em nenhum há indícios a sugerir um extracto social elevado. O número de peças de vestuário, a variar entre 7 e 15, é modesto. Apenas 3 enxovais são constituídos, integralmente, por peças novas, se bem que nenhuma suscite atenção pela qualidade de confecção. Nos restantes, (21), a percentagem de roupa velha e/ou usada é sempre superior à de peças novas. Entre as 226

---

<sup>137</sup> AMCT, *Livro do Registo da Repartição das Amoreiras que plantar cada hum dos moradores desta Villa e termo em terras próprias e baldios*, fls. 35 a 72 v.

<sup>138</sup> AMCT, *Livro de Acordaons de 1775-1779*, fl. 26v.

<sup>139</sup> AMCT, *Livro de Acordaons de 1775-1779*, fl. 35.

<sup>140</sup> AMCT, *Livro de Acordaons de 1779-1781*, fl. 72 e 72v.

<sup>141</sup> AMCT, *Livro de Acordaons de 1813-1817*, fl. 58 a 61v.

peças que constituem todos estes enxovais, só quatro tinham folhos, duas possuíam renda, e apenas uma envolta, de seda, era bordada.

Se nos materiais de confecção e peças de vestuário havia alguma variedade, o mesmo não pode dizer-se relativamente à qualidade dos enxovais a alternar, quase sempre, entre o pobre e o modesto.

De 1803 a 1810, tempo que corresponde aos dois primeiros livros de registo de termos de exposição, e a um total de 290 crianças, o número de peças de cada enxoval variou entre zero e 27.

**Tabela 4** – Número de peças por enxoval -1803 a 1810

Nº Peças	0	2-3	4	5	6	7	8	9 -10	11-16	17-23	27
Nº Enxovais	5	25	26	19	25	21	17	22	123	11	1

Fonte: AMCT, *Livro de Termos de Exposição, 1802-1808 e Livro de Assento dos Engeitados, 1808-1810*.

A maioria dos enxovais, 53,45%, era constituída por 2 a 10 peças, sendo 32,90% formados por 2 a 4 peças. Com um número a variar entre as 11 e as 27 peças, encontram-se apenas 46,55%. Embora alguns destes, 14,07%, denunciem uma certa riqueza, quer pelos materiais utilizados, quer pela qualidade dos detalhes, rendas, bordados e folhos de cambraia, tendo em conta que, 77,19% do total de enxovais é composto de peças usadas, e algumas vezes remendadas ou rotas, pode dizer-se que se está em presença de enxovais pobres.

Um vestuário que remete para cenários de miséria que os anos de fome no concelho, 1803 e 1804<sup>142</sup>, tinham gerado e a chegada de uma nova guerra agudizavam. De 1810 a 1817, se bem que entre 222 exposições apenas cinco crianças fossem expostas sem enxoval, embrulhadas em farrapos, 75,23% dos enxovais era constituído por 4 a 7

<sup>142</sup> As más condições climáticas que se verificaram na região de 1801 a 1802, nevões e frio intenso no Inverno, chuvas torrenciais ao longo da Primavera e estios de calor ardente, provocaram uma escassez cerealífera sem paralelo, desde 1796, que se reflectiu na grande falta de pão e fome generalizada verificada nos anos de 1803 e 1804. Ver SOUSA, Fernando Alberto Pereira de, *A população portuguesa...*, cit., pp. 75-76.

peças velhas, usadas e remendadas; de 1818 a 1825, o cenário não é muito melhor, representando os enxovais mais pobres, de 3 a 8 peças todas velhas, 64, 37%.

Por outro lado, face ao número de roupa velha e remendada, ao longo da série, não é de excluir estar-se em presença de um significativo número de crianças legítimas, entre os expostos, o que traz à colação as estratégias familiares e os dramas decorrentes de uma natalidade não controlada, no seio de famílias pobres e numerosas. Em períodos de graves crises de subsistência, como a que então se vivia, a chegada de mais um elemento, não deixaria de significar a diferença entre a pobreza e a indigência, conduzindo por isso ao abandono, temporário ou definitivo.

As duras condições de vida que as populações enfrentavam terão estado, certamente, na origem da compaixão e generosidade demonstradas pela edilidade, face à miséria que algumas crianças e famílias apresentavam, apesar da sempre débil situação financeira do concelho. Em 1804, o juiz de fora compadecido com o estado das «infelises creaturas»<sup>143</sup>, além da compra de enxovais para as crianças expostas nuas, que importaram em 4.900 réis, manda dar ainda a um menino recém-nascido, exposto em Janeiro apenas com 5 peças de vestuário, velhas e rotas, 1 côvado de baetão, 3 camisas e 4 cueiros<sup>144</sup>. Mais tarde, em 1805, perante um par de gémeos, expostos em Abril, com 6 peças de vestuário rotas e sujas, igualmente ordenou que se lhes comprasse enxoval, tendo sido gastos 1.800 réis<sup>145</sup>. Também em 1807, a uma menina, filha de uma moça solteira, da vila, cujo enxoval era composto de 4 peças de vestuário e um pedaço de capote de soldado, é-lhe mandado dar 1 côvado de baetão, 3 camisas, 2 cueiros e 1 envolta. Mais tarde, quando é descoberta a sua origem e entregue à mãe, é-lhe concedido subsídio de criação, por dois anos, em valor igual ao salário das amas dos expostos «pela grande pobreza»<sup>146</sup>. Em 1818, aquando da entrega à mãe, de outra criança exposta, o juiz de fora ao constatar a miséria em que vivia, tem igual procedimento, concedendo, por igual valor, dois anos de subsídio de criação<sup>147</sup>.

A concessão de criação por pobre, por um até cinco anos, pelo cofre dos expostos, a filhos de mulheres social e familiarmente desprotegidas, em situação de

---

<sup>143</sup> AMCT, *Livro de Registo de Termos de Exposição, 1803-1808*, registo 82, fl. 42v.

<sup>144</sup> AMCT, *Livro de Registo de Termos de Exposição, 1803-1808*, registo 47, fl. 25.

<sup>145</sup> AMCT, *Livro de Registo de Termos de Exposição, 1803-1808*, registo 86, fl. 45v.

<sup>146</sup> AMCT, *Livro de Registo de Termos de Exposição, 1803-1808*, registo 194, fl. 98v. Esta menina, Catarina, exposta na Roda a 20/8/1807, é entregue à mãe em 8/3/1808.

<sup>147</sup> AMCT, *Livro de Termos de Assentos de Expostos, 1816 a 1820*, registo 155, fl. 76.

miséria, parece, também, ser disso exemplo. Embora a ajuda disponibilizada a essas mulheres fosse uma pequena migalha, na imensidão das suas necessidades, o esforço realizado pela edilidade é, indiscutivelmente, notável, numa altura em que o concelho, no rescaldo das invasões, atravessava a pior situação económica de sempre. Para melhor se compreender a dimensão do esforço realizado pela edilidade, importa referir que, entre 1812 e 1820, coincidindo com o período de maior volume de exposições, foram concedidas 41 criações por pobre, pelo Cofre dos Expostos, no valor de 600 réis mensais, cada. Representando uma sobrecarga anual, a variar entre os 144.000 e os 255.000 réis<sup>148</sup>, a assumpção de tamanho encargo por parte de um concelho, financeiramente tão debilitado, que só em 1814 conseguira proceder à compra do mobiliário necessário para a realização dos autos de câmara, no valor de 150.765 réis<sup>149</sup>, não pode deixar de surpreender. Ou de suscitar algumas interrogações. Tratar-se-ia, tão só, de uma medida de cariz humanitário para crianças nascidas em meios socioeconómicos muito carenciados ou, de uma linha de orientação governativa, destinada a promover o crescimento demográfico, dado o estado de despovoamento em que o concelho se encontrava?

### 3.5 – Escritos e sinais

Entre os preparativos e os cuidados para com a criança que se expunha, os escritos, ou bilhetes, constituem a face mais visível de uma estratégia familiar fortemente regida pelo secretismo. Demonstração de uma ligação afectiva que se pretendia manter, com vista a uma futura reintegração familiar, os escritos forneciam à criança os elementos de identificação que a podiam distinguir dos outros expostos. Por outro lado, em caso de abandono definitivo, esses identificadores não seriam menos importantes já

---

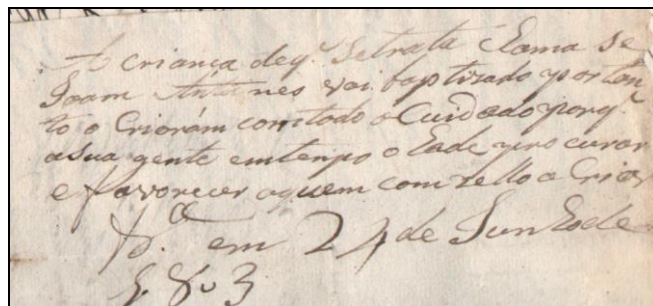
<sup>148</sup> AMCT, *Livro de pagamento de Expostos, 1803-1806 e Livro de pagamento às Amas, 1808-1809*, fls. 195-195v, *Livro de pagamento às Amas, 1815-1816*, fl. 187, *Livro de pagamento às Amas, 1816-1818*, fl. 239v, *Livro de pagamento às Amas, 1818-1820*, fl. 246.

<sup>149</sup> AMCT, *Livro de Acordaons da Camara, 1813-1817*, Auto de Câmara de 8 de Julho de 1815, fls. 63v-64v.

que possibilitariam o acompanhamento, à distância, do percurso de vida da criança, sossegando, desse modo, receios ou sentimentos de culpa e angústia.

Quer se tratasse de estratégia familiar ou de real preocupação, a exposição acompanhada de escrito, foi prática usual em Trancoso. As anotações, feitas pelo escrivão em cada termo de registo, bem como as dezenas de bilhetes ainda existentes, soltos ou colados nos vários livros de assento de exposição, não deixam qualquer dúvida quanto a isso. Escritos quase sempre, em pedaços de papel rasgado, numa caligrafia rudimentar ou, excepcionalmente, em folhas de papel, ainda hoje cuidadosamente dobradas e com caligrafia perfeita, estas mensagens revelam, fundamentalmente, uma vontade e uma intenção, independente da sua possível concretização.

**Figura 1** – Bilhete escrito<sup>150</sup>

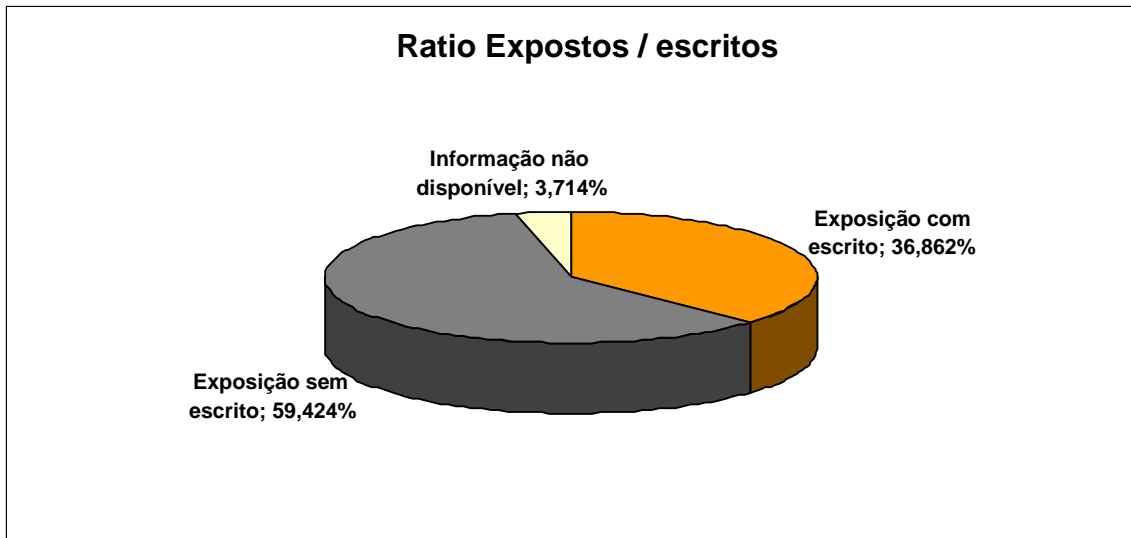


---

<sup>150</sup> AMCT, *Livro de Registo de Termos de Exposição, 1803-1808*, registo 20, fl. 10v. Este bilhete acompanhava um menino, recém-nascido, exposto na Roda, na madrugada de 25/6/1803 com a seguinte mensagem: «A criança de que se trata chama se Joam Antunes vai baptizado portanto o criaram com todo o cuidado porque a sua gente em tempo o hade procurar e favorecer a quem com zello o criar. Trancoso em 24 de Junho de 1803».

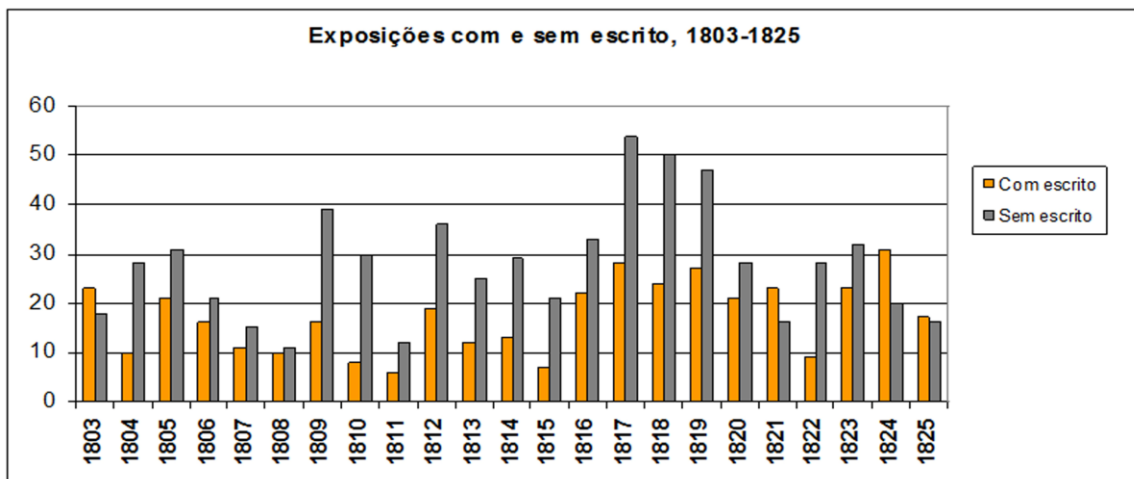


Gráfico 7



Fonte: AMCT, *Livros de Registo de Termos de Exposição (1803-1825)*.

Gráfico 7 a



Fonte: AMCT, *Livros de Registo de Termos de Exposição (1803-1825)*.

Pelo Gráfico 7 verifica-se que, embora um pouco mais de metade das crianças, 59,42%, não fosse acompanhada de mensagens escritas aquando da exposição, os bilhetes ou escritos encontram-se presentes, em mais de um terço das crianças expostas.

Com um valor percentual de 36,86%, o que contraria a tendência que, à época, se verificava em outros lugares<sup>151</sup>, tal facto não pode deixar de ser considerado relevante, atendendo à ruralidade e ao elevado grau de iliteracia da população do termo, a rondar os 100%<sup>152</sup>, bem como às circunstâncias económicas e sociopolíticas então vividas. Por outro lado, da análise do Gráfico 7 a), que permite acompanhar o movimento anual de exposições com e sem escrito, de 1803 a 1825, constata-se que existe um movimento sólido e constante de exposições acompanhados de mensagens escritas, ao longo dos vinte e três anos em estudo. Alguns anos, como 1803, 1821, 1824 e 1825, chegam mesmo a ultrapassar o volume de crianças que não as apresentavam.

Com função essencialmente informativa, a maioria dos escritos, 98,74%, alude ao baptismo e 97,98 % também ao nome, evidenciando serem estas, as preocupações prioritárias para com a criança que era exposta. Se bem que indissociáveis, já que o baptismo assegurava o nome, que iria identificar a criança aos olhos de Deus e da sociedade, o facto de o baptismo, realizado ou não, ser a principal referência em todas as mensagens, reflecte acima de tudo a preocupação com o destino da criança. Não apenas na morte, a possibilitar o enterro em sagrado e o acesso à paz e felicidade eterna; também em vida, onde a protecção divina, adquirida com esse sacramento, seria indispensável para superar os riscos que a condição de exposto acentuava.

Por sua vez, a indicação do nome dado ou pretendido, no caso da criança ser exposta sem baptismo, além da função de identificação tinha uma conotação afectiva, representando um elo de ligação à criança, mesmo sem ter em vista a sua reintegração familiar. Daí, o facto de quase todas as mensagens referirem o nome e, algumas, pedidos para que o mesmo lhe seja mantido. Com essa intenção e demonstrando a vontade familiar de individualizar a criança dos outros expostos, aparecem súplicas, em nome das almas, por caridade, por «mor» Deus ou de algum santo de devoção consensual: «Ahi vai esta criança que ja vai baptizada chamase Brizida. Pedese por mor Deos a caridade delho conçervar que por elle será procurada»<sup>153</sup>.

---

<sup>151</sup> Quer na Póvoa de Varzim, como em Góis, ou Meda a percentagem de mensagens escritas que acompanhavam os expostos, foi em número inferior. Ver LEANDRO, Joana Maria Fernandes, *Os Expostos da Póvoa de Varzim...*, cit., p. 48; LOPES, Maria Antónia, *Os Expostos no Concelho da Meda...*, cit., p. 134; SIMÕES, João Alves, *Os expostos da Roda de Góis...*, cit., p. 99.

<sup>152</sup> Sobre este assunto, ver nota 102.

<sup>153</sup> AMCT, *Livro de Registo de Termos de Exposição, 1803-1808*, registo 89, fl. 48.

Ainda com idêntico pedido, mas mais apelativo, um outro escrito diz: «Ahi vai este menino que esta baptizado com agoa e as palavras em nome do Padre e do filho e do Esprito Santo e chamase Justino Diogo. Senhor Juis pedese lhe por mor da sua Mai e das almas q. o nome delle nam o tirem que tudo se vai agradecer»<sup>154</sup>.

Não se sabe se estas invocações de cariz cristão ou os apelos, feitos a autoridades, como este último, terão pesado na manutenção dos nomes das crianças, ou se terá sido, tão só, a esperança de facilitar uma futura recuperação familiar. Qualquer que tenha sido o motivo, foi uma prática observada, mesmo em casos de abandono clandestino, sem escrito e com a indicação do nome a ser feita oralmente. A comprová-lo, o caso passado no Reboleiro, com uma menina de 2 a 3 meses, exposta em 1 de Setembro de 1817, de madrugada, à porta de Rosa Maria. O expositor, depois de se certificar que a dona da casa acordara, «em alta vozeira» informou que a criança se chamava Ana Ricardina, nome com o qual lhe foi, posteriormente, aberto o termo de assento<sup>155</sup>. Caso idêntico ocorreu em 1 de Setembro de 1818, em Carigas, quando uma mulher encoberta, depois de colocar à porta de Engrácia Maria uma menina, pediu que pusessem à criança o nome de Isabel<sup>156</sup>. O disfarce utilizado revelar-se-ia, no entanto, pouco eficaz, já que a mulher, identificada pela voz, foi obrigada a tomar conta da criança, sua filha, uma semana depois. Tratava-se de Maria da Conceição, solteira, da Quintã de A-do-Cavalo.

A possibilidade de reconhecimento do expositor, através de uma informação oral, explica certamente o facto de esta prática ter sido pouco usada em Trancoso. Apenas em quatro exposições e duas a ocorrer na Roda, onde a rodeira, por lei, era obrigada a manter sigilo sobre o expositor, em caso de reconhecimento. No entanto perante esta perspectiva, há que equacionar a hipótese de ter sido o medo de um reconhecimento e não a falta de interesse, a estar na base da existência de um tão grande número de expostos, sem qualquer informação, sobretudo no período pós invasões. No caso de mulheres sozinhas, solteiras ou viúvas, pobres e iliteratas, sem recursos nem solidariedades familiares que lhes permitisse o acesso à elaboração de uma mensagem escrita, não lhes restava outro caminho a não ser um abandono rápido e clandestino do recém-nascido, sem qualquer informação.

---

<sup>154</sup> AMCT, *Livro de Termos de Assento dos Engeitados, 1808-1810*, registo 86, fl. 52.

<sup>155</sup> AMCT, *Livro de Termos de Assento dos Expostos, 1816-1820*, registo 117, fl. 59v.

<sup>156</sup> AMCT, *Livro de Termos de Assento dos Expostos, 1816-1820*, registo 199, fl. 101.

Por outro lado, os riscos, a que se expunham os expositores, servem para evidenciar a importância que a família atribuía ao nome da criança.

Em Trancoso, os nomes que surgem nos escritos dos expostos apresentam grande diversidade. Desde os mais conhecidos e repetidos como Ana, José, Maria, António, Joaquim, sem qualquer valor individualizante, até aos mais invulgares, cuja função seria a de facilitar uma rápida identificação: Maxismunda, Pelocrónio, Hedvigés, Oto, Pelargónia, Delizária, Zerzolinda, ou Ermuntário. A um outro nível, encontram-se os que pela carga simbólica que transportam, parecem desvendar os desejos ou os receios familiares quanto ao futuro da criança. Assim, com a conotação de esperança, felicidade e riqueza, aparecem: Clara da Felicidade, Maria Felizarda, Fortuna de São José, Alegria de Jesus, Afortunado Joaquim, Angélica de Deus, Rosa da Felicidade, Amado de Jesus, Maria das Venturas, Umbelina Feliz e Joaquim Rico.

No lado oposto, revelando pessimismo e desânimo perante o futuro que a exposição certamente acarretaria, com carácter quase premonitório surgem: Maria das Dores, Desfelizarda Ana, Maria do Calvário, Tristelinda, Cruz de Jesus, Maria das Chagas, Desfortunato, Dolorosa das Chagas, António Desventura e Tristano.

Com uma carga simbólica muito diferente das supra citadas é o nome de uma recém-nascida, exposta em 7 de Fevereiro de 1823 na Roda: Leopoldina Máxima do Encómodo. Se bem que o nome indicie, desde logo, uma rejeição da criança, o escrito que a acompanha, onde o sarcasmo se mistura com alguma insatisfação socioeconómica, não deixa grandes dúvidas quanto à falta de interesse familiar: «Vai baptizada chamase Leopoldina Máxima do Encómodo. Sr. Escrivão da Câmara ponha a creatura em boa ama que Deos livrara a vossa mulher por estes e outros semelhantes trabalhos de se ver tam afflicta no parto como se vio a Mai desta [menina] quando a deu a luz. Dirá Vossa mercê que em tão mau tempo le vou oferecer hum tal presente; porem paciência que Eu inda sofri mais que Vossa mercê porque o caminho esta pecimo e temível, alem disso Vossa mercê sempre ganha os seus quarenta reis do termo e eu so ganho 7»<sup>157</sup>.

Sem assumir o carácter prioritário do baptismo e do nome, também o enxoval aparece descrito nos bilhetes embora sem regularidade e com um valor numérico pouco significativo. Apenas em 15,113% dos bilhetes aparece a enumeração das peças de

---

<sup>157</sup> AMCT, *Livro de Assentos de Expostos, 1820-1825*, registo 147, fl. 81v.

vestuário que acompanhavam as crianças, o que poderá significar a pouca importância que lhe era atribuída pelas famílias, no caso de uma possível reintegração. No entanto, esta função do enxoval será, pelo menos uma vez, usada nesta série<sup>158</sup>. Ao contrário do que parece suceder com as famílias, as autoridades responsáveis pela Roda atribuíam ao enxoval grande importância. Não apenas como um elemento de identificação da criança, mas como caracterizador do seu meio familiar, usando-o também como decodificador do conteúdo das mensagens. Razões que certamente explicam o rigor e pormenor postos pelo escrivão, na descrição, em todos os termos de assento, das peças de vestuário que acompanhavam as crianças<sup>159</sup>. E que estiveram na base do comentário, escrito no bilhete, que se transcreve: «Esta criança vai por Baptizar hadese chamar Anna Ricardina Tratade a cum todo melindre pois a seo tempo siade tumar conta dela»; comentário à margem: «Sim Sr. O grande inxoval assim o indica, pois sim. Pelo grande inxoval com que foi apresentada mostra que seos Pais a hão de procurar a seo tempo para lhe receber sua Erança; forte empostura!»<sup>160</sup>. Para uma melhor compreensão do comentário (do escrivão?), necessário se torna dizer que a criança, em questão, era acompanhada de 2 camisas velhas, 2 cueiros de estopa velhos, 2 envoltas velhas, 1 lenço velho e roto e 1 nagalho com que vinha apertada. Se a falta de correspondência entre o conteúdo do bilhete e a pobreza do vestuário justifica o sarcasmo da observação, por outro lado, evidencia o hábito, (quicá generalizado?), da existência de estratégias familiares que passariam pelo recurso a mensagens fictícias (em que o conteúdo não corresponderia, nem às intenções, nem à realidade que lhes estaria subjacente), como forma de obter um tratamento de excepção para a criança. Estratégia que as autoridades já se tinham habituado a detectar, como se comprova pela ironia do comentário.

Muito comum nos escritos, são as manifestações de intenção e os receios quanto ao futuro da criança, a revestir particular importância quando, através deles, se pretende, numa análise interpretativa de conteúdo<sup>161</sup>, decodificar o sentir familiar. Projectando os laços afectivos para com a criança que desejam recuperar (quando as circunstâncias que

---

<sup>158</sup> Apenas se encontrou o caso referido na nota 132. No entanto, não é de excluir a hipótese de, através do enxoval, ter sido descoberta a origem familiar de algumas crianças.

<sup>159</sup> Da descrição constava o número de peças de vestuário, a cor, o modo de confecção, materiais usados e o estado de conservação.

<sup>160</sup> AMCT, *Livro de Assentos de Expostos, 1820-1825*, registo 180, fl. 196.

<sup>161</sup> Baseia-se no grau de incidência e intensidade com que indicadores psicológicos de comportamento, pré determinados, surgem em contextos verbais ou escritos.

tinham ditado o abandono desaparecessem), a eles estão implicitamente ligados sentimentos de tristeza e culpa, pela forma como seria tratada e também a angústia e o medo de que a morte, por falta de cuidados, impedisse a recuperação. Apesar da morte, durante a primeira infância, ser um fenómeno comum e natural, havia a convicção generalizada de que a mortalidade, existente entre os expostos, era devida à falta de alimentação e cuidados prestados pelas amas, justificando-se, assim, os pedidos de uma boa ama em 95,72% dos escritos.

Pretendendo, talvez, silenciar os sentimentos de culpa, pela falta de carinho e afecto que a exclusão, temporária ou definitiva, provocava à criança, os pedidos para que seja tratada com caridade, amor, zelo e carinho, aparecem em 73,84% das mensagens: «Esta menina já vai battizada chamase Margarida Joaquina. Pedese a ama que a tiver que trate della cum amor [...]»<sup>162</sup>, ou, «hestta menina he partticular, xamase Roza Delfina d'Assumpção. O juis mande a criadeira que trate della cum zello e deçencia [...]»<sup>163</sup>. Com o intuito de que o pedido seja respeitado, em 68,58% dos casos, surgem mesmo promessas de recompensa. Umas de natureza espiritual como: «a mulher que cum caridade o criar, fará bom çervisso a Deos»<sup>164</sup>; outras, a parecerem constituir verdadeiras formas de aliciamento: «Ahi vai esta menina xamase Felecidade e vai baptizada Sua Mai pede que a estimeim e tratem cum todo o carinho que antes de pouco hade ser precurada e ama que a tiver cum carinho e zelo hade receber boas luvas e inda hu relicairo de oiro que tudo esta preparado»<sup>165</sup>. Infelizmente, a ama desta criança, Josefa Maria, das Courelas, não viria a receber as prometidas luvas, nem o relicário de oiro, já que a criança, apesar dos bons augúrios do nome, viria a falecer a 17 de Janeiro de 1818, dezoito dias após a sua exposição, em 30 de Dezembro de 1817. Tal como este caso confirma, a grande mortalidade que se verificava durante os primeiros meses de vida das crianças, não permite apurar se os expositores cumpriram ou não as promessas, pairando sempre, no entanto, a esperança de uma possível efectivação que, alguns casos, como o que a seguir se apresenta, certamente alimentaria. A mãe de Umbelina, menina com um ano, exposta na Quinta do Sameiro, em 11 de Junho de 1809, com o escrito: «[...] e pedese que vossameces a tratem cum caridade e num a passem para outra parte athe que

---

<sup>162</sup> AMCT, *Livro de Termos de Assento de Expostos, 1816-1820*, registo 149, fl. 78.

<sup>163</sup> AMCT, *Livro de Termos de Assento de Expostos, 1816-1820*, registo 20, fl. 10v.

<sup>164</sup> AMCT, *Livro de Termos de Exposição dos Engeitados, 1810-1816*, registo 76, fl.39.

<sup>165</sup> AMCT, *Livro de Termos de Assento de Expostos, 1816-1820*, registo 140, fl. 71v.

se lhe procure que tudo lhe haonde agradecer»<sup>166</sup>, apresentou-se dois dias depois, ao juiz, para recuperar a criança e pagar à ama que tomara conta da filha. Não há informação expressa sobre se teria havido uma recompensa, mas a indicação do montante pago, 200 réis, a ultrapassar sobejamente o salário que, à época, as amas recebiam, 1.200 réis mensais, ou seja, 40 réis por dia, assim o indica.

Fictícia, ou não, a recompensa prometida às amas ou autoridades, ter-se-á, certamente, traduzido numa melhor prestação de cuidados para com as crianças, o que terá acentuado a sua inclusão no conteúdo dos escritos.

Além da recompensa, a intenção, de uma futura reintegração familiar da criança, aparece manifestada em 323 casos, o que corresponde a 81,36% dos escritos. Embora também aqui, o factor mortalidade não permita avaliar da bondade da intenção expressa<sup>167</sup>, o facto de 71,79% dessas crianças serem acompanhadas de sinais simbólicos devocionais, parece sugerir uma forte probabilidade de se estar em presença de abandonos temporários, não desejados, com a recuperação da criança a ocorrer uma vez ultrapassadas as circunstâncias que tinham ditado o abandono. Foi o que aconteceu a Meliana, menina recém-nascida, exposta na Roda em 9 de Fevereiro de 1806, com um escrito a dizer ser exposta por ser filha de pais incógnitos e a promessa de reintegração familiar quando «as sircunstanças o permitam». Em 13 de Julho de 1807, os pais já casados vão, junto do juiz, pedir a sua recuperação<sup>168</sup>. O mesmo se verificou com Luiz, exposto recém-nascido, na Roda, em 2 de Outubro de 1804, com o escrito: «Este rapas xamase Luiz vai bautizado pedese que o tratem bem que a seo tempo o seo Pai se poder hade crer proguntar por elle»<sup>169</sup>. Não sendo explicitadas as razões que o permitiram, uma coisa é certa, o pai, Guilherme Fonseca, soldado do Regimento de Milícias, obteve a recuperação do menino em 12 de Janeiro de 1807.

Se bem que em nenhum dos casos acima referidos isso se verificasse, 71,79% das crianças, cujos escritos expressam a intenção de futura reintegração, são acompanhadas

---

<sup>166</sup> AMCT, *Livro de Termos de Assento dos Engeitados, 1808-1810*, registo 45, fl. 23.

<sup>167</sup> Para um possível conhecimento, da veracidade, ou não, da intenção futura que os escritos apresentam, haveria que ser feito o levantamento não só da mortalidade das crianças a quem os escritos se referem mas também dos progenitores, o que é inexecutável dado o carácter de anonimato de que o abandono se revestia. No entanto, atendendo às circunstâncias de a guerra e a fome, terem dizimado uma boa parte da população, na época a que se refere este estudo, há que equacionar a forte probabilidade de ter sido a morte dos pais, mais do que a das crianças, a inviabilizar o cumprimento das promessas e intenções.

<sup>168</sup> AMCT, *Livro de Registo de Termos de Exposição, 1802-1808*, registo 136, fl. 67.

<sup>169</sup> AMCT, *Livro de Registo de Termos de Exposição, 1802-1808*, registo 75, fl. 38.

de sinais, numa clara demonstração de interesse e preocupação familiar quanto ao futuro. Uns de cariz religioso, judaico cristão, e apelando à protecção divina como: breves, escapulários, rosários, bolsas de «arrelíquias», verónicas, imagens santas e signos salomão; outros reflectindo crenças populares de natureza pagã ou supersticiosa, como figas, estrelas, meias luas e contas negras de azeviche<sup>170</sup>, todos estes sinais traduzem o desejo de uma protecção divina ou sobrenatural para a criança que, longe da alçada familiar, ficaria entregue aos desígnios de Deus e da sorte.

De carácter diferente, mas não menos importante, outras crianças eram portadoras de sinais como: fios ou fitas, atados nos pulsos ou nas pernas, anéis ou colares de linha, com uma ou várias contas coloridas e mesmo «nagalhos». Um menino trazia uma bolsinha azul e uma menina dois corações vermelhos, pendurados, num fio de seda, ao pescoço. Em todos estes casos a função parece ser, apenas, servir de marca de identificação, com vista a uma futura recuperação. Incidindo estes sinais em 11,27% das crianças abandonadas, fora da Roda, sem qualquer mensagem escrita, o facto parece querer contrariar a hipótese, levantada em alguns estudos<sup>171</sup>, de as exposições sem indicação de nome e/ou baptismo, indiciarem desamor e enfeitamentos definitivos.

À luz desta perspectiva e de tudo o que fica dito, será de equacionar a forte possibilidade de, além da miséria e das conjunturas sociopolíticas adversas, ter sido o desamparo, decorrente de um ostracismo social e familiar, a ditar, em Trancoso, algumas exposições clandestinas e sem qualquer informação.

---

<sup>170</sup> À luz do que Maria Antónia Lopes diz no seu estudo sobre os expostos no concelho da Meda, região geográfica e culturalmente muito próxima de Trancoso, estas contas de azeviche, postas sobretudo em crianças recém-nascidas, prendiam-se à credence popular de servirem de antídoto contra bruxas e mau olhado.

<sup>171</sup> FONTE, Teodoro, Afonso da, *No limiar da honra e da pobreza...*, cit., p. 306.



### 3.6 – O destino dos expostos

As fontes documentais compulsadas nada permitem saber sobre o que aconteceu às crianças expostas, após os sete primeiros anos de criação. Pese embora todo o empenho e curiosidade da investigação, nem mesmo as fontes paroquiais respeitantes ao rol de confessados<sup>172</sup>, fazem menção a qualquer exposto. Assim, ao falar do destino das crianças entradas na Roda de Trancoso, é falar de um destino imediato, dada a exiguidade temporal das suas vidas que as fontes municipais documentam.

Todas as 1077 crianças que, de 1803 a 1825, foram excluídas da sua esfera familiar e adquiriram o estatuto jurídico de expostos, “filhos da pátria”, partilharam, a curto prazo, destino idêntico. Quer resultante de uma exposição directa, ou de um abandono clandestino, uma vez aberto o termo de assento como expostos, as suas vidas ficavam de imediato nas mãos da assistência pública, a cargo do concelho. Em Trancoso, com excepção das moribundas, após lavrado o termo de exposição, as crianças eram de imediato entregues às amas que se encarregariam da sua criação. Ou pela mão da rodeira, responsável pela sua condução até à ama, ou directamente pelo juiz de fora, no caso do abandono ter ocorrido fora da Roda e a criança ter sido transportada, à sua presença, pela mulher que a encontrara e se oferecera para ama. Ao longo dos vinte e três anos em estudo, 96,19% das crianças expostas foram, deste modo, entregues a um total de 891 amas, distribuídas por 39 lugares do termo<sup>173</sup>, iniciando uma outra fase das suas vidas e cujo destino a Tabela 5 representa.

**Tabela 5 – Destino das crianças entregues às amas**

Mortes	Fim de criação	Entrega a familiares /outros	Sem informação
641 <sup>174</sup>	176	151	68

Fonte: AMCT, *Livros de registo de termos de exposição (1803-1825)*.

<sup>172</sup> AMCT, Fundo Paroquial de Venda do Cepo, *Livro de Registos de assentos dos autos religiosos, 1802-1832*.

<sup>173</sup> Além de inúmeras quintas e quintãs situadas ao redor dos diversos lugares.

<sup>174</sup> Este número refere-se apenas às crianças falecidas em casa das amas, após terem sido retiradas as 41 crianças falecidas a caminho ou, à chegada imediata à Roda.

Numa abordagem à Tabela 5, verifica-se que a grande maioria, das crianças entregues às amas, 61,87%, faleceu e apenas 16,99% concluíram o tempo de criação, mantendo-se com elas até perfazerem os sete anos de idade<sup>175</sup>. Das restantes, 14,58% foram entregues a familiares ou outras pessoas que, mediante termo de responsabilidade, se comprometeram a criá-las e de 6,56% nada foi registado, não se sabendo portanto o seu destino. Não excluindo a possibilidade de algumas delas terem sido recuperadas, directamente pela família, é de crer que a maior parte tenha falecido, sem que do óbito tenha sido apresentada certidão<sup>176</sup>, decorrendo desse facto a falta de informação nos termos de assento, sobretudo nos referentes aos anos de 1808 a 1813.

Das 151 crianças entregues, 98,01% foram-no a familiares e, apenas 1,99%, a pessoas, aparentemente sem qualquer laço familiar que requereram a guarda e criação das crianças – algo inusitado, apenas três casos, e a merecer, por isso, referência. O primeiro diz respeito a uma menina, Helena, abandonada recém-nascida, em 16 de Junho de 1812, em Sebadelhe e a criar na vila, em casa de Ana Benta. Em 26 de Dezembro de 1813, por petição ao juiz, D. Francisca Cândida, senhora fidalga de Trancoso, obtém a sua guarda, sem que apresente outras razões a não ser a vontade de a criar gratuitamente. Ter-se-ia tratado de um caso de ilegitimidade, com um abandono simulado a proteger a honra familiar, ou de genuína empatia e compaixão pela menina? Na ausência de fontes que permitam conhecer a biografia desta fidalga, não é possível adiantar qualquer conclusão.

O segundo caso, a envolver também a uma menina e com nome igual, parece de leitura mais fácil. Em 9 de Setembro de 1818, Sir Dudley St. Leger Hill, apresenta um

---

<sup>175</sup> Há, no entanto, 4 casos em que o tempo de criação foi alargado, por um a dois anos, devido ao comprovado estado de debilidade em que se encontravam as crianças. Não sendo declaradas as razões desse estado de fraqueza, infere-se, no entanto, que não será decorrente da falta de cuidados das amas mas devido a doenças contraídas pelas crianças, já que se mantiveram com as mesmas amas.

<sup>176</sup> Em Trancoso, desde o começo da série, o registo de morte nos termos de assento de exposição apenas era feito mediante certidão do pároco. Na ausência desse documento, por extravio nas mãos das amas ou ausência do padre, o registo ficava em aberto até ser entregue a certidão. É possível que, nos anos em que o termo foi assolado pelas invasões francesas, muitas certidões não tenham sido passadas e outras o tenham sido muito tempo após a morte da criança, como se comprova pela certidão anexa ao seguinte registo: «Attesto em como o Engeitado Izidoro que se achava em poder de Flora Maria do lugar de Vilares desta Camera faleceu no ultimo dia do mez de Junho do anno pretérito que a esta suplicante fis outra declaração anticipada a qual comta se dessemcaminhou. Por causa da adversidade do tempo que havia nam requireo logo outra e passei esta agora que me foi pedida e assinei. Vilares, 8 de Março 1811 o Padre (rubrica)», AMCT, *Livro de Termos de Assento dos Engeitados, 1808-1810*, registo 79, fl. 40v.

requerimento ao juiz para que, Ellena, menina abandonada recém-nascida, a 15 de Novembro de 1817 em Riodemel, e a criar em Soutomaior, fique a seu cargo e responsabilidade. Na origem do pedido, que é de imediato autorizado, alega a compaixão sentida, ao ter conhecimento de que a menina se encontrava a passar fome por ter secado o leite à ama, Ana d'Oliveira. O caso não seria insólito se o requerente, Sir Dudley, não fosse um coronel general do exército luso-inglês durante as invasões francesa e, à época, comandante do batalhão de Caçadores nº 8<sup>177</sup> sediado na vila, aliado ao facto de a menina em questão, se encontrar a criar a uma distância de 5 km, afastada portanto, do olhar do heróico general. Por sua vez, a análise do termo de assento da menina, permitiu verificar que entre as diversas peças de vestuário que constituíam o enxoval, na altura do abandono, constava uma envolta rosa de baeta inglesa, e três camisas de cambraia inglesa, tecidos nunca referidos, até aí, nem posteriormente. Mera coincidência? Os factos supra citados sugerem o contrário, apontando, claramente, para um abandono simulado como estratégia de ocultação de um caso de ilegitimidade, envolvendo, certamente, questões de honra.

O último dos casos de expostos entregues a pessoas que, aparentemente, não são da família, diz respeito a um menino, Leonardo, abandonado em Soutomaior, a 5 de Novembro de 1820 e entregue, em 30 de Setembro de 1821, a Maria José, viúva, dos Carniões, mediante consentimento da mãe, Josefa, da vila de Moreira e termo de compromisso de o cuidar e manter como filho, assinado na presença do juiz daquela vila. Este é o único caso que parece configurar um fenómeno designado de «circulação de crianças»<sup>178</sup>. Justificado, certamente, pela viuvez e a necessidade de ajuda familiar para fazer face às duras actividades económicas de que dependia a subsistência.

Quanto às crianças reintegradas na sua família biológica, 31,13% resultam de um pedido formal da família e as restantes, 68,88%, de uma acção compulsiva, por parte das autoridades, após a descoberta dos progenitores. A interdição legal a indagações, sobre a identidade dos expositores, terá levado a que nos registos a explicação da descoberta surja camufladamente traduzida por «soube-se» ou, «veio a apurar-se», não permitindo saber como foi conseguida. Quer por denúncia popular, ou encorajada e/ou fomentada

---

<sup>177</sup> AMCT, *Livro de Nomeações de Postos e Cargos Militares, 1787-1830*, fls. 52-53v.

<sup>178</sup> Consistia na passagem de uma criança de uma família, ou lugar, onde era excedentária, a outros núcleos onde o seu número era deficitário. Ver SÁ, Isabel dos Guimarães, *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no séc. XVIII*, Lisboa, Gulbenkian, 1995, pp. 12-25.

pelas próprias autoridades, com o intuito de reduzir uma despesa, a atingir dimensões insuportáveis, para um concelho com graves problemas financeiros, estes processos de entrega permitem um vislumbre do mundo familiar e geográfico que envolveu os expostos em Trancoso.

A maioria das crianças voluntariamente recuperadas, são entregues aos pais ou ao pai, residentes no termo, pressupondo estar-se em presença de filhos legítimos, ou recém legitimados como no caso de Augusta, exposta em 29 de Outubro de 1819 e entregue, em 1 de Julho de 1825, a José António de Azevedo, de Trancoso, «casado nesse dia com a mãe da menina»<sup>179</sup>. Em apenas seis casos, as crianças são entregues às mães, todas elas solteiras e de fora do termo. No primeiro caso, em 10 de Junho 1809, trata-se de uma jovem, de Pinhel, não identificada<sup>180</sup>; no segundo refere-se a Joaquina, de Vila Real e a viver na vila com um soldado do Regimento nº 8,<sup>181</sup>; no terceiro, também em 1817, de 22 de Fevereiro, a mãe, Ana Ribeiro era da Coriscada, termo de Marialva,<sup>182</sup>; no quarto caso, ainda em 1817, Joana Rosa era de Souropires, termo de Pinhel<sup>183</sup>; o quinto caso, ocorrido a 19 de Maio de 1819, Maria Joaquina era da Coriscada, concelho de Marialva<sup>184</sup> e o último, em 21 de Janeiro de 1822, Maria Gomes era de Cortiçô, concelho de Celorico da Beira<sup>185</sup>.

No que concerne às entregas compulsivas, um total de 104 crianças, 70,19% foi entregue às mães. Através dos registos de baixa de criação, à margem dos termos de assento, foi possível saber um pouco mais destas mulheres. De 9,59% nada se sabe, ou por lapso do escrivão ou pelo desejo manifesto de não serem identificadas, já que no caso de pessoas de condição, poderiam usar dessa prerrogativa. No entanto, em Trancoso, esse direito nem sempre foi observado como se depreende do facto de, entre as mães, que compulsivamente foram obrigadas a tomar conta dos filhos, se encontrar uma filha do morgado de Alcudra<sup>186</sup> e a dona da Quinta do Barrocal, Dona Maria Francisca, senhora fidalga da família Albuquerque<sup>187</sup>. Das restantes mães, 23,29% eram casadas, e

---

<sup>179</sup> AMCT, *Livro de Assentos de Expostos, 1819-1825*, registo 277, p. 140v.

<sup>180</sup> AMCT, *Livro de Termos de Assento dos Engeitados*, processo anexo ao registo 50, fl.26.

<sup>181</sup> AMCT, *Livro de Assentos de Expostos, 1816-1820*, processo anexo ao registo 12, fl. 7.

<sup>182</sup> AMCT, *Livro de Assentos de Expostos, 1816-1820*, processo anexo ao registo 33, fl.19.

<sup>183</sup> AMCT, *Livro de Termos de Assentos de Expostos, 1816-1818*, processo anexo ao registo 57, fl. 19v.

<sup>184</sup> AMCT, *Livro de Termos de Assentos de Expostos, 1816-1818*, processo anexo ao registo 61, fl. 38.

<sup>185</sup> AMCT, *Livro de Assentos de Expostos, 1819-1820*, processo anexo ao registo 17, fl. 20.

<sup>186</sup> AMCT, *Livro de Termos de Exposição, 1810-1816*, registo 19, fl. 10v.

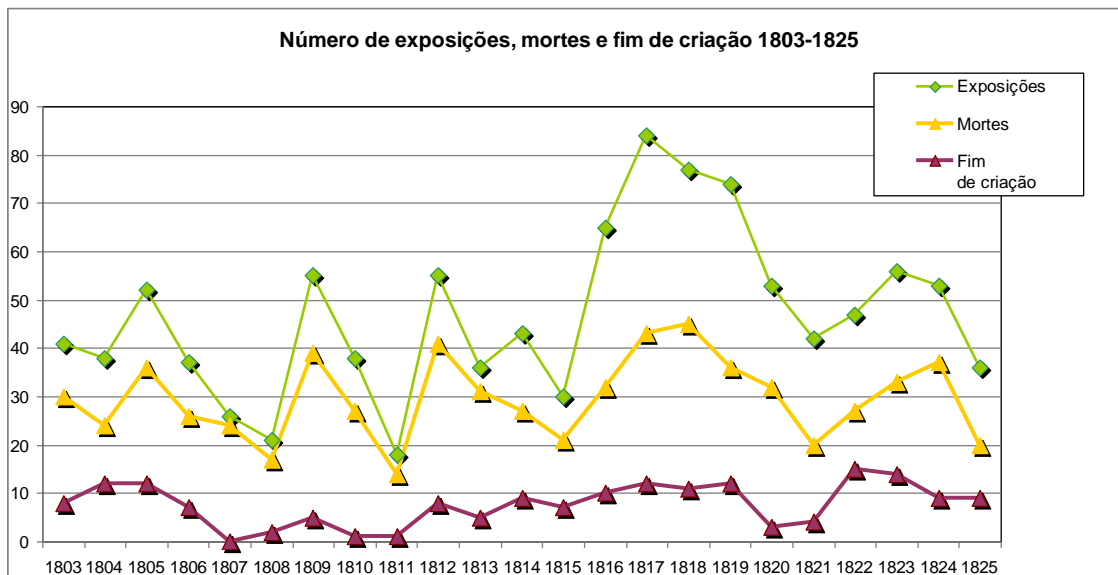
<sup>187</sup> AMCT, *Livro de Assentos de Expostos, 1819-1825*, registo 60, fl. 32.

67,12% solteiras. Estas últimas, eram na maioria naturais do termo, encontrando-se apenas 8 casos de mães de concelhos limítrofes: Celorico da Beira (2), Moreira (2), Lamego (1), Marialva (1), Fornos de Algodres (1) e Casteijão (1).

No que respeita aos expostos entregues a outros familiares, 3,85% foram entregues a avós e 25,96% aos pais. Constando entre estes, 40,74% de soldados dos regimentos acantonados na vila, este pormenor, vem evidenciar, novamente, o peso que a guerra, com diferentes formas, exerceu na vida do concelho, ao longo de todo o estudo. Ainda a partir dos dados supracitados e, sem se pretender fazer qualquer extrapolação tendencial, que seria abusiva, há no entanto a considerar que no universo das crianças expostas, posteriormente entregues a familiares, 39,07% são ilegítimas e 60,93% legítimas<sup>188</sup>; e ainda, que na grande maioria, eram provenientes do termo, com excepção de 9,28%, pertencentes a famílias de concelhos limítrofes.

Sobre os outros, diferentes, destinos que as crianças expostas, em Trancoso, tiveram, observe-se o Gráfico 8.

**Gráfico 8**



Fonte: AMCT, *Livros de Registo de Termos de Exposição (1803-1825)*.

<sup>188</sup> As crianças entregues a familiares constituem 14,02% do total de crianças expostas de 1803-1825.

A primeira coisa que sobressai é o elevado grau de mortalidade verificado, ao longo da série, em contraste com o reduzido número das crianças que chegaram ao fim de criação. Com uma percentagem média a atingir o valor de 63,32, contra os 16,34% do fim de criação, anos há em que a mortalidade se aproxima dramaticamente dos valores verificados para as exposições. É o que se verifica de 1806 a 1813, onde, mesmo assim, sobressaem os anos 1807, 1808, 1811 e 1813 com picos de 92,31%, 80,95%, 77,78% e 86,11%, respectivamente. Correspondendo esses anos aos mais violentamente flagelados pelas invasões francesas, não é pois de admirar que eles correspondam, em razão inversa, aos números verificados em fim de criação que atingem os pontos mais baixos em 1807, 1808, 1810 e 1811, com os correspondentes valores de 0%, 9,09%, 2,63% e 5,56%.

Em Trancoso, o valor médio da mortalidade situa-se, pois, bem acima dos valores médios europeus<sup>189</sup> e, de outras regiões do país, como a Meda, com 59,2%<sup>190</sup>, Góis, com 47,5%<sup>191</sup> e Ponte de Lima com 60%<sup>192</sup>. Observando atentamente as flutuações dos movimentos de mortalidade e exposições verifica-se, no entanto, a existência de duas fases distintas. A primeira, de 1803 a 1812, em que os dois movimentos, perigosamente se aproximam, com uma média percentual de mortalidade a atingir os 75,41%, muito acima das médias nacionais e europeia e, coincidente com os períodos de fome e de grande conflitualidade que, durante este período, assolaram o concelho. A segunda, de 1813 até ao fim da série, com os movimentos da mortalidade e exposições a não voltarem a aproximar-se, tendo mesmo iniciado, a partir de 1816, um afastamento considerável e com uma taxa média de óbitos a ficar-se nos 57,50%. Com uns significativos 17,90 pontos percentuais de diferença, em relação à primeira fase, esta média aproxima-se dos valores observados a nível nacional, reflectindo o período de acalmia vivido no concelho após as invasões e que, igualmente, se traduziu no crescente aumento do número de fim de criação; a atingir em 1822 e 1823 os valores mais altos da série.

Tal como em outras matérias analisadas, também a guerra, em Trancoso, determinou o destino da vida dos expostos. A fome resultante de maus anos agrícola e agravada pelas derramas militares e subida de preços dos géneros alimentares, em

---

<sup>189</sup> SOUSA, Fernando Alberto Pereira de, *A População Portuguesa...*, cit., pp. 347-352.

<sup>190</sup> LOPES, Maria Antónia, *Os Expostos no Concelho da Meda...*, cit., p. 152.

<sup>191</sup> SIMÕES, João Alves, *Os expostos da Roda de Góis...*, cit., p. 124.

<sup>192</sup> FONTE, Teodoro Afonso da, *No Limiar da honra e da pobreza...*, cit., p. 352-353.

consequência da guerra e dos constantes acantonamentos militares no concelho, criou estados de miséria com reflexos fortemente negativos em todos os níveis etários da população e, mais particularmente, entre as crianças abandonadas ou expostas. Condições vitais débeis aquando do nascimento, má qualidade e exiguidade de leite, por parte das amas, decorrente de uma deficiente alimentação, juntamente com as situações de perigo causadas pela guerra, acentuaram drasticamente a mortalidade entre os expostos reduzindo o número de crianças que conseguiu atingir o fim de criação.

Ao falar dos riscos que as crianças corriam, até atingir a idade adulta, Maria Antónia Lopes afirma que todos os adultos eram sobreviventes<sup>193</sup>. Em Trancoso, para a maior parte das crianças expostas, viver foi um acto constante de resistência.

---

<sup>193</sup> LOPES, Maria Antónia, “Crianças e jovens em risco ...”, cit., pp. 158-159.

## CAPÍTULO IV – AS AMAS

### 4.1 – A despesa com os pagamentos: o esforço realizado

Com a ressalva de que o período em estudo não coincide com o da criação e implantação da Roda, nunca, ao longo da série, se verificou a carência de amas em Trancoso, contrariando assim o que se passava em outras regiões do país<sup>194</sup>. No entanto, os *Livros de Acordaons*, referentes às duas últimas décadas de setecentos, dão conta de uma realidade bem diferente, sentida nos primeiros tempos e, dos esforços da edilidade para que a assistência aos expostos obedecesse aos novos normativos legais que a especificidade geopolítica do concelho, iria condicionar e moldar.

A Ordem Circular de 10 de Maio de 1783 ao preconizar a uniformização, a nível nacional, do sistema de assistência aos expostos, obrigou os concelhos à reestruturação das práticas institucionais, até aí desenvolvidas dentro do quadro normativo vigente, as Ordenações do Reino. Apesar do desencontro, natural, entre os objectivos do legislador e os do concelho, entidade administradora e financiadora da assistência, em Trancoso, a edilidade procurou, desde o início, que as práticas institucionais se adequassem aos novos normativos legais. Nesse sentido e, porque a sobrevivência das crianças expostas dependia da rápida prestação de cuidados maternos, logo em 1784, são tomadas diligências no sentido de ser contratada uma ama de leite para a Roda e garantir uma «bolsa» de amas, capaz de assegurar a criação das crianças expostas<sup>195</sup>. Não parece, no entanto, ter sido uma tarefa fácil já que, em 1790, as crianças chegadas à Roda continuavam a morrer por falta de uma ama que lhes garantisse o sustento. Esta situação, confrangedora, por falta de mulheres que, à custa do salário oferecido<sup>196</sup>, se dispusessem a criar os expostos leva mesmo a edilidade à compra de uma cabra para alimentar os

---

<sup>194</sup> A falta de amas, traduzida num aumento de mortalidade, era sentida, com alguma intensidade, em Coimbra, Góis, Ponte de Lima, Barcelos e Meda e Póvoa de Varzim.

<sup>195</sup> AMCT, *Livro de Acordaons da Camara de Trancozo, 1781-1790*, fls. 104-104v.

<sup>196</sup> O salário oferecido era então de 800 réis. Ver AMCT, *Livro de Acordaons da Camara de Trancozo, 1790-1795*, fl. 8v.



expostos que, por falta de amas, permaneciam na Roda por e ali morriam por falta de sustento<sup>197</sup>.

Tão grandes dificuldades resultam não apenas no aumento dos salários, 1.000 réis mensais, mas na aceitação como amas, sem qualquer critério selectivo de filtragem, de todas as mulheres que, perante os juízes de vintena, ou o escrivão da Câmara, voluntariamente se oferecessem. Apresentando isto vários riscos, de que a edilidade estava consciente, havia que assegurar uma cuidadosa atenção à assistência que essas mulheres prestariam aos expostos. Nesse sentido, em sessão de câmara de 1 de Dezembro de 1790, é deliberado que os juízes de vintena procedessem a uma rigorosa fiscalização à forma como eram tratados os expostos e disso dessem conhecimento, mensalmente, sob forte penalização em caso de incumprimento<sup>198</sup>. Não sendo fácil, mesmo assim, um eficaz controlo da assistência prestada às crianças, dada a dimensão territorial do termo e as redes de solidariedade existentes, em sessão de câmara de, 12 de Janeiro de 1793, foi deliberado acrescentar novas condições: a obrigatoriedade de as amas apresentarem as crianças a seu cargo ao juiz de fora, em revistas trimestrais, quando do pagamento dos salários, sob pena de estes não lhes serem efectuados; e a comprovação do óbito das crianças, mediante certidões, passadas pelos párocos da freguesia a que pertencia o lugar das suas residências<sup>199</sup>.

Trata-se de medidas rigorosas e a parecer pouco consentâneas com as dificuldades sentidas na angariação de amas, mas de resultados muito positivos já que terão evitado as irregularidades ocorridas em outras rodas, como a troca ou o desaparecimento de crianças. E medidas justificáveis, face ao enorme esforço financeiro para tornar o salário das amas atractivo, na época de crise económica que o concelho atravessava, em virtude da subida do preço dos cereais e do seu envolvimento nas campanhas militares defensivas, devido à abertura das hostilidades com a Espanha e França, em consequência da Campanha do Rossilhão e que culminariam na Guerra das Laranjas (1801).

É de crer que terá sido a degradação das condições de vida, ocorrida ao longo desta última década de setecentos, no concelho, a possibilitar e facilitar a formação de

---

<sup>197</sup> AMCT, *Livro de Acordaons da Camara de Trancozo, 1790-1795*, fl. 34.

<sup>198</sup> AMCT, *Livro de Acordaons da Camara de Trancozo, 1790-1795*, fl. 189v.

<sup>199</sup> AMCT, *Livro de Acordaons da Camara de Trancozo, 1790-1795*, fls. 205-205v.

um mercado de amas capaz de dar resposta ao acréscimo de exposições que se ia verificando<sup>200</sup>. Face às dificuldades, o salário, acima da média nacional e com um razoável poder de compra<sup>201</sup>, representava um inestimável contributo para a subsistência familiar. No entanto à consolidação desse mercado, que se verifica ao longo de todo o estudo, não é certamente indiferente o rigoroso pagamento dos salários, o privilégio concelhio de uma não diferenciação salarial entre as amas de leite e a seco<sup>202</sup> e um progressivo alargamento, a todo o país, dos privilégios régios concedidos às amas. Num concelho em que a guerra era uma presença constante, a possibilidade de isenção militar dos filhos e maridos, tornavam a condição de ama verdadeiramente apetecível.

Em 1803, ano de início do estudo e designado, na região, por ano da fome, existiam em Trancoso 96 amas, distribuídas por 38 lugares, embora com incidência numérica superior na própria vila e lugares limítrofes como Miguel Choco, Porcas, Courelas, Tamanhos e Venda do Cepo. Pelo *Livro de Pagamento dos Expostos, 1803-1806*, verifica-se, pela primeira vez, a despesa que a edilidade fazia, trimestralmente, com os expostos: no primeiro pagamento, «que corre do ultimo de Dezembro athe o ultimo de Março», efectuado «no primeiro de Abril», foram gastos 275.538 réis; no segundo, feito a 1 de Julho, a despesa foi de 274.947 réis; no terceiro, pago a 1 de Outubro, 272.397 réis e no último pagamento, a 1 de Janeiro de 1804, o montante foi de 258.833 réis. Sendo a receita disponibilizada pelo cabeção das sisas, para esse ano, de 800.000 réis e a despesa efectuada de 1.081.715 réis, a dívida da câmara para com o depositário do cofre dos expostos, acrescida à que vinha do ano de 1802, ascendeu a 524.115 réis. Esta dívida levou a edilidade ao lançamento de uma finta e para evitar que

---

<sup>200</sup> Os registos de baptismo mostram claramente esse aumento de exposições. Enquanto em 1794 os baptismos foram 5, em 1798 o número ascende a 15. Estes quantitativos embora sirvam para demonstrar a evolução, não correspondem ao número efectivo de exposições, já que muitas crianças eram baptizadas nos lugares onde eram encontradas. Exemplo disso é o facto de em 1803, das 41 crianças expostas, apenas 16 serem baptizadas na igreja de Sta Maria e, em 1804, apenas 26 das 38 (ADG, *Livro do assento de baptizados da Freguezia de Sta Maria de Guimaraens da Villa de Trancozo, 1794-1836*).

<sup>201</sup> O salário das amas permitia, então, a compra de 3,5 alqueires de centeio, por mês, o que ia muito para além das necessidades de uma família de 6 elementos.

<sup>202</sup> Em Trancoso, tal como já foi referido, este privilégio garantia às amas a possibilidade de, durante sete anos, receber igual salário, possibilitando-lhes auferir montantes muito acima do que se verificava na maior parte do país, onde após se tornarem amas a seco, os salários ficavam reduzidos a cerca de 40% do seu valor.

o mesmo acontecesse no ano imediato, foi deliberado que o lançamento no cabeção das sisas, para a despesa dos expostos, aumentasse para 1.200.000 de réis<sup>203</sup>.

Tendo havido um certo equilíbrio financeiro na receita e despesa com os expostos no ano de 1804, o mesmo não iria acontecer em 1805. O aumento de crianças expostas e consequente crescimento do número de amas, agora 111, juntamente com a compra de enxovais e o subsídio de criação por pobre a quatro meninos<sup>204</sup>, fazem disparar as despesas para 1.393.486 réis. Mais uma vez, a edilidade recorre ao lançamento de uma finta, para o pagamento da dívida, mas não deixa de pagar pontualmente às amas. Pelo contrário, reforça a receita para os expostos que, a partir de então, passa a ser de 1.500.000 de réis e, é mesmo decidido, «pelos tempos que se avezinham», aumentar-lhes os salários «pela pouca serventia que eles agora apresentam»<sup>205</sup>. Na verdade, o poder de compra do salário das amas tinha baixado muito, face ao agravamento do preço dos cereais, sobretudo do centeio<sup>206</sup>, base da alimentação da população e que, de acordo com as previsões da edilidade, continuaria a acentuar-se perante a certeza de uma guerra iminente. Estas medidas, tão gravosas para os cofres do concelho e para as populações, além da lucidez e capacidade de previsão das autoridades concelhias, revelam, essencialmente, a determinação em preparar o concelho para os duros momentos que se avizinhavam e, garantir às crianças, expostas, os cuidados assistenciais de que necessitavam para viver.

Em 1806, o número de amas ascende a 122 e a despesa efectuada a 1.862.466 réis, o que coloca novamente a edilidade na posição de devedora. Neste caso, de 362.466 réis<sup>207</sup>. O que foi feito para a pagar não é possível saber, já que o livro de pagamentos referente a 1807-1808 desapareceu, mas estabelecendo um paralelismo, com idênticas situações anteriores, é provável que tenham recorrido ao lançamento de uma nova finta.

Em 1808, a despesa com a criação dos expostos foi de 2.133.992 réis. Nesse ano, além de 115 amas, tinham sido concedidas duas criações, por pobre, com o valor de 800

---

<sup>203</sup> AMCT, *Livro de Pagamento dos Expostos, 1803-1806*, fls. 76v.

<sup>204</sup> Foi-lhes atribuído o subsídio mensal de 1.000 réis, devido à pobreza dos pais. Em dois dos casos, uma menina de Trancoso e um menino de Porcas, as mães além de muito pobres, eram viúvas.

<sup>205</sup> AMCT, *Livro de Pagamento de Expostos, 1803-1806*, fl. 130-130v.

<sup>206</sup> O preço do alqueire de centeio, andava agora por volta dos 700 réis, valendo, por isso, o salário mensal das amas cerca de alqueire e meio de centeio., AMCT, *Livro de Registo de tarifas de preços, 1802-1813*, fls. 43-45v.

<sup>207</sup> AMCT, *Livro de Pagamento dos Expostos, 1803-1806*, 236v-237.

réis mensais cada, ficando 633.992 réis em débito a que deveria, ainda, ser acrescentado o valor da dívida do ano anterior, 585.118 réis que, como o registo informa, «consta da folha 98 do livro anterior»<sup>208</sup>.

1809, ano em que o pagamento às amas começa a ser feito no primeiro dia de cada mês, parece ter sido catastrófico para as contas do concelho: as amas que no início do ano eram 115, em Julho ascendem a 127 e, em Setembro, chegam a 134, caindo para 116, apenas no fim do ano. Não será, pois, de admirar, que a despesa tenha excedido a receita em 823.527 réis<sup>209</sup>, não sendo possível saber a forma como foi paga pelo facto de não existirem os livros de pagamento de 1809 a 1815. Também não há, por isso, qualquer informação sobre os pagamentos feitos às amas durante o período das invasões, ou nos anos subsequentes, embora haja a convicção de que, embora com algum atraso, sobretudo nos anos de fuga da vila, eles tenham sido efectuados, tal o rigor com que a edilidade procurou sempre cumprir essa obrigação.

De 1815 a 1820, correspondente ao período com maior volume de exposições e apesar do estado ruinoso, pós invasões, em que se encontrava o concelho, os pagamentos continuaram a ser feitos, no primeiro dia de cada vez, mantendo-se os salários das amas iguais aos de 1809. Excepção apenas para o transporte dos expostos aos povos que, de 100 réis até 1809, passou agora para 120 e do salário da rodeira que, inversamente, diminuiu de 1.670 para 1.666 réis mensais. Pequena diferença mas que, juntamente com a perda do poder de compra, não deixava de ser significativa. Sintomático das dificuldades que o concelho atravessava, é o facto de a receita, proveniente do cabeção das sisas, para 1815, ser apenas de 800.000 réis, contra o 1.500.000 réis de 1809 o que leva à existência, no fim do ano, de uma dívida de 395.303 réis. Apesar da conjuntura económica extremamente adversa, pois a câmara nem sequer tinha dinheiro para substituir os móveis destruídos, demonstrou um espírito de grande compaixão para com o estado de miséria, em que as populações do termo viviam ao mandar comprar, em 1816, seis enxovais para expostos no valor de 5.000 réis e ao conceder 7 criações por pobre a 800 réis mensais, cada. Sendo o número de amas nesse ano de 118, a despesa total com os expostos atingiu 1.660.967 réis, de que resultou a dívida de 861.547 réis. O ano seguinte é igualmente mau, apesar da receita proveniente das sisas ter sido

---

<sup>208</sup> AMCT, *Livro de Pagamento às Amas dos Expostos, 1808-1809*, fl. 78v.

<sup>209</sup> AMCT, *Livro de Pagamento às Amas dos Expostos, 1808-1809*, fl. 195.

aumentada para 1.150.000 réis. Com um total de 121 amas a despesa com os expostos atingiu esse ano 1.929.136 réis, ficando a câmara a dever, ao depositário do cofre dos expostos, 764.896 réis. Em 1818 a dívida alcança os 864.375 réis e, em 1819, apesar da receita proveniente do lançamento das sisas ter sido aumentada para 1.800.000 réis, a despesa com as 164 amas e as 18 criações por pobre, provoca ainda uma dívida de 355.825 réis que ficaram por pagar ao depositário, Francisco Joaquim de Lara. Neste ano, o último para que existe informação, o Juiz de fora, Dr. António Pereira d'Affonca, «tendo em conta a enorme despesa com os expostos, de que resulta um pezado encargo para as populações, mui debilitadas na sua economia», decidiu baixar os ordenados das amas para 1.000 réis mensais. Na base desta decisão, além da razão acima apresentada, alega ainda o facto de «os fructos e mais generos de primeira necessidade estarem mais baixos que na época em que as mesmas Amas erão pagas a mil réis»<sup>210</sup>.

Esta decisão do juiz de fora encerra o último livro de pagamentos efectuados com a criação dos expostos, ficando assim os últimos seis anos de estudo sem qualquer informação. No entanto, o que fica exposto fala bem do esforço e da enorme determinação, por parte das autoridades concelhias, em cumprir o estipulado na Ordem Circular de Pina Manique, «salvar a vida de tantos cidadãos que poderiam ser úteis ao Estado e gloria para a Naçam»<sup>211</sup>. Mesmo quando o custo com a sua criação absorveu, 60% do orçamento do concelho e este, se encontrava em ruínas, como em 1814<sup>212</sup>.

## 4.2 – O perfil das amas

Das 891 amas que, de 1803 a 1825, asseguraram, em Trancoso, o sistema assistencial dos expostos, pouco ou nada se sabe. Deste conjunto de mulheres, as fontes documentais existentes referem apenas o salário, o local de residência e o nome e, mesmo este, às vezes substituído por laços de parentesco, como: a mulher de..., ou a

---

<sup>210</sup> AMCT, *Livro de Pagamento às Amas dos Expostos, 1818-1820*, fls. 275-275v.

<sup>211</sup> AMCT, *Livro de Treslado de leis, Alvarás régios e ordens, 1760-1802*, fl. 68.

<sup>212</sup> AMCT, *Livro de Acordaons da Camara, 1813-1817*, fls. 137-138.

filha de... Partindo dos lugares de residência, a esmagadora maioria, 97,42%, vivia disseminada por 38 lugares, quintas e quintãs do termo e apenas 2,58%, em quintãs à volta da vila.

Trata-se pois de mulheres rurais, ligadas à vida do campo e trabalhando na agricultura. Muitas delas por conta própria, nas pequenas leiras de terra que possuíam ou aforavam, «de meias» ou «de terças», outras, as mais pobres, como jornaleiras ou quinteiras nas terras ou quintas de fidalgos ou alguns senhores abastados. A pastorícia era igualmente uma actividade rural, mas exercida normalmente pelos homens assim como a moagem de cereais. É muito raro encontrarem-se pastoras ou moleiras e quando assim aparecem designadas, como no caso da ama Ana Gaga, dos Carnicães<sup>213</sup>, não é porque seja essa a sua profissão mas, por serem casadas com moleiros<sup>214</sup>. Além do trabalho rural, outras havia que, também, se dedicavam à fiação e tecelagem mas, a maioria, apenas como actividade subsidiária da economia familiar, nos tempos mortos das actividades agrícolas, nos dias gelados de Inverno ou aos serões. Como actividade a tempo inteiro, apenas um pequeno número de mulheres e em lugares bem definidos. É o caso das fiandeiras, que se circunscreviam a lugares na parte sul do termo, de que se falou quando se analisaram os enxovais, e as tecedeiras localizadas em povoações à volta da vila: Courelas com 8, Frechão com 7, Torres com 7 e Porcas e Venda do Cepo com 3 cada uma. Embora algumas destas artesãs tenham sido amas, trata-se, porém, de um número muito pouco significativo para se poder, com ele, abrir uma diferenciação profissional.

Quanto ao estado conjugal, 63,19% eram casadas, 22,67% solteiras, 9,20% viúvas e de 4,94% nada foi possível apurar, embora seja de considerar serem casadas como a maioria, pelo que o escrivão não teria sentido necessidade de fazer qualquer anotação. Analisem-se então os outros dados, sabendo-se que 93,10% dos expostos estava em fase de amamentação na altura da exposição<sup>215</sup>. Se a percentagem de mulheres

---

<sup>213</sup> Esta ama tomou conta de 4 crianças, de 1803 a 1807, aparecendo designada como “mulher do moleiro dos Carnicães Ana Gaga, Ana Gaga moleira dos Carnicães, Ana Gaga dos Carnicães e moleira Ana Gaga», in AMCT, *Livro de Registo de Termos de Exposição, 1802-1808*, registos 32, 45, 118, 187, fls. 16v, 23, 59v, 94.

<sup>214</sup> Mesmo com a ressalva de a mulher poder, pontualmente, ajudar o marido no trabalho de pastoreio ou moagem, não era contudo um trabalho a tempo inteiro, já que além de cuidar dos filhos tinha que assegurar ainda o cumprimento de outras actividades de subsistência.

<sup>215</sup> Veja-se o Gráfico 3.

casadas não parece levantar qualquer questão, pelo facto de a capacidade lactífera ser comumente associada ao casamento e conseqüente existência de filhos, o mesmo se não passa quanto às percentagens referentes às solteiras e viúvas, as quais, somadas, ultrapassam metade da percentagem das casadas. Relativamente às viúvas, 39,01% receberam crianças com idade entre 1 e 2 anos e só 60,99% se encarregaram de crianças em fase de amamentação. Como a incidência deste tipo de amas se verifica entre 1812 e 1816, anos em que houve vários pedidos de criação por pobre, por parte de mulheres recentemente viúvas, com filhos de leite, é de crer que as 60,99% de viúvas que amamentaram expostos, fossem também viúvas de fresco, com graves dificuldades e filhos pequenos ou recém falecidos. Daí a sua disponibilidade para ama de leite a representar, certamente, uma boa ajuda na luta pela sobrevivência.

A significativa percentagem de amas solteiras verifica-se no período pós invasões, particularmente, a partir de 1813. Revelando, de imediato, uma maternidade ilegítima, e um comportamento considerado, socialmente desviante, um tão representativo número evidencia bem o estado de vulnerabilidade em que viviam estas mulheres. Marginalizadas pela sociedade e pela família, sem possibilidade de arranjar uma estrutura familiar própria, a penúria lançava-as inevitavelmente no «mercado social» de amas.

Deste conjunto de mulheres, 759 tomou conta de uma criança; 120 de duas; apenas 11 de três e 1 de quatro.

Quanto aos cuidados por elas prestados às crianças, não terão sido certamente exemplares, embora não haja, quanto a isso, indicações seguras e suficientes. Apenas um termo de registo de exposição refere ter a criança mudado de ama, por esta lhe dar fome<sup>216</sup> e a petição apresentada pelo Coronel General Sir Dudley para que Helena fique à sua guarda, alega como motivo estar a criança a passar fome por ter secado o leite à ama<sup>217</sup>. Casos pontuais mas a sugerirem a existência de muitos outros, em que as crianças não tiveram os cuidados necessários para a sua sobrevivência. A má alimentação das amas, a provocar exiguidade ou mesmo falta de leite, será certamente a primeira razão dos deficientes cuidados prestados. Outras, como a ignorância ou a negligência, decorrente das múltiplas tarefas a que as mulheres dos espaços rurais se

---

<sup>216</sup> AMCT, *Livro de Termos de Exposição, 1810-1816*, registo 124, fl. 65v.

<sup>217</sup> AMCT, *Livro de Termos de Assentos de Expostos, 1916-1820*, petição anexa ao registo 49, fl. 25.

dedicavam, também terão certamente existido. Todas a remeterem para cenários de pobreza.

É que qualquer que tenha sido o seu estado ou proveniência, está-se em presença de mulheres pobres ou em vias de pauperização, para quem o salário de ama seria, em muitos casos, a única forma de sobrevivência ou um valioso contributo para a subsistência familiar. Em qualquer dos casos, a revestir-se de vital importância e a justificar a grande procura deste mercado de trabalho.



## CONCLUSÃO

Ao fazer uma retrospectiva a toda a investigação, realizada no âmbito deste estudo, a primeira ideia que emerge é a indissociabilidade da vida do concelho em relação à guerra e aos condicionalismos por ela gerados. Presença constante, como cenário de fundo, será ela a determinar os esforços e as diferentes formas como a edilidade, em cada momento, procurou adequar as respostas do concelho, às exigências normativas que a Ordem Circular de 10 de Maio de 1783 impunha em matéria de assistência às crianças expostas.

Será ainda a guerra a condicionar o número e lugar das exposições, as estratégias familiares envolvidas e o destino de centenas de crianças que, excluídas da esfera familiar, quase sempre à nascença, eram lançadas nos braços da assistência pública.

A Ordem Circular de Pina Manique determinando a criação em cada vila do reino, de uma casa onde, de forma anónima e legal, fossem recebidas as crianças cujas famílias não queriam assumir a sua criação, terá sido cumprida de imediato. Fontes documentais dão conta já do seu funcionamento em Abril de 1794, num claro indício de que a ordem não teria suscitado problemas.

Na verdade, há muito que a despesa e criação das crianças enjeitadas estava cometida ao concelho, no cumprimento do estipulado nas Ordenações Manuelinas e Filipinas. A organização de uma estrutura administrativa capaz de assegurar um rápido e eficaz funcionamento da Roda irá contudo, constituir-se um problema de difícil resolução. Quer pela falta de uma ama interna capaz de assegurar os primeiros cuidados às crianças, quer pela falta de amas para criação. Foram estes os principais problemas com que se deparou a Roda nos primeiros anos após a sua criação: a dotação dos meios humanos necessários ao cumprimento do normativo legal estipulado.

O arrastamento do concelho para os conflitos que envolveram o país entre 1792 e 1801, de consequências económicas desastrosas para a vila e termo, a atingir o pico mais alto no chamado ano da fome (1803) viria, contudo, ajudar a edilidade a organizar a estrutura assistencial de que precisava. Estrutura essa mantida e consolidada, ao longo dos vinte e três anos em estudo, pelo agravamento das condições de vida que as invasões

francesas de 1808 a 1811 provocariam no concelho. Assim, contrariando o que se passou em outras regiões, nunca, durante o tempo estudado, se verificaram dificuldades na contratação de amas. Por sua vez, a edilidade, utilizou a sua função de centro empregador para, através da criação dos expostos, ajudar quem, por falta de outra fonte de rendimento, apenas no salário certo, como ama, encontrava a única forma de sobreviver. Isto explicará o empenho das autoridades concelhias tanto no cumprimento rigoroso dos pagamentos, sem atrasos, como na sua adequação, ao longo da série, ao agravamento das condições de vida. É notável o esforço financeiro feito para melhorar e assegurar o pagamento dos salários. Sobretudo em momentos de grave crise económica, quando o montante que envolviam ultrapassava mais de metade das receitas do concelho.

Outros aspectos, igualmente relacionados com as crianças, não dependeriam porém, da vontade e esforço das autoridades concelhias.

Apesar do carácter legal e anónimo de que a exposição se revestia, a capacidade de atracção da Roda de Trancoso foi sempre limitada, nunca conseguindo constituir-se como o núcleo centralizador do abandono. De 1803 a 1825 a percentagem de exposições clandestinas, ultrapassou sempre as que foram feitas na Roda, atingindo os 52,37% e aumentando de forma muito acentuada durante o período de maior conflitualidade, 1808 a 1811.

Ao contrário do que uma primeira leitura poderia sugerir, os abandonos fora da Roda, em Trancoso, manifestam quase sempre, uma preocupação familiar com a sobrevivência e o destino da criança, indiciada não apenas pela roupa e sinais que as acompanhavam mas sobretudo por ocorrerem à porta de mulheres que, de imediato, as podiam amamentar. Muitas destas mulheres acabariam por se tornar suas amas, depois de se apresentarem ao juiz de fora e se oferecerem para as criar. Ofertas que, aliás, são sempre aceites pelas autoridades concelhias, numa clara evidência da comum conveniência para as duas partes envolvidas.

A maioria das exposições, dentro ou fora da Roda, ocorreu durante a noite ou madrugada e particularmente nos primeiros seis meses do ano, destacando-se no entanto os meses de Maio, Abril, Janeiro e Fevereiro, pelo maior volume que apresentam. Tratando-se de um concelho com uma economia baseada na agricultura, o maior volume de exposições durante os últimos meses da Primavera, a querer sugerir uma relação directa com as graves carências alimentares sentidas nessa altura do ano, como parece ter

acontecido em outras regiões, não se confirma totalmente em Trancoso. O cruzamento dos períodos de nascimento com o de concepções permitiu relacionar o maior volume de exposições com os períodos de convivalidade criada em torno das festas religiosas e populares e dos trabalhos agrícolas e, também, com o grande número de soldados que, disseminados pelo termo, ajudavam nos trabalhos agrícolas, minimizando a falta de braços de trabalho.

Por outro lado, a presença diária dos soldados nos campos e na vida dos diversos lugares coincidindo com um acréscimo de exposições a partir dessa data, a contrariar o decréscimo de natalidade verificado em todo o país, entre 1810 e 1820 assim como a quase inexistência de um mercado matrimonial local, pela falta de homens que as invasões tinham provocado, terá estado na origem de uma crescente ilegitimidade rural. Ilegitimidade essa que transparece no aparecimento de um elevado número de mães solteiras, comprovado nos livros de pagamento às amas dos expostos e nos termos de entrega compulsiva de crianças.

Para lá da guerra, a miséria das gentes do concelho, sempre presente ao longo do estudo, reflecte-se em todos os aspectos nas crianças expostas.

A grande maioria de crianças expostas, 96,66%, era acompanhada de enxoval, embora se trate, quase sempre, de enxovais pobres, com poucas peças de vestuário e muitas vezes usadas. No período pós invasões são vulgares os casos de enxovais onde, além de peças usadas, há muitas remendadas ou rotas. Ainda neste período, foram encontrados alguns enxovais com peças novas, mas confeccionadas com pedaços de diferentes cores e tecidos, evidenciando claramente a pobreza de meios mas não de preocupação ou até afecto para com a criança.

Por sua vez, a análise das mensagens e sinais que acompanhavam as crianças, em mais de um terço das exposições (36,86%) permitiu perceber os sentimentos de tristeza, angústia e medo em relação ao abandono, apontando para a possibilidade de não ter sido desejado. Possibilidade que poderá explicar o facto de, após a informação do nome e baptismo, as recomendações ou pedidos de um bom tratamento com promessas de recompensa e a intenção de futura recuperação da criança, surjam com tanta expressividade. Infelizmente a elevada percentagem de mortalidade, durante o primeiro ano de vida das crianças, não só impediu que a maior parte destas intenções/desejos se concretizassem, como impossibilita o apuramento da verdade subjacente ao conteúdo das

mensagens. Há contudo uma certeza. Algumas dessas crianças foram recuperadas, voluntariamente, pela família: pais, mães ou outros familiares. A maioria, infelizmente, morreu.

Ao analisar-se o movimento de mortes e de fins de criação ocorridos anualmente, o que se verifica é realmente dramático e desolador. Quão longe ficam esses números dos objectivos da Ordem Circular de Pina Manique, ou do esforço do concelho para salvar a vida de «tantos cidadãos que poderão ser úteis ao Estado e gloria para a Naçam» ...

## **APÊNDICES**

## DOCUMENTOS

### **Critérios de transcrição:**

Na transcrição dos documentos que se apresentam, foram seguidos os critérios apresentados por Avelino de Jesus da Costa, nas *Norma gerais de transcrição e publicação de documentos medievais e modernos*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1993, que, em sucintas linhas gerais, se enunciam:

1. Desdobraram-se as abreviaturas sem sublinhar as letras que lhes correspondem. As abreviaturas com mais de um valor desabreviaram-se conforme o contexto o requeriam.

2. Actualizou-se o uso de maiúsculas e minúsculas; do *i* e do *u*, do *u* e do *v*, conforme eram vogais ou consoantes.

3. Os erros que não dificultam o sentido do texto dos documentos mantiveram-se..

4. Uniram-se os elementos dispersos da mesma palavra.

5. Mantiveram-se as consoantes duplas em posição intervocálica, mas reduziram-se a simples quando no início das palavras.

6. O til das abreviaturas nasais desdobrou-se em *m* ou *n* segundo o critério seguido pelo texto, quando essas palavras estavam desabreviadas. Caso contrário, usou-se o *m* e o *n* de acordo com o contexto etimológico mais corrente na época.

## **Documento 1**

Auto da Câmara de 31 de Outubro de 1726.

**Assunto:** *Lançamento de uma nova finta a pedido do Depositário da finta dos enjeitados.*

AMCT- *Livro de Accordaons da Camara de Trancozo, 1726-1730*, fl. 18v.

Aos trinta dias do mez de Outubro de mil setecentos e vinte seis annos nesta Villa de Trancozo e Cazas do Sennado della aonde ao som de campa tangida estavam juntos em auto de câmara o veriador do presente anno o Dr Francisco Ribeiro de Sindes e os veriadores dos annos atraz Francisco Martins de Almeida Gregório Vaz e o Procurador do concelho do presente anno Domingos de Oliveira (...).

Neste a requerimento do Depozitario da finta dos Engeitados Manoel Fernandes Gabam e constar estarem no Depozitario desta finta vinte e tantos mil reis, os quais em breve tempo se esgotarião se mandou fazer nova finta de setenta mil reis e elegeram para Depozitario deles ao mesmo Manoel Fernandes gabam e para repartidores, digo o coal computo se repartio em câmara na forma que consta do Livro de Engeitados.

E por nam aver mais que fazer ouveram este acto por findo e assignaram Fernandes de Mello eu que o escrevi.

(Seguem-se quatro assinaturas autógrafas).

## **Documento 2**

Auto da Câmara de 28 de Agosto de 1781.

**Assunto:** *Eleição do Depositário da finta dos Enjeitados.*

AMCT - *Livro de Accordaons da Camara de Trancozo, 1779-1781, fl. 104.*

Nesta se eligeo para Depozitario da finta dos enjeitados a Manoel Joze Pinheiro, a que o actual deve contas dentro em trez dias. E por nao aver mais o que fazer assignaram e eu Manoel Antonio Bilro o Escrivam da Camara o escreveim (sic).

(Seguem-se assinaturas autógrafas).

## **Documento 3**

Sessão da Câmara de 3 de Maio de 1784.

**Assunto:** *Determinações camarárias no sentido de cumprir o estipulado na Ordem Circular de Pina Manique e assegurar uma eficaz assistência às crianças expostas dentro e fora da Roda.*

AMCT- *Livro de Accordaons da Câmara de Trancozo, 1781-1790, fls. 104-104v.*

Nesta se determinou que fosse notificada a Rodeira Ignacia Ferreira desta Villa para apromptar a custa do seo ordenado Ama que esteja prompta para provizionalmente dar leite as crianças expostas emquanto se lhe nam acham Amas que os criem. Cuja deligencia se fará o mais tardar em três dias, e nam o fazendo a mesma Rodeira assim Se ajustara pelo Procurador do Concelho a sua custa nam o fazendo ela em outo dias que para o mesmo fim se lhe assignam.

E para que em todo o tempo estejam Amas promptas para no dito tempo se entregarem das ditas crianças se pasaram ordens aos juizes para que façam publico nos seos Lugares que todas as mulheres que queiram criar os ditos Enjeitados venham o mandem dar os seos nomes a Caza de mim Escrivam da Camara.



#### **Documento 4**

Sessão da Câmara de 1 de Dezembro de 1790.

**Assunto:** *Notificação à rodeira dos expostos Ignacia Ferreira para dar cumprimento à determinação camarária de 3 de Maio de 1784.*

AMCT - *Livro de Accordaons da Camara de Trancozo, 1781-1790*, fl. 211v.

Nesta se determinou fosse notificada a Rodeira Ignacia Ferreira para satisfazer as condições declaradas neste Livro a folio 104 debaixo da pena no mesmo (de) terminado.

#### **Documento 5**

Sessão da Câmara de 1 de Dezembro de 1790.

**Assunto:** *Determinação camarária obrigando os Juízes de Vintena e o Alcaide a vigiar o tratamento dado pelas amas, nos diversos lugares do termo, aos Expostos.*

AMCT, *Livro de Accordaons 1781-1790*, fls. 189 e 189v.

E por nam aver mais que detreminar ouverão este acto por findo digo mais se detreminou que os Juízes de Vintena fossem obrigados a zelar a criação dos Engeitados, examinar se as Amas os alimentão e vestem como devem, e no primeiro Domingo de cada mez virão dar presente ao Prezidente deste Senado de como as Amas satisfazem as suas obridaçoins, cum pena de pagar cada hum quatro mil reis faltando a esta detreminação, por cadaves para as despesas deste Concelho. E debaixo da mesma pena será obrigado o Alcaide desta Camera a ter a mesma inspeção sobre os Engeitados que se criam nas quintas do Aro e Corças. E por esta maneira ouverão este acto por findo e eu Júlio de Mello Baptista da Costa Gama o escrevi.

(Seguem-se cinco assinaturas autógrafas)

## **Documento 6**

Sessão da Câmara de 14 de Janeiro de 1791.

**Assunto:** *Compra de 1 cabra para alimentar os enjeitados que estavam na Roda.*

AMCT, *Livro de Accordaons 1790-1795*, fl. 34.

Nesta (sessão) se detreminou que por se evitarem os prejuízos que a condeçom aos Enjeitados que se expõem na Roda desta Vila não havendo quem queira darlhe de mamar, sucedendo estarem muitas vezes antes de aparecerem as Amas que os criem em perigo de os mesmos perecerem a necessidade por falta de sustento, se comprasse do dinheiro do Depozito uma cabra capas de leite que esteja prompta debaixo da inspeção da mesma Rodeira para quando chegar qualquer criança hade-o sustentar a mesma cabra enquanto não parecer a Ama a quem se entregue para o crear e sucedendo secar o leite da mesma cabra, ou por prenhez ou por outro acontecimento, poderá a mesma Rodeira vendela e comprar outra cabra de leite para o dito menisterio.

(Seguem-se quatro assinaturas autógrafas)

Termo de exposição

Termo de Exposição  
de hum  
dada  
América de deca  
ella. 10 1115

1876

1877

1878

1879

1880

1881

1882

1883

1884

1885

1886

1887

1888

1889

1890

1891

1892

1893

1894

1895

1896

1897

1898

1899

1900

1901

1902

1903

1904

1905

1906

1907

1908

1909

1910

1911

1912

1913

1914

1915

1916

1917

1918

1919

1920

1921

1922

1923

1924

1925

1926

1927

1928

1929

1930

1931

1932

1933

1934

1935

1936

1937

1938

1939

1940

1941

1942

1943

1944

1945

1946

1947

1948

1949

1950

1951

1952

1953

1954

1955

1956

1957

1958

1959

1960

1961

1962

1963

1964

1965

1966

1967

1968

1969

1970

1971

1972

1973

1974

1975

1976

1977

1978

1979

1980

1981

1982

1983

1984

1985

1986

1987

1988

1989

1990

1991

1992

1993

1994

1995

1996

1997

1998

1999

2000

2001

2002

2003

2004

2005

2006

2007

2008

2009

2010

2011

2012

2013

2014

2015

2016

2017

2018

2019

2020

2021

2022

2023

2024

2025

2026

2027

2028

2029

2030

2031

2032

2033

2034

2035

2036

2037

2038

2039

2040

2041

2042

2043

2044

2045

2046

2047

2048

2049

2050

2051

2052

2053

2054

2055

2056

2057

2058

2059

2060

2061

2062

2063

2064

2065

2066

2067

2068

2069

2070

2071

2072

2073

2074

2075

2076

2077

2078

2079

2080

2081

2082

2083

2084

2085

2086

2087

2088

2089

2090

2091

2092

2093

2094

2095

2096

2097

2098

2099

2100

2101

2102

2103

2104

2105

2106

2107

2108

2109

2110

2111

2112

2113

2114

2115

2116

2117

2118

2119

2120

2121

2122

2123

2124

2125

2126

2127

2128

2129

2130

2131

2132

2133

2134

2135

2136

2137

2138

2139

2140

2141

2142

2143

2144

2145

2146

2147

2148

2149

2150

2151

2152

2153

2154

2155

2156

2157

2158

2159

2160

2161

2162

2163

2164

2165

2166

2167

2168

2169

2170

2171

2172

2173

2174

2175

2176

2177

2178

2179

2180

2181

2182

2183

2184

2185

2186

2187

2188

2189

2190

2191

2192

2193

2194

2195

2196

2197

2198

2199

2200

2201

2202

2203

2204

2205

2206

2207

2208

2209

2210

2211

2212

2213

2214

2215

2216

2217

2218

2219

2220

2221

2222

2223

2224

2225

2226

2227

2228

2229

2230

2231

2232

2233

2234

2235

2236

2237

2238

2239

2240

2241

2242

2243

2244

2245

2246

2247

2248

2249

2250

2251

2252

2253

2254

2255

2256

2257

2258

2259

2260

2261

2262

2263

2264

2265

2266

2267

2268

2269

2270

2271

2272

2273

2274

2275

2276

2277

2278

2279

2280

2281

2282

2283

2284

2285

2286

2287

2288

2289

2290

2291

2292

2293

2294

2295

2296

2297

2298

2299

2300

2301

2302

2303

2304

2305

2306

2307

2308

2309

2310

2311

2312

2313

2314

2315

2316

2317

2318

2319

2320

2321

2322

2323

2324

2325

2326

2327

2328

2329

2330

2331

2332

2333

2334

2335

2336

2337

2338

2339

2340

2341

2342

2343

2344

2345

2346

2347

2348

2349

2350

2351

2352

2353

2354

2355

2356

2357

2358

2359

2360

2361

2362

2363

2364

2365

2366

2367

2368

2369

2370

2371

2372

2373

2374

2375

2376

2377

2378

2379

2380

2381

2382

2383

2384

2385

2386

2387

2388

2389

2390

2391

2392

2393

2394

2395

2396

2397

2398

2399

2400

2401

2402

2403

2404

2405

2406

2407

2408

2409

2410

2411

2412

2413

2414

2415

2416

2417

2418

2419

2420

2421

2422

2423

2424

2425

2426

2427

2428

2429

2430

2431

2432

2433

2434

2435

2436

2437

2438

2439

2440

2441

2442

2443

2444

2445

2446

2447

2448

2449

2450

2451

2452

2453

2454

2455

2456

2457

2458

2459

2460

2461

2462

2463

2464

2465

2466

2467

2468

2469

2470

2471

2472

2473

2474

2475

2476

2477

2478

2479

2480

2481

2482

2483

2484

2485

2486

2487

2488

2489

2490

2491

2492

2493

2494

2495

2496

2497

2498

2499

2500

2501

2502

2503

2504

2505

2506

2507

2508

2509

2510

2511

2512

2513

2514

2515

2516

2517

2518

2519

2520

2521

2522

2523

2524

2525

2526

2527

2528

2529

2530

2531

2532

2533

2534

2535

2536

2537

2538

2539

2540

2541

2542

2543

2544

2545

2546

2547

2548

2549

2550

2551

2552

2553

2554

2555

2556

2557

2558

2559

2560

2561

2562

2563

2564

2565

2566

2567

2568

2569

2570

2571

2572

2573

2574

2575

2576

2577

2578

2579

2580

2581

2582

2583

2584

2585

2586

2587

2588

2589

2590

2591

2592

2593

2594

2595

2596

2597

2598

2599

2600

2601

2602

2603

2604

2605

2606

2607

2608

2609

2610

2611

2612

2613

2614

2615

2616

2617

2618

2619

2620

2621

2622

2623

2624

2625

2626

2627

2628

2629

2630

2631

2632

2633

2634

2635

2636

2637

2638

2639

2640

2641

2642

2643

2644

2645

2646

2647

2648

2649

2650

2651

2652

2653

2654

2655

2656

2657

2658

2659

2660

2661

2662

2663

2664

2665

2666

2667

2668

2669

2670

2671

2672

2673

2674

2675

2676

2677

2678

2679

2680

2681

2682

2683

2684

2685

2686

2687

2688

2689

2690

2691

2692

2693

2694

2695

2696

2697

2698

2699

2700

2701

2702

2703

2704

2705

2706

2707

2708

2709

2710

2711

2712

2713

2714

2715

2716

2717

2718

2719

2720

2721

2722

2723

2724

2725

2726

2727

2728

2729

2730

2731

2732

2733

2734

2735

2736

2737

2738

2739

2740

2741

2742

2743

2744

2745

2746

2747

2748

2749

2750

2751

2752

2753

2754

2755

2756

2757

2758

2759

2760

2761

2762

2763

2764

2765

2766

2767

2768

2769

2770

2771

2772

2773

2774

2775

2776

2777

2778

2779

2780

2781

2782

2783

2784

2785

2786

2787

2788

2789

2790

2791

2792

2793

2794

2795

2796

2797

2798

2799

2800

2801

2802

2803

2804

2805

2806

2807

2808

2809

2810

2811

2812

2813

2814

2815

2816

2817

2818

2819

2820

2821

2822

2823

2824

2825

2826

2827

2828

2829

2830

2831

2832

2833

2834

2835

2836

2837

2838

2839

2840

2841

2842

2843

2844

2845

2846

2847

2848

2849

2850

2851

2852

2853

2854

2855

2856

2857

2858

2859

2860

2861

2862

2863

2864

2865

2866

2867

2868

2869

2870

2871

2872

2873

2874

2875

2876

2877

2878

2879

2880

2881

2882

2883

2884

2885

2886

2887

2888

2889

2890

2891

2892

2893

2894

2895

2896

2897

2898

2899

2900

2901

2902

2903

2904

2905

2906

2907

2908

2909

2910

2911

2912

2913

2914

2915

2916

2917

2918

2919

2920

2921

2922

2923

2924

2925

2926

2927

2928

2929

2930

2931

2932

2933

2934

2935

2936

2937

2938

2939

2940

2941

2942

2943

2944

2945

2946

2947

2948

2949

2950

2951

2952

2953

2954

2955

2956

2957

2958

2959

2960

2961

2962

2963

2964

2965

2966

2967

2968

2969

2970

2971

2972

2973

2974

2975

2976

2977

2978

2979

2980

2981

2982

2983

2984

2985

2986

2987

2988

2989

2990

2991

2992

2993

2994

2995

2996

2997

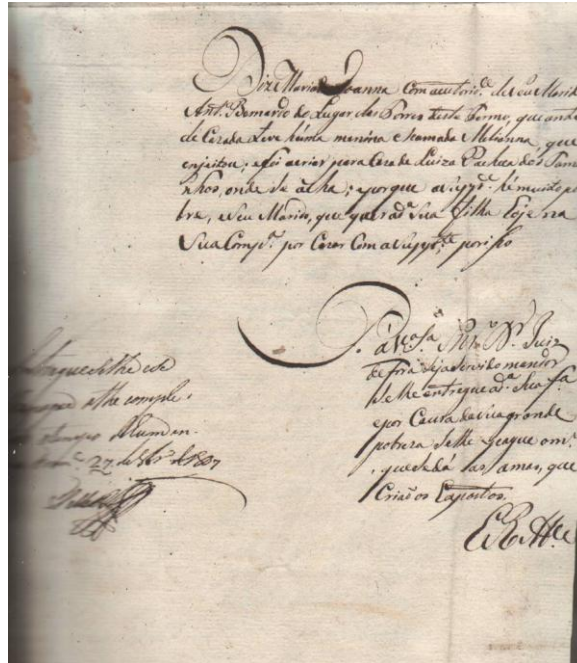
2998

2999

3000

Fonte: AMCT, Livro de Registo de Termos de Exposição, 1803-1808, registo 167, fl. 83.

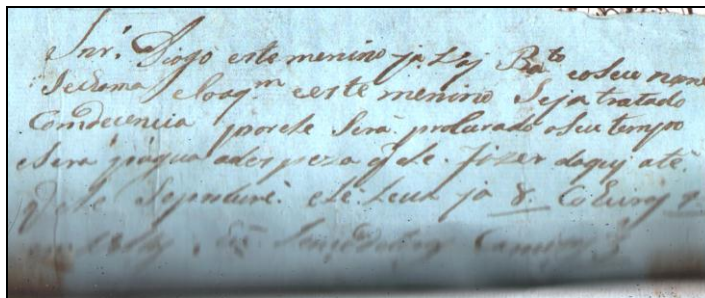
## Processo de entrega de uma criança



Fonte: AMCT, Livro de Registo de Termos de Exposição, 1803-1808, processo anexo ao registo 129, fl. 65.

## Bilhetes/escritos

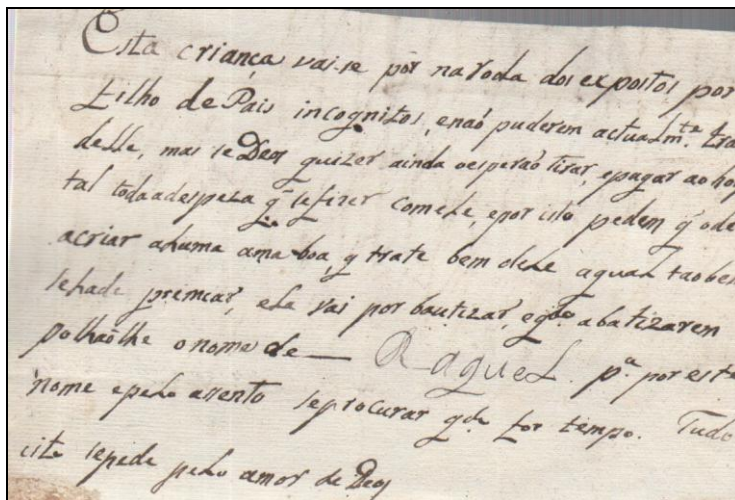
**Figura 2** – Bilhete escrit



Fonte: AMCT, Livro de assentos de Expostos, 1820-1825, registo 180, fl. 94.

Snr<sup>o</sup>. Diogo este menino já vai Baptizado e o seu nome se chama Joaquim este menino Seja tratado com decencia por ele será procurado a seu tempo e sera paguo a despeza que Ele fizer daqui até que ele se procure. Ele leva já 8 cueiros 9 envoltas, hum lenço e três camizas 3.

**Figura 3**



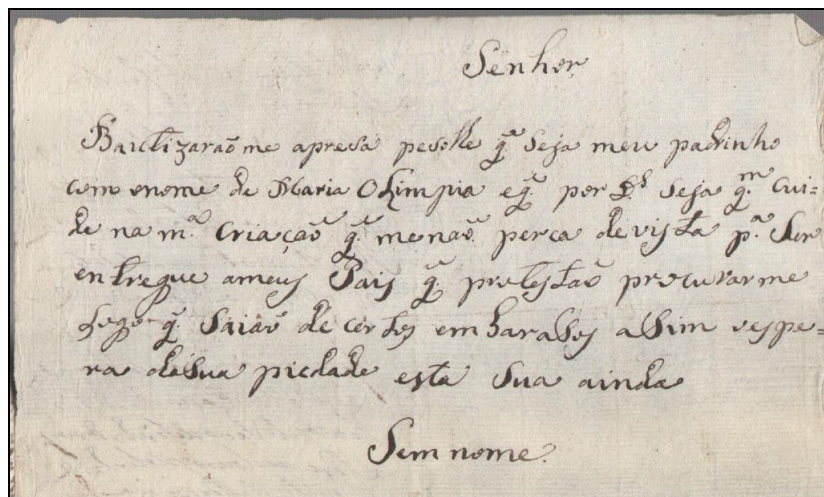
Esta criança vai-se pôr na roda dos expostos por  
filho de Pais incognitos, e não puderem actualm<sup>te</sup> tra-  
talle, mas se Deos quizer ainda o esperão tirar e pagar ao hos-  
tal toda a despeza q<sup>e</sup> se fizer com elle, e por isto pedem q<sup>e</sup> o deo  
acriar aduma ama boa q<sup>e</sup> trate bem dele a qual taobem  
se hade premear, e la vai por bautizar, e q<sup>do</sup> a bautizarem  
polhão-lhe o nome de Raquel p<sup>o</sup> por este  
nome e pelo assento se procurar q<sup>do</sup> for tempo. Tudo  
isto se pede pelo amor de Deos

Fonte: AMCT, Livro de Termos de Exposição 1810-1816, registo 71, fl. 36.

Esta criança vai-se pôr na roda dos expostos por (ser) filho de Pais incognitos e não puderem actualmente tratar d'elle, mas se Deos quizer ainda o esperão tirar e pagar ao hospital toda a despeza que se fizer com ele, e por isto pedem que o dêem a criar a huma ama boa que trate bem dele a qual taobem se hade premear, ela vai por bautizar, e quando a batizarem polhão-lhe [sic] o nome de Raquel para por este nome e pelo assento se procurar quando for tempo. Tudo isto se pede pelo amor de Deos».



**Figura 4**

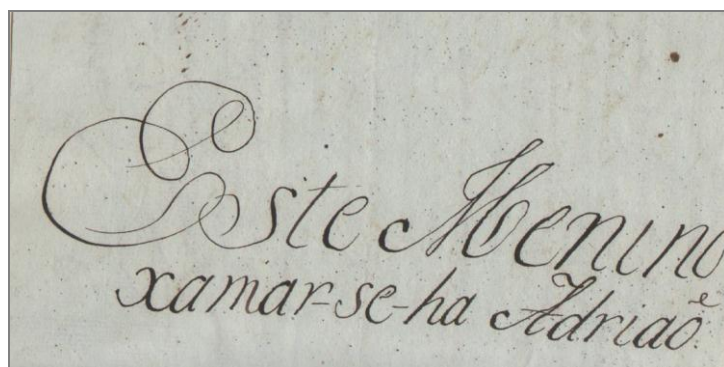


Senhor  
Bautizarão me apresá peso-lhe q̃ seja meu padrinho  
com o nome de Maria Olímpia e q̃ por Deos seja q̃ cui-  
de na m. criação q̃ me não perca de vista p. ser  
entregue a meus Pais q̃ protestão procurar-me  
logo q̃ saião de certos embaraços assim sepe-  
ra a sua piedade esta sua ainda  
Sem nome.

Fonte: AMCT, *Livro de Termos de Exposição 1810-1816*, registo 128, fl. 65v.

«Bautizarão me a presa peso-lhe que seja meu padrinho com o nome de Maria Olímpia e que por Deos seja quem cuide na minha criação que me não perca de vista para ser entregue a meus Pais que protestão procurar-me logo que saião de certos embaraços assim o espera de sua piedade esta sua ainda, Sem nome».

**Figura 5**



Este Menino  
xamar-se-ha Adrião.

Fonte: AMCT, *Livro de Registo de Termos de Exposição 1802-1808*, fl. 83.

«Este Menino xamar-se-ha Adrião»

## TABELAS

**Tabela 6** – Preço dos cereais (1791-1816).

Anos	Centeio/Preço alqueire	Trigo/ Preço alqueire
<b>1791</b>	280 réis	400 réis
<b>1795</b>	450 réis	480 réis
<b>1796</b>	440 réis	600 réis
<b>1797</b>	600 réis	720 réis
<b>1799</b>	460 réis	870 réis
<b>1801</b>	680 réis	1000 réis
<b>1803</b>	1000 réis	1400 réis
<b>1807</b>	1500 réis	1700 réis
<b>1810</b>	1500 réis	1800 réis
<b>1811</b>	1800 réis	2400 réis
<b>1812</b>	2000 réis	2600 réis
<b>1813</b>	2100 réis	2600 réis
<b>1815</b>	980 réis	1200 réis
<b>1816</b>	720 réis	1100 réis

Fonte: AMCT, *Livros de Acordaons da Camara, 1790-1795; 1795-1801; 1801-1806; 1806-1809; 1809-1813 e Livro de Registo de tarifa de preços 1813-1860.*



**TABELA 7** – Exposições, mortes e fim de criação; valores percentuais (1803-1825).

Anos	Exposições	Mortes	Fim de criação	%Morte Ano	%Criação Ano
1803	41	30	8	73,17%	19,51%
1804	38	24	12	63,16%	31,58%
1805	52	36	12	69,23%	23,08%
1806	37	26	7	70,27%	18,92%
1807	26	24	0	92,31%	0,00%
1808	21	17	2	80,95%	9,52%
1809	55	39	5	70,91%	9,09%
1810	38	27	1	71,05%	2,63%
1811	18	14	1	77,78%	5,56%
1812	55	41	8	74,55%	14,55%
1813	36	31	5	86,11%	13,89%
1814	43	27	9	62,79%	20,93%
1815	30	21	7	70,00%	23,33%
1816	65	32	10	49,23%	15,38%
1817	84	43	12	51,19%	14,29%
1818	77	45	11	58,44%	14,29%
1819	74	36	12	48,65%	16,22%
1820	53	32	3	60,38%	5,66%
1821	42	20	4	47,62%	9,52%
1822	47	27	15	57,45%	31,91%
1823	56	33	14	58,93%	25,00%
1824	53	37	9	69,81%	16,98%
1825	36	20	9	55,56%	25,00%
<b>Total</b>	<b>1077</b>	<b>682</b>	<b>176</b>	<b>63,32%</b>	<b>16,34%</b>

Fonte: AMCT, *Livros de Registo de Termos de Exposição (1803-1825)*.

**Tabela 8** – Idade no acto de exposição (1803-1825).

Anos	Recém nascidos	8-15 Dias	1 Mês	3-5 Meses	6 Meses	1-2 Anos	Informação não disponível	Total expostos
1802-08	167	15	11	4	16	3	7	<b>1077</b>
1908-10	79	4	15	2	2	3	4	
1810-16	178	0	6	0	4	13	2	
1816-19	171	18	25	8	7	3	9	
1819-25	201	16	30	15	8	11	20	
Totais	796	53	87	29	37	33	42	
Percentagem	73,90%	5,10%	8,07%	2,60%	3,43%	3,05%	3,85%	100%

Fonte: AMCT, *Livros de registo de termos de exposição (1803-1825)*.

**Tabela 9** – Movimentos mensais de exposições (1803-1825).

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1803	3	2	2	1	5	4	4	2	5	2	4	7
1804	5	1	3	2	6	3	2	4	4	6	1	1
1805	2	6	2	8	9	5	3	3	5	5	3	1
1806	1	6	6	6	5	3	2	2	0	2	1	3
1807	2	2	4	4	5	3	1	2	1	1	0	1
1808	1	0	0	1	2	1	2	3	4	6	4	3
1809	3	4	6	8	2	5	7	0	7	3	5	5
1810	1	7	2	14	0	1	3	2	0	1	3	4
1811	0	0	0	0	0	0	2	1	3	0	4	2
1812	5	5	3	6	3	3	4	5	6	5	6	4
1813	5	2	3	2	2	2	6	3	2	2	5	2
1814	5	6	5	2	2	2	5	2	5	4	2	3
1815	5	2	5	5	2	2	0	2	2	1	0	4
1816	2	3	2	1	14	10	5	4	6	7	4	7
1817	5	12	7	13	6	7	7	4	8	3	2	10
1818	11	5	5	5	13	5	9	6	8	2	3	6
1819	9	6	5	4	13	3	5	3	6	10	7	3
1820	6	6	9	5	6	7	1	2	6	2	1	3
1821	7	2	5	6	7	3	3	2	3	0	4	0
1822	6	6	4	5	4	4	1	4	2	3	3	3
1823	5	8	5	3	5	4	4	6	3	5	5	3
1824	5	4	3	6	5	5	5	6	2	4	5	3
1825	9	3	3	2	9	8	2	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	103	98	89	109	125	90	83	68	88	74	72	78

Fonte: AMCT, *Livros de registo de termos de exposição (1803-1825)*.

**Tabela 10** – Exposições com e sem escrito (1803-1825).

Anos	Com escrito	Sem escrito	Informação não disponível
<b>1803</b>	23	18	
<b>1804</b>	10	28	
<b>1805</b>	21	31	
<b>1806</b>	16	21	
<b>1807</b>	11	15	
<b>1808</b>	10	11	
<b>1809</b>	16	39	
<b>1810</b>	8	30	
<b>1811</b>	6	12	
<b>1812</b>	19	36	
<b>1813</b>	11	25	
<b>1814</b>	13	29	1
<b>1815</b>	7	21	2
<b>1816</b>	22	33	10
<b>1817</b>	28	54	2
<b>1818</b>	24	50	3
<b>1819</b>	27	47	
<b>1820</b>	21	28	4
<b>1821</b>	25	16	1
<b>1822</b>	7	28	12
<b>1823</b>	23	32	1
<b>1824</b>	32	20	1
<b>1825</b>	17	16	3
<b>Total</b>	<b>397</b>	<b>640</b>	<b>40</b>

Fonte: AMCT, *Livros de Registo de Termos de Exposição (1803-1825)*.

**Tabela 11** – Exposições por período do dia (1803-1825).

Anos	Madrugada	Manhã	Noite	Sem indicação
<b>1803</b>	12	2	19	8
<b>1804</b>	9	4	20	5
<b>1805</b>	9	7	32	4
<b>1806</b>	8	4	18	7
<b>1807</b>	9	2	9	7
<b>1808</b>	10	1	10	0
<b>1809</b>	30	7	10	8
<b>1810</b>	10	12	6	10
<b>1811</b>	10	5	3	0
<b>1812</b>	20	0	25	10
<b>1813</b>	2	1	30	3
<b>1814</b>	6	1	33	4
<b>1815</b>	10	9	6	5
<b>1816</b>	10	28	12	14
<b>1817</b>	20	12	30	16
<b>1818</b>	30	9	29	9
<b>1819</b>	36	1	25	10
<b>1820</b>	25	3	20	5
<b>1821</b>	27	8	15	0
<b>1822</b>	20	13	7	7
<b>1823</b>	15	12	18	10
<b>1824</b>	21	0	30	2
<b>1825</b>	19	3	14	0
<b>Total</b>	<b>368</b>	<b>144</b>	<b>421</b>	<b>144</b>

Fonte: AMCT, *Livros de Registo de Termos de Exposição (1803-1825)*.

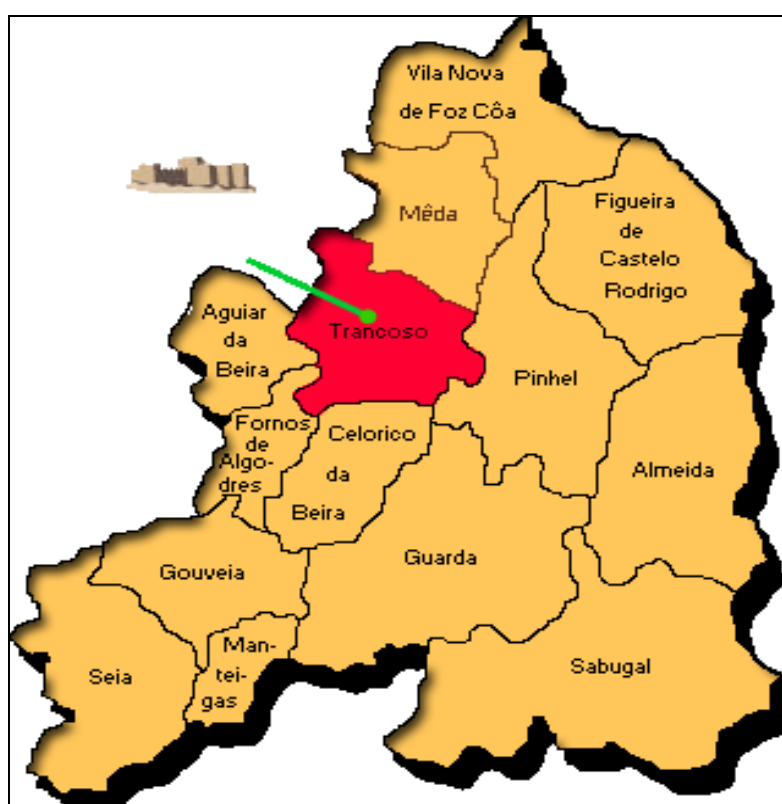
**Tabela 12** – Local das exposições (1803-1825).

Anos	Na Roda	Fora da Roda	Total exposições
<b>1803</b>	20	21	41
<b>1804</b>	22	16	38
<b>1805</b>	22	30	52
<b>1806</b>	15	22	37
<b>1807</b>	10	16	26
<b>1808</b>	10	11	21
<b>1809</b>	16	39	55
<b>1810</b>	6	32	38
<b>1811</b>	3	15	18
<b>1812</b>	18	37	55
<b>1813</b>	22	14	36
<b>1814</b>	20	23	43
<b>1815</b>	13	17	30
<b>1816</b>	26	39	65
<b>1817</b>	48	36	84
<b>1818</b>	38	39	77
<b>1819</b>	40	34	74
<b>1820</b>	32	21	53
<b>1821</b>	20	22	42
<b>1822</b>	29	18	47
<b>1823</b>	32	24	56
<b>1824</b>	32	21	53
<b>1825</b>	19	17	36
Totais	513	564	1077
Porcentagem	47,63%	52,37%	100%

Fonte: AMCT, *Livros de registo de termos de exposição (1803-1825)*.



**Mapa 3** – Enquadramento do actual concelho de Trancoso, no distrito da Guarda.



Fonte: <http://portugal.veraki.pt/concelhos/concelhos.php?idconc=244>



## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### FONTES

#### a) Manuscritas

ADG– Fundo Paroquial de Trancoso, Igreja de Santa Maria de Guimarães, *Livro de registo de assentos de baptismo*, 1794-1807.

ADG– Fundo Paroquial de Trancoso, Igreja de Santa Maria de Guimarães, *Registos de assento de baptismo*, 1676-1796, microfilme, SGU/ANTT rolos 902 e 903.

ADG– Fundo Paroquial de Trancoso, Igreja de São Pedro, *Livro de registo de assentos de baptismo*, 1802-1810.

ADG– Fundo Paroquial de Trancoso Igreja de São Pedro, *Registo de Assentos de baptismo, Anos de 1788-1801*, microfilme, SGU/ ANTT, rolos 905 e 906.

AMCT– Fundo Paroquial de Venda do Cepo, *Livro de Registos de assentos dos autos religiosos*, 1802-1832.

AMCT– *Livro de Acordaons da Camara* 1700-1704.

AMCT – *Livro de Acordaons* 1704-1710.

AMCT– *Livro de Acordaons* 1710-1715.

AMCT– *Livro de Acordaons* 1726-1730.

AMCT– *Livro de Acordaons* 1730-1741.

AMCT– *Livro de Acordaons* 1743-1744.

AMCT– *Livro de Acordaons* 1747-1751.

AMCT– *Livro de Acordaons* 1751-1758.

AMCT– *Livro de Acordaons* 1758-1760.

AMCT– *Livro de Acordaons* 1760-1763.

AMCT– *Livro de Acordaons* 1763-1765.

AMCT– *Livro de Acordaons* 1765-1769.

AMCT– *Livro de Acordaons* 1775-1779.

AMCT– *Livro de Acordaons* 1779-1781.

AMCT– *Livro de Acordaons 1781-1790.*  
AMCT– *Livro de Acordaons 1790-1795.*  
AMCT– *Livro de Acordaons 1795-1801.*  
AMCT– *Livro de Acordaons 1801-1806.*  
AMCT– *Livro de Acordaons 1806-1809.*  
AMCT– *Livro de Acordaons 1809-1813.*  
AMCT– *Livro de Acordaons 1813-1817.*  
AMCT– *Livro de Acordaons 1817-1826.*  
AMCT– *Livro de Assentos de Expostos, 1819-1825.*  
AMCT– *Livro de Fianças dos Ofícios mecânicos, 1728-1801.*  
AMCT– *Livro de Nomeações de Postos e Cargos Militares, 1787-1830.*  
AMCT– *Livro de Registo de contas 1790-1802.*  
AMCT– *Livro de Registo de contas 1802-1824.*  
AMCT– *Livro de registo de leis e privilégios, 1767-1802.*  
AMCT– *Livro de Registo de tarifas de preços, 1802-1813.*  
AMCT– *Livro de Registo da Repartição das Amoreiras que plantar cada um dos moradores desta Vila em terras próprias e baldios, 1802.*  
AMCT– *Livro de Registo de Termos de Exposição, 1802-1808.*  
AMCT– *Livro de Termos de Assento dos Engeitados, 1808-1810.*  
AMCT– *Livro de Termos de Assento de Expostos, 1816-1820.*  
AMCT– *Livro de Termos de Exposição, 1810-1816.*  
AMCT– *Livro de Treslado de Leis, Alvarás régios e ordens, 1760-1802.*  
AMCT– *Pagamento às Amas dos Expostos, 1808-1809.*  
AMCT– *Pagamento às Amas dos Expostos, 1815-1816.*  
AMCT– *Pagamento às Amas dos Expostos, 1816-1818.*  
AMCT– *Pagamentos às Amas dos Expostos, 1818-1820.*  
AMCT– *Pagamento de Expostos, 1803-1806.*  
ANTT – TTonline – *Memorias Paroquiais, 1732.*

## b) Impressas

BRAVO, Henrique, “Código Administrativo de 1836” in *Almanach-Annuario de Trancozo, 1915*, Trancozo, A Folha de Trancozo, 1915.

FARIA, Manuel Severim de, *Viajens em Portugal*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1974.

MESQUITA, João Manuel de Campos e, “Extracto da Memoria sobre o Destroço Actual das Criações de gado Vacum, Apresentada à Academia” in *Memorias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Tomo IV, Lisboa, Edição do Banco de Portugal, 1991.

PINTO, António Joaquim de Gouveia, *Compilação das providências, que a bem da criação e educação dos expostos ou engeitados se tem publicado e achão espalhadas em diferentes artigos de legislação pátria*, Lisboa, Imprensa Régia, 1820.

\_\_\_\_\_, *Exame crítico e histórico sobre os direitos estabelecidos pela legislação antiga e moderna, tanto pátria como subsidiária, e das nações mais vizinhas e cultas, relativamente aos expostos, ou engeitados*, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, 1828.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A população de Portugal em 1798, O censo de Pina Manique*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.

SILVEIRA, Luís Espinha da, (coord.) *Os recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849*. Edição crítica, vol. 1, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2001,

SORIANO, Luz, *História da Guerra Civile do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal, comprehendendo a história diplomática militar e política deste reino até 1834*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866, 2ª época, Tomo III e IV.

VEIGA, João Crisóstomo da, *Reflexões ou breve discurso sobre as rodas dos expostos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1853.

## **Corografias, Dicionários, Enciclopédias e obras de referência**

- BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (Coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII, supl. F/O. Porto, Livraria Figueirinhas, 1999.
- COSTA, António Carvalho da, *Chorografia Portuguesa e Descrição Topográfica do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cedade, Villas e Lugares, que contém: varoens illustres, genealogias das Famílias Nobres, fundações de Conventos, Catálogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas das naturezas e outras curiosas observaçoens*, 2ª edição, Tomo Primeiro, Braga, Typografia de Gonçalves Gouvea, 1869.
- COSTA, Mário Júlio de Almeida, *História do Direito Português*, 3ª edição, Coimbra, Livraria Almedina, 2001.
- LEAL, Augusto Pinho, *Portugal Antigo e Moderno. Diccionario Geographico, Estatístico, Chorografico, Heráldico, Archeologico, Histórico, Biographico e Etimologico de Todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal, de Grande Numero de Aldeias*, Lisboa, Livraria Editora Mattos Moreira & Companhia, 1878.
- OLIVEIRA, César (Dir.), *História dos Municípios e do Poder Local [dos finais da Idade Média à União Europeia]*, Circulo de Leitores, 1996.
- PANOF, Michel, PERRIN, Michel, *Dicionário de Etnologia*, Lisboa, Colecção Lexis, Edições 70, 1979.
- SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, 6 vols, Porto, Iniciativas Editoriais, 1975.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Editorial Verbo, 1984.
- SOUSA, Fernando de, *História da Estatística em Portugal*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1995.
- VALE, Alexandre de Lucena e, “Génese e evolução do município português”, Sep. da *Revista Municipal*, n.º 136, Lisboa, 1973.

## ESTUDOS

- ABREU, Laurinda, “As crianças abandonadas no contexto da constitucionalização das práticas de caridade e assistência, em Portugal, no século XVI” in Maria Marta Lobo de Araújo & Fátima Moura Ferreira (orgs.), *A infância no universo assistencial da Península Ibérica (séculos XVI a XIX)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008.
- ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas e, “Em torno dos expostos: as duas primeiras casas de expostos portuguesas”, Sep. da *Revista de História*, vol. I, Porto, 1984.
- AMORIM, António Amaro, *A criança na História: do abandono à protecção*, Guimarães, NEPS, Universidade do Minho, 2003.
- AMORIM, Maria Norberta, *Guimarães 1580-1819. Estudo demográfico*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.
- ANJO, César, “A assistência às crianças expostas em Portugal” in *Amatus Lusitanus, Revista de Medicina e Cirurgia*, vol. VII, n.º 10, Lisboa, 1950.
- ARIÈS, Philippe, “O amor no casamento” in *Sexualidades Ocidentais*, Lisboa, Contexto Editora, 1983.
- AZEVEDO, J. Lúcio, *História dos Cristãos-Novos Portugueses*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1975.
- BARBOSA, Maria Hermínia Vieira, GODINHO, Anabela de Deus, *Crises de mortalidade em Portugal desde o séc. XVI até ao início do séc. XX*, Guimarães, NEPS, Universidade do Minho, 1997.
- BARTHES, Roland, *O prazer do texto*, São Paulo, Perspectivas, 1977.
- BERNARDINO, Teresa, *Sociedade e atitudes mentais em Portugal (1777-1810)*, Maia, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.
- BETHENCOURT, Francisco, “A expulsão dos judeus” in CURTO, Diogo Ramada (dir.), *O Tempo de Vasco da Gama*, Lisboa, Comissão Nacional dos Descobrimentos e Difel, 1998.
- CAPUL, Maurice e SERRES, Michel, *Abandon et marginalité: les enfants placés sous L'Ancien Regime*, Toulouse, 1989.

- CARDIM, Pedro, *Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime*, Lisboa, Cosmos, 1998.
- CARVALHO, Joaquim Ramos de, “As sexualidades” in *História da Vida Privada em Portugal, A Idade Moderna*, Mattoso, José, (dir.), Maia, Círculo de Leitores, 2010.
- CORREIA, Lopes, *TRANCOSO (Notas para uma monografia)*, Trancoso, Câmara Municipal de Trancoso, 1989.
- COSTA, Santos, *Breve Monografia de Trancoso*, Trancoso, Edição Almanaque Bandarra, 2001.
- FLANDRIN, Jean-Louis, “A vida sexual dos casais na Antiga Sociedade: da doutrina da Igreja à realidade dos comportamentos” in *Sexualidades Ocidentais*, Lisboa, Contexto Editora, 1983.
- FONTE, Teodoro Afonso da, *No limiar da honra e da pobreza. A infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*, Braga, [s.n.] 2004 (tese de doutoramento apresentada à Universidade do Minho).
- \_\_\_\_\_, “Conjuntura económica e comportamento demográfico. O preço dos cereais e o abandono de crianças em Ponte de Lima (1675-1874)” in Vicente Pérez Moreda (coord.), *Expostos e ilegítimos na realidade ibérica. Actas do III congresso da ADEH*, vol. 3, Porto, Afrontamento, 1996.
- GENNEP, Arnold Van, *The rites of passage*, London, Routledge Library Editions, 1960.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Prix et monnaies au Portugal*, Paris, A. Colin, 1955.
- \_\_\_\_\_, *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1995.
- LEANDRO, Joana Maria F., *Os Expostos da Póvoa de Varzim (1792-1836)*, Lisboa, [s.n.], 2008 (dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).
- LEBRUN, François, *A vida conjugal no Antigo Regime*, Lisboa, Edições Rolim, [s.d.].
- LOPES, Maria Antónia Figueiredo, “A intervenção da coroa nas instituições de protecção social de 1750 a 1820”, in Sep. da *Revista de História das Ideias*, vol. 29, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008.
- \_\_\_\_\_, “Crianças e jovens em risco nos séculos XVIII e XIX”, separata da *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 2, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2002.

- \_\_\_\_\_, *Pobreza, Assistência e Controlo Social. Coimbra 1750-1850*, vol. I, Coimbra, Palimage Editores, 2000.
- \_\_\_\_\_, “Os expostos no Concelho da Meda em meados do século XIX (1838-1866). Subsídios para o seu estudo”, separata da *Revista Portuguesa de História*, tomo 21, 1984.
- \_\_\_\_\_, “Os pobres e os mecanismos de protecção social em Coimbra de meados do século XVIII a meados do XIX”, ENCARNAÇÃO, José d’, (coord.), *A História tal qual se faz*, Lisboa, Colibri/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003.
- \_\_\_\_\_, “O socorro a lactantes no quadro da assistência à infância em finais de Antigo Regime”, ARAÚJO, Maria Marta Lobo de e FERREIRA, Fátima Moura, (orgs.), *A infância no universo assistencial da península Ibérica (séculos XVI-XIX)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008.
- LOPES, Maria Antónia, ROQUE, João Lourenço, “Pobreza, assistência e política social em Portugal nos séculos XIX e XX – Perspectivas historiográficas”, *A Cidade e o Campo. Colectânea de estudos*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000.
- LOPES, Maria Antónia, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1992.
- MARCÍLIO, Maria Luísa, *História Social da criança abandonada*, S. Paulo, Brasil, Editora Hucitec, 1998.
- MOREDA, Vicente Pérez, (coord.), “Expostos e ilegítimos na realidade ibérica do século XVI ao presente”, *Actas do Congresso da ADEH (Associação Ibérica de demografia Histórica)*, vol. III, Porto, Edições Afrontamento, 1995.
- MOREIRA, Carlos (dir.), *História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.
- OLIVEIRA, João Nunes de, *A Beira Alta de 1700 a 1840. Gentes e subsistência*, Viseu, Palimage Editores, 2002.
- PINA, Luís de, *Da roda dos expostos à Carta dos Direitos da criança*, Porto, Empresa Industrial Gráfica do Porto, 1964.
- RAIMUNDO, Natércia Reis, *A Roda e os expostos*, Almeida, Tipografia Lousanense, 1994.

- RIBEIRO, Orlando, *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas*, 4ª edição. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1986.
- RODRIGUES, Adriano Vasco, *Celorico da Beira e Linhares, Monografia histórica e artística*, Celorico da Beira, Câmara Municipal de Celorico da Beira, 1979.
- RODRIGUES, Teresa, *Cinco séculos de quotidiano: A vida em Lisboa do século XVI aos nossos dias*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997.
- ROQUE, João Lourenço, *Classes Populares no Distrito de Coimbra, no séc. XIX (1830-1870)*, vol. I, Tomo II, Universidade de Coimbra, [s.n.], 1982.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, *Abandono de crianças, identidade e lotaria: Reflexões em torno de um Inventário*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998.
- \_\_\_\_\_, “ Abandono de Crianças, Infanticídio e Aborto na Sociedade Portuguesa Tradicional através das fontes Jurídicas”, *Penélope, Fazer e Desfazer a História*, nº 8, Lisboa, Edições Cosmos, 1992.
- \_\_\_\_\_, “Abandono de crianças, ilegitimidade e concepções pré-nupciais em Portugal. Estudos recentes e perspectivas” in *Expostos e ilegítimos na realidade ibérica. Actas do III congresso da ADEH*, vol. 3, Porto, Afrontamento, 1996.
- \_\_\_\_\_, “A Casa da Roda do Porto e o seu funcionamento (1710-1780)”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, série II, vol. II, Porto, 1985.
- \_\_\_\_\_, *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no séc. XVIII*, Lisboa, Gulbenkian, 1995.
- \_\_\_\_\_, “As crianças e as idades da vida: Segredos de família: aborto, infanticídio, ilegitimidade e abandono de crianças” in *História da Vida Privada em Portugal, A Idade Moderna*, Mattoso, José (dir.), Maia, Círculo de Leitores, 2010.
- SANTOS, Cândido dos, “ A população do Porto de 1700 a 1820. Contribuição para o estudo da demografia urbana”, *Revista de História*, vol. I, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1978.
- SANTOS, Graça Maria de Abreu Arrimar Brás dos, *A Assistência da Santa Casa da Misericórdia de Tomar. Os expostos, 1799-1823*, Tomar, [s.n.], 2002.
- SIMÕES, João Alves, *Os expostos da Roda de Góis, 1784-1841*, Porto, [s.n.], 1999 (dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).



- SOUSA, Fernando Alberto de, *A população portuguesa nos inícios do século. XIX*, Porto, [s.n.], 1979, (tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Os Judeus em Portugal no século XV*, vol. II, Lisboa Instituto Nacional de Investigação Científica, 1996.
- VIGOTSKY, L., *Pensamento e linguagem*, Lisboa, Edições Antídoto, 1979.